

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES**

Mestrado Acadêmico em Administração

**Norma Lúcia Lopes da Silva**

**UM OLHAR SOBRE O PODER E A RESSOCIALIZAÇÃO:  
uma análise sobre as medidas socioeducativas de Belo Horizonte**

Belo Horizonte  
2024

**Norma Lúcia Lopes da Silva**

**UM OLHAR SOBRE O PODER E A RESSOCIALIZAÇÃO:**  
uma análise sobre as medidas socioeducativas de Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Pereira

Área de concentração: Organização e Estratégia

Linha de pesquisa: Relações de Poder e Dinâmica das Organizações

Belo Horizonte  
2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário  
Bruno Tamiett de Almeida CRB6 3082


S586o Silva, Norma Lúcia Lopes da.  
Um olhar sobre o poder e a ressocialização: uma análise sobre as medidas socioeducativas de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Centro Universitário Unihorizontes, 2024.  
108 p.  
Orientador: Dr. Jefferson Rodrigues Pereira  
Dissertação (mestrado). Centro Universitário Unihorizontes.  
Programa de Pós-graduação em Administração.  
1. Ressocialização - Relações de poder - Sistema socioeducativo - Políticas públicas - Gestão pública  
I. Norma Lúcia Lopes da Silva. II. Centro Universitário Unihorizontes – Programa de Pós-graduação em Administração. III. Título.  
CDD: 658.370

Instituto Novos Horizontes de Ensino Superior e Pesquisa Ltda.  
Centro Universitário Unihorizontes  
Mestrado Acadêmico em Administração

---

**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Acadêmico em Administração do(a) Senhor(a) Norma Lúcia Lopes da Silva REGISTRO Nº. 805** No dia **14/11/2024** às **10:00** horas, reuniu-se no Centro Universitário Unihorizontes, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Programa de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, para julgar o trabalho final intitulado **"UM OLHAR SOBRE O PODER E A RESSOCIALIZAÇÃO: uma análise sobre as medidas socioeducativas de Belo Horizonte"**. Abrindo a sessão, o(a) Senhor(a) Presidente da Comissão, **Jefferson Rodrigues Pereira**, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares da apresentação do Trabalho Final, passou a palavra ao(à) candidato(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após a Comissão se reuniu sem a presença do(a) candidato(a) e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final: **APROVADA**.


O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) candidato(a) pelo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o(a) Senhor(a) Presidente encerrou a reunião e lavrou o(a) presente ATA, que foi assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Documento assinado digitalmente  
 **JEFFERSON RODRIGUES PEREIRA**  
Data: 16/11/2024 10:32:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

14/11/2024


---

**Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Pereira**  
Centro Universitário Unihorizontes

Documento assinado digitalmente  
 **FERNANDA VERSIANI DE REZENDE**  
Data: 16/11/2024 10:23:54-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profª. Drª. Fernanda Versiani**  
Centro Universitário Unihorizontes

Documento assinado digitalmente  
 **GEAN CARLOS TOMAZZONI**  
Data: 14/11/2024 12:32:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Gean Carlos Tomazzoni**  
(UTFPR)

---

Rua Alvarenga Peixoto, 1270 – Santo Agostinho – CEP: 30.180-121  
Av. Sinfrônio Brochado, nº 1281 - Barreiro de Baixo – CEP: 30640-000  
Telefone: (31)3293-7000 – Site: <http://www.unihorizontes.br>  
Belo Horizonte- MG

# DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE PORTUGUÊS

## DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Declaro ter procedido à revisão da dissertação de Mestrado intitulada “**UM OLHAR SOBRE O PODER E A RESSOCIALIZAÇÃO: uma análise sobre as medidas socioeducativas de Belo Horizonte**”, apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, de autoria de **NORMA LÚCIA LOPES DA SILVA**, contendo 105 (cento e cinco) páginas, assim distribuídas:

Capa

Elementos pré-textuais: pp. 01-12

Elementos textuais

- Introdução: pp. 13-20
- Ambiência de Estudo: pp. 21-28
- Referencial Teórico: pp. 29-51
- Metodologia: pp. 52-58
- Resultados da Pesquisa: pp. 59- 83
- Discussão dos Resultados e Considerações Finais: pp. 84-87

Elementos pós-textuais: pp. 88-105

### ITENS DA REVISÃO:

– Correção gramatical – Inteligibilidade do texto – Adequação do vocabulário

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2024.



**Revisora Prof<sup>a</sup> Débora dos Passos Laia**

- . Licenciatura em Letras (Port./Inglês) – PUC Minas – Registro LP nº 3791/MEC
- . Pós-graduação em Revisão de Textos – PUC Minas
- . Mestrado em Linguística Aplicada – Universidade de Brasília – UnB

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos jovens que, em algum momento, se envolveram em um ato infracional mais grave e que, por meio de uma ordem judicial, foram encaminhados para a internação no sistema socioeducativo e, conseqüentemente, ficaram por um tempo determinado, privados de liberdade. Privar um jovem daquilo que ele mais deseja é uma medida necessária, em algumas situações e, ao mesmo tempo, dolorosa.

Em especial, dedico este trabalho para o meu primeiro entrevistado (pseudônimo Márcio). A sua história me encantou e, se fosse um filme, com certeza venderia todos os bilhetes de todas as sessões de cinema, principalmente por mostrar que a ressocialização deu certo e que dependeu muito dele mesmo. Aprendi a valorizar cada minuto da minha vida e a compreender mais os jovens. Os jovens só querem ser ouvidos, ter oportunidades e serem respeitados. Márcio, muito obrigada por dividir seus momentos difíceis e sua aprendizagem para enriquecer o meu trabalho. Hoje, você é um homem maduro, inteligente e de sucesso! Obrigada por fazer a diferença na minha pesquisa.

## AGRADECIMENTO

Não acredito que chegou a hora de agradecer. Em vários momentos, pensei que não chegaria aqui. Agradeço fortemente a energia espiritual que me guiou para concluir mais este caminho. Chegar até aqui não foi uma tarefa emocionalmente fácil. Posso dizer que muitas pessoas me ajudaram indiretamente, mas a ajuda que ocorreu diretamente é a que mais importa nesse momento.

Agradeço a Rosa, Raquel e Mabel pelas orientações e dicas de sobrevivência durante o mestrado. A minha equipe da Dire B que me apoiou e ajudou nos momentos mais difíceis, Vavá, Ronan, Muriel, Fernando, Josi e, em especial, a minha amiga Luluca, a quem agradeço a bondade compartilhada que me fez ser uma pessoa melhor. Aos meus amigos, Pedroca, Re, Dani e Max, o quarteto inseparável que, no fundão, além de dividir o peso dos trabalhos em grupo, me ajudaram a desistir de desistir. Josenildo, meu eterno conselheiro, você mora no meu coração. Aos professores que agora são amigos, Jersone, Fernanda Versiane, Marina, Nairana, Caissa, Daniela e até o temeroso Hudson.

Jefferson, para você o agradecimento é mais do que especial, pois sem você não teria chegado aqui. Meu orientador que desorientei. Meu amigo que, por segundos, odiei e agora se tornou um irmão que encontrei. Muito obrigada por tudo. Virei sua fã e amiga para sempre. Você é fenomenal, um ser de outro planeta!

Aos meus filhos que ficaram vários momentos sem mãe. E aos amigos que acostumaram com a minha ausência nesses dois anos. Tudo passa! Menos a saudade dos melhores momentos.

À Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, agradeço a oportunidade e o apoio para a realização da pesquisa, por meio do Projeto Trilhas Educadores.

*"Não podemos prever o futuro, mas podemos criá-lo"*  
Paul Pilzer



## RESUMO

**Objetivo:** O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a maneira que as relações de poder presentes no sistema socioeducativo podem influenciar o processo de ressocialização de jovens infratores privados de liberdade em Belo Horizonte

**Teoria:**

A investigação fundamentou-se em teorias de poder e controle social, explorando como as dinâmicas de poder impactam a experiência dos jovens no sistema socioeducativo e suas trajetórias de ressocialização. O enfoque teórico buscou compreender a relação entre as práticas de atendimento e as percepções dos jovens sobre sua própria autonomia e reintegração social.

**Método:**

A pesquisa desenvolveu uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando-se de análise narrativa e coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, histórias de vida e diários de campo com 03 egressos de unidades do sistema socioeducativo de Belo Horizonte. Esses instrumentos possibilitaram um olhar mais profundo sobre as vivências dos participantes e suas percepções das relações de poder e das práticas de ressocialização.

**Resultados:**

Os resultados indicaram que as relações de poder no sistema socioeducativo são percebidas de formação ambígua pelos jovens. Alguns admitem a autoridade como um mecanismo de controle, enquanto apontam a necessidade de apoio e compreensão para a ressocialização. As restrições e avaliações impostas são vistas tanto como barreiras significativas quanto como oportunidades de reflexão sobre comportamentos e escolhas.

**Contribuições Teóricas e Metodológicas:**

O estudo contribui para a compreensão das relações de poder no contexto socioeducativo, destacando aspectos que influenciam a ressocialização. A utilização de histórias de vida, diários de campo e entrevistas semiestruturadas permitiu uma coleta detalhada de dados qualitativos, úteis para análises futuras sobre a eficácia das medidas socioeducativas.

**Contribuições Gerenciais e Sociais:**

As contribuições sociais incluem a promoção de um debate sobre a eficácia das medidas socioeducativas e a necessidade de práticas mais humanizadas que respeitem os direitos dos jovens. As descobertas poderão contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas para a reintegração social e o fortalecimento de redes de apoio, visando a construção de um sistema socioeducativo mais justo e inclusivo.

**Palavras-chave:** Ressocialização. Relações de poder. Sistema socioeducativo. Políticas Públicas. Gestão Pública.

## ABSTRACT

**Objective:** The general objective of this research was to analyze how power relations present in the socio-educational system can influence the resocialization process of young offenders deprived of their liberty in Belo Horizonte.

**Theory:** The research was based on theories of power and social control, exploring how power dynamics impact the experience of young people in the socio-educational system and their resocialization trajectories. The theoretical approach sought to understand the relationship between care practices and the perceptions of young people about their own autonomy and social reintegration.

**Method:** The research developed a qualitative and exploratory approach, using narrative analysis and data collection through semi-structured interviews, life stories and field diaries with 03 former inmates of the socio-educational system in Belo Horizonte. These instruments allowed a deeper look at the experiences of the participants and their perceptions of power relations and resocialization practices.

**Results:** The results indicated that power relations in the socio-educational system are perceived in an ambiguous way by young people. Some acknowledge authority as a control mechanism, while pointing out the need for support and understanding for resocialization. The restrictions and assessments imposed are seen as both significant barriers and opportunities for reflection on behaviors and choices.

**Theoretical and Methodological Contributions:**

The study contributes to the understanding of power relations in the socio-educational context, highlighting aspects that influence resocialization. The use of life stories, field diaries and semi-structured interviews allowed for a detailed collection of qualitative data, useful for future analyses on the effectiveness of socio-educational measures.

**Managerial and Social Contributions:**

The social contributions include promoting a debate on the effectiveness of socio-educational measures and the need for more humane practices that respect the rights of young people. The findings may contribute to the formulation of public policies aimed at social reintegration and the strengthening of support networks, aiming at the construction of a more fair and inclusive socio-educational system.

**Keywords:** Resocialization. Power relations. Socio-educational system. Public policies. Public management.

## RESUMEN

### **Objetivo:**

El objetivo general de esta investigación fue analizar la forma en que las relaciones de poder presentes en el sistema socioeducativo pueden influir en el proceso de resocialización de jóvenes infractores privados de libertad en Belo Horizonte.

### **Teoría:**

La investigación se basó en teorías de poder y control social, explorando cómo las dinámicas de poder impactan la experiencia de los jóvenes en el sistema socioeducativo y sus trayectorias de resocialización. El enfoque teórico buscó comprender la relación entre las prácticas de cuidado y las percepciones de los jóvenes sobre su propia autonomía y reintegración social.

### **Método:**

La investigación desarrolló un enfoque cualitativo y exploratorio, utilizando análisis narrativo y recolección de datos a través de entrevistas semiestructuradas, historias de vida y diarios de campo con 03 graduados de unidades del sistema socioeducativo de Belo Horizonte. Estos instrumentos permitieron una mirada más profunda a las experiencias de los participantes y sus percepciones sobre las relaciones de poder y las prácticas de resocialización.

### **Resultados:**

Los resultados indicaron que las relaciones de poder en el sistema socioeducativo son percibidas como ambiguas por los jóvenes. Algunos admiten la autoridad como mecanismo de control, al tiempo que señalan la necesidad de apoyo y comprensión para la resocialización. Las restricciones y evaluaciones impuestas se consideran barreras importantes y oportunidades para reflexionar sobre comportamientos y elecciones.

### **Aportes Teóricos y Metodológicos:**

El estudio contribuye a la comprensión de las relaciones de poder en el contexto socioeducativo, destacando aspectos que influyen en la resocialización. El uso de historias de vida, diarios de campo y entrevistas semiestructuradas permitió una recolección detallada de datos cualitativos, útiles para futuros análisis sobre la efectividad de las medidas socioeducativas.

### **Aportes Gerenciales y Sociales:**

Los aportes sociales incluyen promover un debate sobre la efectividad de las medidas socioeducativas y la necesidad de prácticas más humanizadas y respetuosas con los derechos de los jóvenes. Los hallazgos podrían contribuir a la formulación de políticas públicas orientadas a la reinserción social y al fortalecimiento de redes de apoyo, con el objetivo de construir un sistema socioeducativo más justo e inclusivo.

**Palabras clave:** Resocialización. Relaciones de poder. Sistema socioeducativo. Políticas Públicas. Gestión Pública.

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Situação de unidades prisionais em BH e Região Metropolitana.....Pág. 22
- Tabela 2** - Perspectivas Autorais sobre o Poder: Múltiplas Visões..... Pág. 30
- Tabela 3** - Tipos de autoridade de Max Weber.....Pág. 39

## LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
ASMEC	Associação Nacional de Desenvolvimento Social e Educação Continuada
CIA-BH	Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional
CMBH	Câmara Municipal de Belo Horizonte
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMSE	Comissão de Medidas Socioeducativas
COMPAJ	Complexo Penitenciário Anísio Jobim
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FDN	Família do Norte
LEP	Lei de Execução Penal
PCC	Primeiro Comando da Capital
PIB	Produto Interno Bruto
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
SEJUSP	Secretaria de Estado e Justiça e Segurança Pública
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SISDEPEN	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
SUASE	Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 Objetivos.....</b>	<b>18</b>
<i>1.2.1. Objetivo geral .....</i>	<i>18</i>
<i>1.2.2. Objetivos específicos .....</i>	<i>19</i>
<b>1.3. Justificativa .....</b>	<b>19</b>
<b>1.4 Adequação à linha de pesquisa .....</b>	<b>21</b>
<b>2 AMBIÊNCIA DO ESTUDO .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1 Desafios do Sistema Socioeducativo em Belo Horizonte: Análise e Perspectivas.....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 Ressocialização em Belo Horizonte: abordagens estratégicas .....</b>	<b>23</b>
<b>2.3 Outras abordagens de poder no contexto socioeducativo .....</b>	<b>27</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>30</b>
<b>3.1 Poder e disciplina: conceitos fundamentais.....</b>	<b>30</b>
<i>3.1.1 Definições e interconexões entre poder e disciplina .....</i>	<i>31</i>
<i>3.1.2 Papel da disciplina na configuração das relações de poder .....</i>	<i>37</i>
<b>3.2 Perspectivas teóricas sobre poder: Weber e Foucault.....</b>	<b>40</b>
<i>3.2.1 Abordagem de Weber: poder soberano e sua manifestação no socioeducativo.....</i>	<i>40</i>
<i>3.2.2. Contribuições de Foucault: macrofísica e microfísica do poder nas práticas socioeducativas.....</i>	<i>42</i>
<b>3.3 Ressocialização .....</b>	<b>46</b>
<b>4. METODOLOGIA .....</b>	<b>52</b>
<b>4.1. Tipo, abordagem e método da pesquisa.....</b>	<b>53</b>
<b>4.2. Unidade de observação .....</b>	<b>54</b>
<b>4.3. Sujeitos da pesquisa .....</b>	<b>54</b>
<b>4.4. Plano de coleta de dados .....</b>	<b>55</b>
<b>4.5. Plano de análise .....</b>	<b>57</b>
<b>5 RESULTADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>60</b>
<b>6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>102</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os desafios relacionados aos comportamentos que transgridam as leis são frequentes em nossa sociedade e têm impactos significativos tanto para os indivíduos quanto para a comunidade em geral. Uma abordagem para lidar com esses desafios é feita por meio do sistema socioeducativo, que busca reeducar e reintegrar jovens em conflito com a lei na sociedade, especialmente aqueles que têm histórico de envolvimento em infrações sérias em diferentes contextos (Silva, 2023).

De acordo com Brasil (2024), o sistema socioeducativo trata-se de um sistema de correção social que engloba um conjunto de estratégias, ações e entidades com o propósito de facilitar a ressocialização e instrução de pessoas que transgrediram normas. Seu objetivo é harmonizar a sanção com a reintegração na sociedade, por meio de medidas educativas e iniciativas voltadas para a reabilitação dos transgressores, sobretudo dentro do âmbito do sistema judiciário juvenil (Brasil, 2024).

O sistema socioeducativo, regido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), opera através de medidas aplicadas a jovens que cometeram atos infracionais antes de atingirem a maioridade penal. Estas medidas visam a ressocialização do adolescente, priorizando sua reintegração à sociedade e seu desenvolvimento como cidadão. As medidas podem variar dependendo da gravidade do ato e das circunstâncias individuais do jovem, incluindo advertências, reparação de danos, serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e, em casos excepcionais, a internação. O objetivo central é oferecer ao adolescente oportunidades de reflexão sobre suas ações, acesso à educação, profissionalização e acompanhamento psicossocial, com a finalidade de promover sua reinserção social e prevenir a reincidência (cf. ECA, Lei nº 8.069/1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - não fornece uma definição clara de socioeducação, resultando em termos como "atendimento socioeducativo" e "práticas de socioeducação" nos documentos legais. Essa falta de conceito estampado na legislação gera dificuldades na execução das medidas, levando a práticas discricionárias e técnicas-burocráticas. A ausência de fundamentos claros também permite interpretações pessoais, incluindo abordagens punitivas, comprometendo a eficácia do trabalho socioeducativo (Bisinoto et al. 2015).

Um dos desafios fundamentais enfrentados nas organizações de correção social diz respeito à efetividade das práticas de ressocialização, levando-se em conta que muitos fatores

complexos influenciam o sucesso ou fracasso da ressocialização, incluindo questões socioeconômicas, educacionais, familiares e psicológicas. Alguns desafios incluem: infraestrutura e recursos; estigmatização social; acesso à educação e formação profissional; questões familiares; abordagem individualizada (Rodrigues, 2015, Novais et al. 2021). No caso de abordagem individualizada, a ressocialização refere-se ao processo de reintegrar indivíduos, de maneira positiva, que cometeram atos infracionais à sociedade, buscando sua reinserção social e redução da reincidência criminal. A questão da reintegração no atual contexto do sistema socioeducativo representa um desafio significativo às dinâmicas de poder e controle social presentes nas unidades que aplicam a pena privativa de liberdade (Araújo, 2018).

O autor Wacquant (2009) investiga as dinâmicas de poder e controle social presentes nas instituições, enfatizando a influência das técnicas de vigilância e da hierarquia de poder sobre as interações sociais internas, sustentando que tais estruturas exercem considerável impacto na percepção da realidade pelos indivíduos, frequentemente resultando em processos de despersonalização e dessocialização. Ainda, o teórico ressalta as estratégias de resistência e adaptação adotadas pelos sujeitos como forma de enfrentar as adversidades e pressões presentes nesses ambientes altamente regulamentados.

O sistema socioeducativo não está isento de críticas e um dos pontos questionados é a abordagem em relação ao corpo dos jovens. Muitas vezes, as medidas socioeducativas envolvem a restrição de movimentos e a disciplina corporal, o que pode ser considerado uma forma de controle social e violência institucional (Silva et al. 2020). De acordo com o CNMP (2022), a violência institucional refere-se a formas de violência perpetradas por instituições ou agentes do Estado contra indivíduos, associada às estruturas e práticas de diversas instituições, como as forças policiais, o sistema prisional, o sistema de saúde, entre outros. Essa lógica disciplinar, que busca moldar os corpos dos jovens, apresenta paralelos importantes com as teorias da concepção Foucaultiana.

Em seu trabalho "Vigiar e Punir" Foucault (2020) examina o surgimento do que ele descreve como um "*boom* tecnológico do poder" nos séculos XVII e XVIII. Nesse período, não apenas surgiram novas estruturas estatais, mas também uma nova dinâmica de poder foi estabelecida, caracterizada por uma série de dispositivos destinados a disseminar continuamente seus efeitos. Tais dispositivos eram radicalmente diferentes dos anteriores, o que os tornava incompatíveis com as estruturas de soberania tradicionais.

Foucault (2020) introduz o conceito de corpos dóceis, ressaltando como o corpo humano se tornou alvo e objeto do poder disciplinar. No século XVIII, houve uma ampliação considerável do controle sobre o corpo, não apenas em termos de suas ações, mas também em



relação à maneira como são realizadas e ao tempo necessário para executá-las. Esse controle era exercido não apenas por meio da imposição de padrões de comportamento, mas também pela organização metódica do espaço, do tempo e das habilidades individuais.

Os métodos disciplinares tinham como objetivo produzir corpos dóceis, ou seja, corpos que pudessem ser moldados e utilizados de forma eficaz, o que era alcançado por meio de técnicas de organização espacial, divisão temporal e direcionamento das habilidades individuais. Por exemplo, nas escolas, a disposição das carteiras em fileiras era destinada a facilitar o controle e a supervisão dos professores, enquanto a segmentação do tempo buscava aumentar a produtividade e reduzir distrações.

Além disso, a disciplina se utilizava de instrumentos como vigilância hierárquica, sanções normalizadoras e exames para exercer controle sobre os corpos e moldar comportamentos. Os exames desempenhavam um papel crucial ao medir e vigiar o desempenho dos indivíduos, ao mesmo tempo em que os comparavam e classificavam, contribuindo para a objetivação dos sujeitos.

Foucault (2020) argumenta que as disciplinas não apenas eliminavam desvios, mas também aumentavam a utilidade dos indivíduos dentro do sistema. Ao moldar comportamentos e padrões, o poder disciplinar contribuía para a construção de uma sociedade mais eficiente e homogênea, na qual os indivíduos se conformavam aos padrões estabelecidos.

A relação de poder e adestramento dos corpos dos jovens privados de liberdade é um tema central no contexto do sistema socioeducativo. Essa dinâmica se manifesta através de práticas disciplinares e de controle que buscam moldar os comportamentos e corpos dos adolescentes inseridos nesse ambiente. Segundo Foucault (2020), o poder disciplinar opera de forma a vigiar, hierarquizar e normalizar os corpos, moldando-os de acordo com padrões sociais e institucionais e, no contexto dos centros de internação, isso se reflete em estratégias que visam controlar cada aspecto da vida dos jovens, desde sua aparência física até seus hábitos cotidianos.

A disciplina nos centros socioeducativos se manifesta perante a uma série de técnicas e procedimentos que têm como objetivo o controle dos corpos dos jovens, incluindo rotinas rígidas, como horários fixos para alimentação, higiene e atividades, além de regras de vestimenta e comportamento estritamente impostas. Esse controle minucioso tem como objetivo não apenas garantir a ordem e segurança dentro das instituições, como também exercer uma forma de poder que molda os corpos dos adolescentes, conforme os ideais normativos estabelecidos pela sociedade (Foucault, 1975).

Entretanto, vale destacar que essa relação de poder não é unilateral, e os jovens muitas vezes resistem e subvertem as práticas disciplinares impostas pelas unidades socioeducativas. Apesar das tentativas de adestramento, os adolescentes encontram maneiras de preservar sua identidade e autonomia, seja através de formas sutis de desobediência ou de estratégias mais assertivas de resistência, tornando a relação de poder nos centros socioeducativos marcada por uma constante tensão entre o controle institucional e as formas de resistência dos jovens (Araújo, 2018).

Foucault (2014a), sobre o adestramento dos corpos, argumenta ser uma estratégia de controle social, destacando como a disciplina é exercida não apenas como uma reação a delitos, mas como uma ferramenta de conformidade e normatização. Durante as aulas, por exemplo, a presença de um agente que vigia os adolescentes, o número reduzido de estudantes dentro da sala e a menor liberdade são manifestações da aplicação dessa lógica disciplinar, o que contrasta nitidamente com a dinâmica da escola convencional, onde tais práticas não são tão proeminentes.

Essa abordagem disciplinar, permeada pela ideia de adestramento dos corpos, evidencia como o sistema socioeducativo exerce o poder de maneira intensa, repressora e corretiva. Tais práticas, fundamentadas na lógica disciplinar, levantam questões sobre a eficácia do sistema e a proteção dos direitos individuais, abrindo espaço para uma análise mais aprofundada das nuances das relações de poder presentes nesse contexto (Alexandre, 2021).

O sistema socioeducativo, encarregado da ressocialização de jovens em conflito com a lei, configura-se como um importante instrumento de prevenção e combate à criminalidade juvenil, tendo como objetivo ajudar os jovens que cometem atos infracionais a se reintegrarem à sociedade e a não cometerem mais delitos. Contudo, a eficácia desse sistema é frequentemente questionada, especialmente quando se considera a perspectiva dos próprios jovens envolvidos. Esse atendimento muitas vezes é marcado por restrições à liberdade, condições precárias de alojamento e atendimento inadequado às necessidades educacionais, sociais e psicológicas dos jovens (Silva, 2021).

Outro ponto importante a ser analisado durante esse trabalho é que nem sempre os profissionais que exercem o controle da disciplina dentro das unidades de internação, concordam com a maneira como o trabalho é realizado (Vinuto & Gonçalves, 2021). Infelizmente, há relatos de tratamento inadequado em algumas unidades, o que pode incluir violência física e psicológica por parte de agentes socioeducativos, falta de alimentação adequada, condições insalubres de alojamento, falta de acesso à educação e atividades de lazer, entre outras questões (Deslandes, 2021).

Mendes (2021) ressalta a dificuldade que a sociedade e as autoridades competentes têm em reconhecer a importância do socioeducativo como um instrumento de prevenção e combate à criminalidade juvenil, ao não oferecer condições adequadas para o atendimento socioeducativo e aprimorando o sistema para que ele possa ser cada vez mais eficaz. As condições inadequadas podem prejudicar ainda mais a ressocialização dos jovens e violar seus direitos humanos.

Diante desse contexto, esta dissertação busca compreender como os jovens percebem o atendimento recebido, as restrições impostas, o processo disciplinar e as oportunidades de ressocialização oferecidas. A partir dessa análise, pretende-se identificar boas práticas e desafios enfrentados pelo sistema socioeducativo.

O problema central da pesquisa reside na percepção dos jovens egressos do sistema socioeducativo, especificamente na relação de poder disfarçada de poder disciplinar e o papel de ressocialização dos jovens em conflito com a lei. Apesar de missão declarada de reintegrar esses jovens de forma positiva à sociedade, esta missão evidencia uma série de desafios que comprometem sua eficácia, sendo que tais desafios destacam a complexidade da ressocialização no contexto do sistema socioeducativo e apontam para a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre suas causas e consequências.

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para uma reflexão crítica e uma melhor compreensão da relação de poder dentro do sistema socioeducativo e a construção de práticas mais humanizadas e respeitadas em relação aos jovens em conflito com a lei. Ao compreender melhor os obstáculos que os jovens em conflito com a lei enfrentam durante o processo de ressocialização, será possível identificar e levantar questões para novos estudos sobre as alternativas para superar estes desafios e promover uma abordagem mais eficaz e humanizada dentro do sistema socioeducativo de Belo Horizonte.

Diante disto, surge a questão: De que maneira as relações de poder presentes no sistema socioeducativo podem influenciar o processo de ressocialização de jovens infratores privados de liberdade em Belo Horizonte?

## **1.2 Objetivos**

Para responder ao problema de pesquisa, faz-se necessário apresentar os seguintes objetivos.

### ***1.2.1. Objetivo geral***

Analisar a maneira como as relações de poder presentes no sistema socioeducativo podem influenciar o processo de ressocialização de jovens infratores privados de liberdade em Belo Horizonte

### ***1.2.2. Objetivos específicos***

- Identificar as percepções dos jovens atendidos pelo sistema socioeducativo sobre a relação de poder no atendimento recebido durante o cumprimento da pena privativa de liberdade.
- Analisar as restrições e sanções impostas aos jovens no sistema socioeducativo e compreender como eles as percebem em relação à sua ressocialização.
- Identificar e analisar, na visão dos egressos, as oportunidades oferecidas pelo sistema socioeducativo para a ressocialização dos jovens que cumpriram pena privativa de liberdade.

### **1.3. Justificativa**

O sistema socioeducativo tem como objetivo principal trabalhar na reeducação e na reintegração de jovens em conflito com a lei na sociedade, a fim de reduzir a reincidência criminal e promover a ressocialização desses indivíduos (Santos & Baqueiro, 2017). Outro objetivo importante do sistema socioeducativo é promover a ressocialização de jovens que cometeram atos infracionais que se tratam de condutas descritas como crime ou contravenção penal, quando praticada por criança ou por adolescente, conforme consta no Art. 103 da Lei nº 8.069/90 (Brasil, 1990) oferecendo-lhes um atendimento adequado, voltado para a educação, saúde, assistência social e profissionalização. No entanto, diversas pesquisas têm apontado que o sistema socioeducativo enfrenta problemas estruturais que afetam sua eficácia, como a falta de recursos, a superlotação, a violência e o tratamento inadequado aos jovens por alguns agentes (Silva et al. 2020).

Apesar dos esforços do sistema socioeducativo, ainda existem questões preocupantes quanto ao tratamento desses jovens. Uma dessas questões está relacionada à abordagem do corpo dos jovens, que muitas vezes é submetido a práticas de controle e disciplina corporal que podem ser consideradas violentas e desumanizadoras.

Tran et al. (2018) e Silva (2023) ressaltam a importância de se investigar como as práticas institucionais afetam a vida desses jovens, a fim de identificar possíveis formas de humanização do tratamento desses indivíduos. A relevância desta pesquisa também reside na necessidade premente de repensar e aprimorar o atendimento no sistema socioeducativo durante o cumprimento de pena privativa de liberdade.

A partir das percepções dos jovens, é possível compreender o impacto do atendimento recebido no processo de ressocialização, bem como as barreiras que dificultam o seu alcance. Portanto, a presente pesquisa poderá oferecer subsídios para aprimorar o sistema socioeducativo, propondo soluções que levem em conta as experiências e percepções dos jovens atendidos, de modo a favorecer sua ressocialização e reintegração na sociedade (Santos & Baqueiro, 2017).

Esta pesquisa envolveu três egressos de unidades socioeducativas de Belo Horizonte. Por meio das entrevistas realizadas, foi possível compreender suas experiências em relação às relações de poder, à disciplina e às atividades oferecidas dentro dessas instituições. A proposta foi compreender como as relações de poder apresentam no sistema socioeducativo influenciando o processo de ressocialização, a partir das vivências relatadas pelos jovens, promovendo uma análise crítica sobre sua dinâmica interna.

A relevância deste estudo se fundamenta na necessidade de investigar os desafios enfrentados pelo sistema socioeducativo de Belo Horizonte e sua eficácia na ressocialização dos jovens em conflito com a lei. Socialmente, compreender tais desafios é fundamental para garantir a proteção dos direitos humanos e a promoção de uma reintegração mais positiva e justa desses jovens na sociedade, contribuindo, desse modo, para a construção de comunidades mais seguras e inclusivas.

Além disso, do ponto de vista acadêmico, a pesquisa se propõe preencher uma lacuna no conhecimento ao analisar a relação de poder junto às dinâmicas do sistema socioeducativo e suas implicações para a ressocialização, fornecendo percepções valiosas para a formulação de políticas públicas e práticas mais eficazes e humanizadas, através da visão de egressos que cumpriram a sua pena privativa de liberdade em um determinado momento. No âmbito institucional, este estudo pode oferecer subsídios para o aprimoramento das estratégias de intervenção e atendimento dentro do sistema socioeducativo, buscando melhorar o bem-estar e o futuro desses jovens em situação de vulnerabilidade.

#### **1.4 Adequação à linha de pesquisa**

Esta dissertação adequa-se à linha de pesquisa Relações de Poder e Dinâmica das Organizações. Ao explorar a interseção entre poder e ressocialização, a pesquisa pretende investigar aspectos importantes relacionados à dinâmica organizacional e à maneira como as relações de poder influenciam os processos de reintegração social (Medeiros et al. 2016).

Ao delinear a problemática central do estudo, torna-se possível perceber a pertinência do tema na compreensão mais ampla das estruturas organizacionais e como o exercício do poder impacta não apenas o ambiente institucional, mas também a capacidade de ressocialização dos indivíduos. Essa abordagem sugere uma análise profunda das dinâmicas sociais, examinando como as relações de poder moldam e são moldadas pelos processos de reintegração (Pagano, 2021).

No âmbito da linha de pesquisa proposta, espera-se que a investigação contribua para o desenvolvimento teórico e prático do entendimento das relações de poder, fornecendo esclarecimentos sobre como essas relações operavam no contexto específico da ressocialização. Além disso, a abordagem adotada está alinhada com a busca por soluções inovadoras e eficazes para questões relacionadas ao poder e à reintegração social (Brasil, 2020).

Considerando a relevância e a originalidade do tema, a pesquisa, de acordo com o caderno de orientações técnicas de medidas socioeducativas (Brasil, 2016), esta pesquisa tem o potencial de preencher lacunas no conhecimento existente, oferecendo uma perspectiva única sobre a interação entre poder e ressocialização. Tem-se como expectativa que os resultados contribuam não apenas para o avanço acadêmico na área, mas também para a aplicação prática de abordagens mais informadas e eficientes nas organizações e processos de ressocialização. Assim, esta dissertação pode contribuir para a elaboração de políticas públicas mais efetivas e humanizadas para o tratamento e ressocialização dos jovens em conflito com a lei, o que é um dos objetivos da linha de pesquisa em questão.

## 2 AMBIÊNCIA DO ESTUDO

Esta seção tem como propósito adentrar a essência dos desafios enfrentados pelo sistema socioeducativo em Belo Horizonte, realizando uma análise profunda das perspectivas e estratégias para a ressocialização dos jovens em conflito com a lei.

### 2.1 Desafios do Sistema Socioeducativo em Belo Horizonte: Análise e Perspectivas

Os desafios do sistema socioeducativo em Belo Horizonte sugerem uma reflexão sobre a realidade enfrentada por este sistema na região. Nesse contexto, destaca-se a importância do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte como um espaço fundamental para a promoção de práticas mais justas e eficazes.

Uma análise inicial remete ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que representou um marco ao assegurar direitos e restringir a privação de liberdade apenas em casos de atos infracionais graves, e esta mudança de paradigma revelou uma nova compreensão sobre a proteção da infância em situação de vulnerabilidade, reconhecendo a inadequação das concepções anteriores (MPMG, 2015).

Além disso, a estigmatização social dos jovens em conflito com a lei representa um obstáculo significativo para sua reintegração na sociedade, pois a discriminação e o preconceito enfrentados por esses jovens dificultam a obtenção de emprego, acesso à educação e moradia adequada após a saída das unidades socioeducativas. Essa marginalização social pode levar à reincidência criminal e minar os esforços de ressocialização (Araújo et al. 2018).

Outro desafio importante diz respeito ao acesso à educação e formação profissional dentro das unidades socioeducativas, sabendo-se que muitos jovens em conflito com a lei têm poucas oportunidades de educação durante o cumprimento das medidas socioeducativas, o que limita suas perspectivas de futuro. Investir em programas educacionais e de capacitação profissional é essencial para preparar esses jovens para a reinserção na sociedade (Silva et al., 2023).

Diante desses desafios, torna-se fundamental adotar uma abordagem integrada e multidisciplinar no Sistema Socioeducativo de Belo Horizonte, destacando-se a importância da colaboração entre diferentes atores, incluindo poder público, sociedade civil e instituições de ensino, para enfrentar os problemas enfrentados pelos jovens em conflito com a lei e promover sua ressocialização efetiva (Santana & Terra, 2023), pois, somente através de esforços coletivos

e políticas abrangentes será possível superar os desafios e oferecer um futuro promissor para esses jovens.

## **2.2 Ressocialização em Belo Horizonte: abordagens estratégicas**

O trabalho e a educação são componentes essenciais no processo de ressocialização, sendo que tais elementos contribuem para autonomia e a busca pela realização pessoal e social. Essa realidade evidencia a urgência de medidas para enfrentar a crise no sistema prisional e garantir condições humanas aos detentos, que são direitos identificados como inerentes a todos os seres humanos, estejam eles encarcerados ou não. Reconhece-se que tanto o trabalho quanto a educação são instrumentos universais essenciais para a cidadania e a autonomia individuais (Fidalgo & Fidalgo, 2017).

A busca por educação e emprego está intrinsecamente ligada à realização da liberdade, destacando o desejo humano de influenciar o curso de suas vidas e otimizar seu bem-estar e felicidade. A necessidade de garantir esses direitos fundamentais proporciona aos indivíduos as condições necessárias para uma verdadeira reintegração à sociedade (Fidalgo & Fidalgo, 2017).

A ressocialização pode ser entendida como o processo de reinserir um indivíduo na sociedade de forma a evitar a reincidência criminal, promovendo sua reintegração social e oferecendo oportunidades para uma vida mais digna e produtiva. No entanto, o cenário carcerário em Minas Gerais reflete uma realidade alarmante: quase 70% dos presídios do estado estão enfrentando condições que variam de regulares a péssimas, sendo a superlotação apenas um dos desafios enfrentados pelo sistema prisional, destacando a urgência de medidas efetivas para enfrentar essa crise (Mansur, 2024).

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 69% dos 218 estabelecimentos penais do estado enfrentam problemas que variam de regulares a péssimos. Em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, de 21 unidades inspecionadas, 16 estão superlotadas, destacando-se o Presídio Inspetor José Martinho Drumond, em Ribeirão das Neves, com uma superlotação de 115% em dezembro de 2023 (Veja tabela 1). Essa realidade evidencia a urgência de medidas para enfrentar a crise no sistema prisional e garantir condições humanas aos egressos.



**Tabela 1***Situação de unidades prisionais em BH e Região Metropolitana*

<b>CONTINUA</b>					
<b>Unidade prisional</b>	<b>Lotação</b>	<b>Última inspeção</b>	<b>Condições</b>	<b>Número de vagas projetadas</b>	<b>Número de presos</b>
Ceresp Gameleira	Superlotado	Out. 2023	Regulares	410	646
Ceresp Betim	Superlotado	Dez 2023	Péssimas	404	817
Ceresp Contagem	Dentro da capacidade	Dez. 2023	Regulares	95	90
Complexo Penal Público Privado de Ribeirão das Neves I	Dentro da capacidade	Dez. 2023	Excelentes	2.164	2.134
Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (Belo Horizonte)	Dentro da capacidade	Out. 2023	Regulares	426	313
Penitenciária Nelson Hungria (Contagem)	Superlotado	Dez. 2023	Regulares	1.640	2.624
Penitenciária José Maria Alkimin (Ribeirão das Neves)	Superlotado	Dez. 2023	Péssimas	1.070	1.262
Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria (São Joaquim das Bicas)	Superlotado	Jan. 2024	Ruins	402	433
Presídio de Caeté	Superlotado	Dez. 2023	Regulares	49	69
Presídio Ibité	Superlotado	Dez. 2023	Péssimas	102	166
Presídio de Jaboticatubas	Superlotado	Dez. 2023	Péssimas	41	55
Presídio Juatuba	Superlotado	Dez. 2023	Regulares	109	140
Presídio de Lagoa Santa	Superlotado	Jan. 2024	Ruis	46	91

**CONTINUAÇÃO**

Presídio de Nova Lima	Dentro da capacidade	Dez. 2023	Péssimas	95	94
Presídio Antônio Dutra Ladeira (Ribeirão das Neves)	Superlotado	Jan. 2024	Péssimas	878	1.767
Presídio Inspetor José Martinho Drumond (Ribeirão das Neves)	Superlotado	Dez. 2023	Péssimas	1.047	2.255
Presídio Santa Luzia	Superlotado	Jan. 2024	Boas	143	150
Presídio de São Joaquim de Bicas I	Superlotado	Jan. 2024	Ruins	820	1.318
São Joaquim da Bicas II	Superlotado	Jan. 2024	Ruins	754	1.026
Presídio de Vespasiano (feminino)	Dentro da capacidade	Dez. 2023	Regulares	204	167
Presídio de Pedro Leopoldo	Superlotado	Out. 2023	Péssimas	65	115

**Fonte:** Adaptado de Mansur (2024).

O contraste entre a capacidade oficial da prisão e o número real de egressos evidencia uma crise no sistema carcerário, evidenciando a necessidade urgente de medidas para lidar com a superpopulação e melhorar as condições de detenção. Ao abordar esses elementos, se destaca a necessidade de políticas que objetivem a prevenção de conflitos entre os detentos, evidenciando desafios profundos no sistema prisional brasileiro. Por outro lado, o sistema socioeducativo em Belo Horizonte segue diretrizes e normativas específicas para promover a ressocialização de adolescentes em conflito com a lei.

O sistema opera em conformidade com a legislação vigente, que inclui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Execução Penal (LEP), proporcionando o respaldo legal necessário para as ações e intervenções socioeducativas. Em 1991, foi criado e estruturado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/BH) em Belo Horizonte, delineando seu papel na política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente. Atualmente, regido pela Lei Municipal nº. 8.502 de 2003, o CMDCA/BH é

fundamental para promover a proteção e garantia dos direitos infantojuvenis na cidade (PBH, 2020).

A estrutura do sistema socioeducativo em Belo Horizonte envolve uma hierarquia estabelecida para garantir a eficácia na gestão, sendo que os diretores, coordenadores e agentes socioeducativos desempenham papéis específicos na implementação das atividades e na supervisão do ambiente socioeducativo. Considerando a mobilidade reduzida dos adolescentes, as instalações são projetadas para promover a acessibilidade, garantindo que todos os espaços sejam adaptados às necessidades individuais, respeitando princípios de inclusão e dignidade (Minas Gerais, 2023).

O destaque para as seis comissões temáticas permanentes, incluindo a Comissão de Medidas Socioeducativas (CMSE), revela a abordagem estruturada e especializada do Conselho. A CMSE, como espaço de debates e proposições, ganha importância ao focar na política de atendimento às medidas socioeducativas em Belo Horizonte. A paridade e a natureza técnica dessas comissões fortalecem o caráter participativo e especializado do CMDCA/BH (FPSAS-BH, 2015)

A ênfase positiva ressalta a importância do engajamento dos detentos em atividades construtivas como uma estratégia para mitigar a ociosidade e promover a reintegração social, iniciativas que não somente beneficiam o desenvolvimento individual dos reclusos, mas também têm o potencial de reduzir a reincidência criminal. O exemplo do Presídio Doutor Nelson Pires ilustra esforços em curso para implementar medidas eficazes de ressocialização, enfatizando a participação ativa dos detentos em programas que visam prepará-los para a reintegração à sociedade após o período de reclusão. (Agência Minas, 2023).

Em Belo Horizonte, a realidade desafiadora enfrentada pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH) evidencia a expressiva quantidade de flagrantes de atos infracionais que o Centro lida anualmente, chegando a cerca de 9 a 10 mil casos, resultando uma demanda considerável, com aproximadamente 2 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, 150 internados provisoriamente, 100 em semiliberdade e cerca de 300 em internação por prazo indeterminado (FPSAS-BH, 2015).

A descrição da maioria desses adolescentes supracitados, que chegam com históricos de vulnerabilidades sociais complexas, comprometimento nas relações familiares e na escolaridade, além do uso de drogas, destaca a natureza multifacetada dos desafios enfrentados na prestação de atendimento adequado. A lista abrangente de entidades envolvidas, como Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícias Civil e Militar, além de diversas secretarias estaduais e municipais, organizações da sociedade civil e universidades, sublinha a

necessidade de uma abordagem interdisciplinar e colaborativa para enfrentar os desafios do atendimento a adolescentes e detentos em conflito com a lei (FPSAS-BH, 2015).

Uma iniciativa interessante adotada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), vem possibilitar que pessoas condenadas por pequenos delitos cumpram suas penas por meio da prestação de serviços comunitários. Desde 2004, essa colaboração entre a CMBH e o TJMG, por meio do Núcleo de Cidadania e da Divisão de Segurança da Casa, proporciona uma alternativa de reintegração para os condenados (CMBH, 2020).

O programa permite que os indivíduos condenados realizem serviços comunitários nas dependências da Câmara Municipal, engajando-se em atividades como jardinagem e limpeza externa do prédio. Essa abordagem oferece aos condenados a oportunidade de contribuir de maneira positiva para a comunidade, ao mesmo tempo em que cumprem suas penas de forma não tradicional (CMBH, 2020). É importante notar que os serviços prestados no âmbito desse programa não são remunerados e não geram direitos trabalhistas para os participantes, condição que destaca a natureza do programa como uma forma de ressocialização, buscando promover a reintegração dessas pessoas à sociedade por meio de ações positivas.

O sistema socioeducativo em Belo Horizonte atua sob um regime provisório, garantindo que as medidas socioeducativas sejam proporcionadas de maneira temporária e revisadas periodicamente, com vistas à efetividade e à adequação ao processo de ressocialização (Minas Gerais, 2023). Em síntese, o sistema socioeducativo em Belo Horizonte busca conciliar amparo legal, estrutura organizacional eficiente, direção comprometida, parâmetros educacionais adequados e regime provisório para oferecer uma abordagem integrada e humanizada no processo de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei.

### **2.3 Outras abordagens de poder no contexto socioeducativo**

Ao adentrar nesse tema, busca-se ir além das perspectivas teóricas de Weber e Foucault. Embora suas contribuições sejam valiosas, o ambiente socioeducativo apresenta nuances e desafios particulares que podem ser melhor compreendidos por meio de uma variedade de abordagens (Cardoso, [s.d.]). Nesta nova exploração, pretende-se analisar outras teorias que lançam luz sobre as dinâmicas de poder específicas que ocorrem no contexto socioeducativo, considerando a complexidade das relações entre os autores envolvidos.

A doutrina da proteção integral no Brasil é ressaltada pela sua fundamentação na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº

8.069/1990, e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei Federal nº 12.594/2012. Essa doutrina representa uma abordagem abrangente e inovadora em relação aos direitos de crianças e adolescentes, consolidando avanços significativos (CENDHEC, 2017).

A doutrina da proteção integral propõe uma visão holística, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e não apenas como objetos de proteção. Ela abrange não somente os aspectos relacionados à repressão e punição, mas também se preocupa em promover o desenvolvimento integral desses indivíduos, garantindo seus direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos. A Constituição de 1988 e o ECA evidenciam o compromisso legal do país em assegurar os direitos das crianças e adolescentes, incorporando princípios como a prioridade absoluta, a participação ativa e a proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência e crueldade. O SINASE estabelece diretrizes para o atendimento socioeducativo, buscando assegurar condições que possibilitem a ressocialização e a reintegração desses jovens na sociedade (Purgato, 2023).

As medidas socioeducativas representam meios de responsabilização atribuíveis aos jovens que praticaram atos infracionais, segundo critérios e condições preestabelecidos. O sistema socioeducativo é reconhecido por materializar os direitos consagrados na doutrina de proteção integral, permitindo a implementação de medidas que buscam promover a ressocialização do adolescente infrator, e tais medidas se caracterizam por abordagens pedagógicas e punitivas, integradas a ações benéficas (Costa et al. 2019).

O sucesso pedagógico das medidas socioeducativas é associado a uma dimensão disciplinar, na qual a manutenção de certa ordem é vista como fundamental para operar eficazmente e garantir a continuidade das atividades sem contratemplos. Isso implica manter o comportamento dos socioeducandos dentro de uma linha dócil, sugerindo a importância da disciplina como base para o funcionamento efetivo do processo (Flores, 2020).

Diante desse contexto, destaca-se a necessidade de estratégias que permitam a aproximação com esses jovens, a fim de envolvê-los ativamente no processo socioeducativo. Segundo Schultz et al. (2017), isso sugere uma abordagem mais participativa, reconhecendo a importância de incluir os socioeducandos no desenvolvimento das regras institucionais, buscando não apenas impor, mas construir normas de maneira colaborativa.

A menção à insistência dos regimentos legais supracitados, na importância do estabelecimento de vínculos com os socioeducandos enfatiza a compreensão de que a construção de relações significativas é fundamental para o sucesso pedagógico. Estabelecer conexões com esses jovens não apenas contribui para o alcance dos objetivos pedagógicos, mas também promove um ambiente mais propício à ressocialização, permitindo que os

socioeducandos se tornem agentes ativos na construção de suas trajetórias (Costa et al. 2019, Flores, 2020 & Schultz et al. 2017).

Esta dissertação busca apresentar o paradoxo entre o poder soberano do Estado e os fundamentos para a exceção, ou seja, o não cumprimento da lei por agentes que prezam o ordenamento jurídico (Max & Marques Júnior, 2020). No pensamento tradicional, o poder soberano refere-se à autoridade máxima e incontestável detida pelo Estado. O poder soberano é muitas vezes associado ao monarca ou ao governo central, detendo o monopólio legítimo do uso da força, elaborando leis e mantendo o controle sobre o território e a população. Esse poder é concebido como absoluto e concentrado, representando a vontade e a autoridade suprema, muitas vezes vinculadas à figura do soberano. Michel Foucault desafia a concepção tradicional de poder soberano e, em suas análises, o poder não é visto como uma entidade concentrada em uma figura central, mas sim como uma rede dispersa de relações e práticas que permeiam toda a sociedade (Martucci, 2016).

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 Poder e disciplina: conceitos fundamentais

O tema do poder e disciplina desempenha um papel fundamental na compreensão das dinâmicas sociais, estruturas institucionais e relações de autoridade em diversas esferas da vida. Ambos os conceitos são fundamentais para analisar como as sociedades se organizam e mantêm a ordem, influenciando comportamentos individuais e coletivos (Pagano, 2021). A seguir, serão explorados esses conceitos essenciais e examinados como o poder e a disciplina interagem para moldar a dinâmica social.

O poder e a disciplina regularmente se entrelaçam, criando relações dinâmicas e complexas. As instituições de poder frequentemente utilizam mecanismos disciplinares para manter a ordem e reforçar suas posições, como por exemplo, o sistema jurídico, ao impor penas, busca disciplinar comportamentos considerados desviantes. Da mesma forma, as estruturas de poder podem influenciar as normas e padrões sociais, exercendo controle sobre a maneira como a disciplina é aplicada (Ferreira Neto, 2023).

Esta análise fornece uma base para compreender as complexidades das relações sociais, destacando como o poder e a disciplina moldam e são moldados por instituições e práticas sociais. Ao explorar esses conceitos fundamentais, busca-se lançar luz sobre as dinâmicas que permeiam as estruturas sociais e as maneiras como as sociedades buscam manter a ordem e moldar o comportamento humano.

A primeira grande estratégia da disciplina é focalizar no indivíduo e estabelecer estruturas vivas que permitam a classificação e transformação das massas confusas, inúteis ou perigosas em grupos organizados. O corpo não tem permissão para ficar ocioso; ele deve ser constantemente utilizado e moldado, com controle total sobre o tempo que o permeia, juntamente com uma série de microcontroles do poder (Medeiros, 2022).

De acordo com Medeiros (2022), ao introduzir atividades nas instituições prisionais, ocorre um investimento cuidadoso do poder sobre o corpo, regulando cada movimento de forma rigorosa. Dessa forma, o corpo se torna simultaneamente objeto dos mecanismos de poder e de conhecimento. Adestra-se melhor quando se conhece, conhece-se melhor quando se adestra, é essa relação de poder/saber que organiza e torna possível a disciplina. Avaliações psiquiátricas, estudos de antropologia criminal, a criminologia, todas essas formas de conhecimento, aplicadas a uma variedade de objetos, fornecem bases para o sistema jurídico.

O poder passa a incidir não apenas sobre as infrações em si, mas sobre as ações passadas, presentes e potenciais dos indivíduos, sobre quem são, foram, ou poderiam ser.

### ***3.1.1 Definições e interconexões entre poder e disciplina***

O poder, enquanto temática de estudos, é analisado por diversas abordagens teórico-sistêmicas que buscam compreender as relações de poder em diferentes contextos sociais. Estas abordagens referem-se à capacidade de influenciar, controlar ou afetar o comportamento, decisões ou ações de outras pessoas, grupos ou sistemas, sendo que esta capacidade pode ser exercida de diversas formas, seja por meio de autoridade formal, coerção, persuasão, conhecimento ou controle de recursos (Avelino, 2020). As teorias sobre o poder variam, incluindo a perspectiva de Weber, que destaca o poder soberano, e a abordagem de Foucault, que analisa a microfísica e macrofísica do poder, considerando as relações complexas e dinâmicas presentes na sociedade.

Uma das abordagens teórico-sistêmicas comumente utilizadas para analisar as relações de poder é a funcionalista (Garrido e Saltorato, 2019). Nesse paradigma, o poder é entendido como uma função necessária para a manutenção da ordem social e do equilíbrio. Os teóricos funcionalistas examinam como o poder é distribuído e exercido nas diferentes instituições sociais, considerando sua contribuição para a estabilidade e a coesão social (Claridge, 2018), abordagem que destaca a interdependência entre as partes de um sistema social e como o poder é utilizado para regular as relações entre elas.

Outra abordagem teórico-sistêmica relevante é a marxista, que analisa as relações de poder sob a ótica das estruturas de classe e das relações de produção e, segundo esse paradigma, o poder é moldado pela divisão da sociedade em classes sociais, com os detentores dos meios de produção exercendo poder sobre aqueles que dependem do trabalho assalariado (Cruz, 2019). Os teóricos marxistas investigam como o poder é utilizado para manter a exploração econômica e as desigualdades sociais, buscando a transformação do sistema capitalista em prol da justiça social (Estanque & Costa, 2018).

Uma terceira abordagem teórico-sistêmica é a construtivista, que destaca o papel da cultura, das normas e das ideias na construção e na reprodução do poder, tratando-se de uma abordagem construtivista é uma perspectiva teórica que destaca a construção ativa do conhecimento pelo indivíduo, enfatizando a influência das experiências, interações sociais e interpretações pessoais na formação de concepções e entendimentos. Nesse contexto, o aprendizado é visto como um processo ativo em que os indivíduos atribuem significado ao



mundo ao seu redor, construindo suas próprias estruturas mentais e compreensões. Essa abordagem é frequentemente aplicada em educação e psicologia, destacando a importância do contexto social e cultural na formação do conhecimento (Barbosa, 2015). Nesse paradigma, Jung (2019) afirma que o poder é entendido como um processo socialmente construído, influenciado por discursos e significados atribuídos às relações sociais. Os teóricos construtivistas exploram como as representações simbólicas e os sistemas de significado moldam as relações de poder e como essas relações, por sua vez, moldam as percepções e as identidades dos atores sociais.

Essas abordagens teórico-sistêmicas levam em consideração uma variedade de aspectos, como a estrutura social, economia, cultura e significado e cada uma delas oferece uma visão particular, enfocando diferentes facetas do poder e como ele é exercido nas diversas esferas da vida social. Por exemplo, uma abordagem pode enfatizar como as estruturas econômicas influenciam o poder, enquanto outra pode explorar as dimensões culturais do poder e como os significados são construídos e mantidos.

Ao adotar uma abordagem teórico-sistêmica, os pesquisadores têm a oportunidade de aprofundar sua compreensão das relações de poder, permitindo explorar a complexidade das dinâmicas sociais e políticas, revelando como o poder é distribuído, exercido e contestado em sociedades diversas. Ao considerar essas perspectivas múltiplas, os pesquisadores podem contribuir para uma compreensão mais abrangente dos processos sociais e políticos em jogo, o que é essencial para abordar questões críticas e promover mudanças efetivas na sociedade (Avelino, 2021).

Na tabela 2, encontram-se apresentadas abordagens de alguns autores e a visão de cada na parte do poder.

**Tabela 2**

*Perspectivas Autorais sobre o Poder: Múltiplas Visões*

<b>Autores</b>	<b>Ano</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Poder</b>	<b>Principais implicações/resultados discussões</b>
French & Haven	1959	Teórica e Empírica	O texto aborda o poder de maneira ampla, referindo-se a diferentes tipos de poder social e processos de influência social. Não especifica um tipo específico de poder, mas destaca a complexidade e	A necessidade de distinguir diferentes tipos de poder para compreender os efeitos diversos encontrados nos estudos de influência social. A pesquisa empírica, especialmente em pequenos grupos, demonstra a importância de teorias

---

			onipresença desses processos na sociedade.	preliminares para orientar a investigação sobre os diferentes tipos de poder. O texto destaca a ênfase na vida do indivíduo sobre quem o poder é exercido, buscando identificar conceitos fundamentais para explicar vários fenômenos de influência social.
Pagés et al.	1993	Crítica ideológica	e O texto aborda principalmente o poder nas organizações, destacando tanto o poder exercido pelos pesquisadores nas ações e decisões quanto o poder das estruturas institucionais nas organizações hipermodernas.	As implicações estão relacionadas ao exercício do poder nas organizações hipermodernas, evidenciando a dominação da empresa sobre os indivíduos. Destacam-se os processos de mediação, onde a empresa utiliza estratégias econômicas, políticas, ideológicas e psicológicas para minimizar conflitos e assegurar a submissão dos empregados. A abordagem ideológica e a falta de transparência são apontadas como elementos que perpetuam a dominação das organizações sobre os indivíduos.
Lysaught	2009	Bioética	O tipo de poder destacado nesse contexto é institucional. O texto ressalta o exercício do poder não apenas através das ações individuais dos pesquisadores, mas também por meio das estruturas institucionais que possibilitam e apoiam tais experimentos, incluindo a defesa de indivíduos proeminentes, como o Dr. Saul Krugman e as respostas da Pfizer, como instituição.	O texto destaca as complexidades éticas envolvidas em experimentos médicos em crianças, especialmente em contextos transnacionais. As implicações éticas discutidas incluem a escolha dos sujeitos de pesquisa, consentimento informado, acesso a tratamentos alternativos e a responsabilidade das instituições regulatórias. A análise de Lysaught amplia o escopo tradicional da bioética, propondo uma visão crítica da disciplina como parte integrante do panorama mais amplo da biopolítica. A autora sugere que a bioética pode contribuir para a criação de "corpos dóceis" para a pesquisa transnacional, refletindo sobre as mudanças significativas na prática da

---

---

Faria & Meneghetti	2010	Epistemológica	<p>A discussão sobre o poder, sob a perspectiva dos pensadores Marx e Popper, revela nuances fundamentais para a compreensão da dinâmica entre ciência e sociedade. Marx, ao afirmar que a aparência das coisas muitas vezes não reflete sua realidade intrínseca, propõe uma abordagem que transcende a superfície imediata. Ele destaca que a ciência desempenha um papel crucial ao desvelar as relações sociais subjacentes à produção do conhecimento. Popper, por sua vez, acrescenta à reflexão a falibilidade inerente à ciência, reconhecendo sua natureza humana. Essa visão admite que a compreensão científica está sujeita a correções e aprimoramentos contínuos.</p>	<p>pesquisa biomédica e os desafios éticos emergentes em escala global.</p> <p>As implicações deste entendimento, emerge a centralidade das relações sociais na produção científica como elemento-chave para a compreensão do saber instituído. A ciência, além de um mero instrumento neutro, revela-se intrincadamente entrelaçada com poder, ideologia, forças produtivas e relações de produção. A relação entre ciência e poder, nesse contexto, transcende a esfera epistemológica, estendendo-se à ideologia, às condições materiais de existência e às dinâmicas sociais mais amplas.</p>
Wanderley et al.	2012	Crítica e interdisciplinar	<p>O texto aborda principalmente as relações de poder, focalizando as dinâmicas de poder que surgem no contexto da construção do novo prédio da FGV e suas implicações nas relações de poder na Rua Barão de Itambi. O poder é percebido como inerente às transformações no espaço e às interações entre as pessoas envolvidas.</p>	<p>As implicações do estudo concentram-se na relação entre a construção do novo prédio da FGV e as transformações nas dinâmicas das relações de poder na Rua Barão de Itambi, especialmente para seus moradores. O texto destaca a importância das discussões sobre espaço na área de administração e estudos organizacionais, homenageando o Professor Marcelo e buscando instigar uma discussão que contribua para a área. O trabalho é apresentado como uma reflexão preliminar, indicando a intenção de dar continuidade</p>

---

**Fonte:** Própria autoria, adaptado dos autores mencionados no quadro

O poder é um conceito complexo e multifacetado que desafia uma definição única e consensual. Em uma revisão da literatura sobre o conceito de poder realizada por Hawks (1991), foram apresentados argumentos que estabelecem conexões com as ideias de Tillich (1954), Nietzsche (1901/1968) e Foucault (2000). A autora Hawks descreve o poder como uma dinâmica de domínio, na qual um indivíduo progride de uma posição inferior para uma superior.

Especificamente, o poder é a capacidade de uma pessoa influenciar o comportamento dos outros de acordo com seus interesses pessoais. Hawks também enfatizou a conotação positiva associada à conquista do poder, além de argumentar que o poder só existe nas relações interpessoais e pode manifestar-se por meio da influência, que é considerada uma forma poderosa de controle sobre os outros, levando-os a obedecer ou se ajustar. Embora Hawks, em 1991, restringia a atribuição do poder aos seres humanos, sua perspectiva estava alinhada com as conceituações de poder apresentadas por Nietzsche e Foucault (Florczark, 2016).

A disciplina refere-se ao conjunto de regras, normas e práticas que orientam o comportamento humano em direção a objetivos específicos, envolvendo a aplicação de métodos para moldar o comportamento, promover a ordem e garantir a conformidade com padrões estabelecidos. Na esfera socioeducativa, a disciplina vai além da simples imposição de regras, buscando criar um ambiente propício ao desenvolvimento pessoal e à aprendizagem, podendo ser exercida de maneira punitiva ou construtiva, visando não apenas o controle, mas também a formação de valores, responsabilidade e respeito mútuo (Costa & Camargo, 2019). De acordo com Costa & Camargo (2019, p. 135): “A disciplina é justamente o conjunto de técnicas de poder que tem como objetivo atingir o sujeito em sua singularidade”.

A disciplina dentro do sistema socioeducativo não se refere apenas a punições, mas também à estrutura e às regras que regulam o ambiente e desempenha um papel importante na manutenção da segurança e da ordem, garantindo que o espaço seja propício para o aprendizado e a reabilitação, tornando-se essencial encontrar um equilíbrio entre educação e disciplina. A abordagem deve ser centrada na reabilitação, com ênfase na construção de habilidades sociais, resolução de conflitos e desenvolvimento pessoal. Ao mesmo tempo, é importante que a disciplina seja aplicada de maneira justa e proporcional, evitando práticas que possam perpetuar ciclos de violência ou desencorajar o progresso (Minas Gerais, 2023).

Ao explorar as interconexões entre poder e disciplina, torna-se evidente que a disciplina, por sua vez, é frequentemente empregada como uma expressão tangível do poder, pois a imposição de regras, normas e estruturas disciplinares não apenas busca manter a ordem social, mas também serve como uma manifestação do poder institucional ou individual. Esse entrelaçamento destaca como as dinâmicas disciplinares não são meramente instrumentos de controle, mas também constituem meios pelos quais o poder é exercido, consolidando-se como uma parte fundamental na organização e regulação dos contextos sociais (Sheridan, 2016).

Foucault (2021) aborda o poder enfatizando as relações de força e a dimensão disciplinar e produtiva dessas relações. Segundo o autor, a compreensão adequada do poder envolve uma análise que vai além da mera imposição de proibições gerais, buscando entender o poder como algo que atua de maneira mais sutil e complexa.

Foucault (2021) direciona sua atenção, por exemplo, para a análise genealógica das relações entre poder, conhecimento e sexo. O emprego da genealogia como método histórico não é uma invenção exclusiva de Foucault, mas sim uma abordagem que se desdobra a partir da proposta metodológica de Friedrich Nietzsche. Foucault apropriou-se dessa abordagem e a aplicou como um instrumento fundamental em suas análises do presente, das relações humanas, da constituição dos corpos e das subjetividades. A genealogia, em suas mãos, torna-se uma ferramenta para desvelar as raízes históricas das práticas e discursos contemporâneos, questionando a naturalização de categorias e revelando as dinâmicas de poder subjacentes (Prado Filho, 2017).

Nesse contexto, o poder não é visto apenas como uma expressão de proibições que recaem sobre a sexualidade, mas destaca sua função em termos de ação positiva e essa perspectiva implica que o poder não é meramente repressivo, mas desempenha um papel ativo na formação e na condução das práticas sociais. A investigação se propõe a examinar como a nuance disciplinar do poder contribui para repensar o papel do sexo e do poder, conforme expresso pela célebre frase do autor "o sexo sem a lei e o poder sem o rei" (Foucault, 2021, p.87). Aqui, o foco está na compreensão do sexo sem a regra da repressão e do poder sem a onipotência historicamente associada à figura do soberano.

Ainda, Foucault (2021) argumenta que, embora o jurídico tenha historicamente representado um poder centrado na coação e na morte, essa abordagem é heterogênea em relação aos novos procedimentos de poder.

E se é verdade que o jurídico pôde servir para representar, de modo sem dúvida exaustivo, um poder essencialmente centrado na coleta e na morte, ele é absolutamente

heterogêneo com relação aos novos procedimentos de poder que funcionam, não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos. (Foucault, 2021, p.86).

Ao explorar a interconexão entre poder e outros elementos fundamentais da vida social, como saber e sexo, Foucault (2021) propõe uma abordagem mais holística para compreender como as estruturas de poder se manifestam e moldam a sociedade. Sua análise desafia concepções simplistas de poder, destacando a complexidade das relações que o envolvem e a necessidade de considerar tanto seus aspectos disciplinares quanto produtivos.

A transição do tema das definições e interconexões entre poder e disciplina, passa a focar no papel fundamental da disciplina na configuração das relações de poder. Nessa transição, explora-se como as dinâmicas disciplinares não apenas moldam o comportamento, como também desempenham um papel crucial na definição e manutenção das estruturas de poder nas interações sociais (Pagano, 2021).

### ***3.1.2 Papel da disciplina na configuração das relações de poder***

Na perspectiva de Foucault (2014a), o poder disciplinar estende-se por diversas instituições, como prisões, quartéis, fábricas, hospitais e escolas. Notavelmente, a escola se destaca como a instituição que, na era moderna, desempenha um papel preponderante na docilização e conformidade dos corpos, sendo seu ambiente ser caracterizado como um *lócus* de perpetuação da disciplina e do conhecimento, onde a imposição disciplinar se consolida e é, de certa forma, aceita de maneira sutil pela população.

No seu clássico livro "Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão", Foucault examina o surgimento, na era clássica, de um extenso impulso disciplinar que se tornou onipresente na modernidade, além de identificar três princípios fundamentais que subjazem ao funcionamento da sociedade disciplinar: o princípio da clausura, o princípio do corpo eficiente e o princípio do poder disciplinar. O princípio da clausura engloba noções como confinamento em celas, localizações utilitárias e classificações. O princípio do corpo eficiente surge das ideias de regimes horários, exercícios e treinamento, bem como da utilização intensiva do tempo. Já o princípio do poder disciplinar abarca conceitos como hierarquização, o modelo panóptico, normalização das sanções e a aplicação de exames (Bowden & Stevenson-Clarke, 2020).

No capítulo sobre disciplina em "Vigiar e Punir", Foucault enfatiza a importância desse conceito na compreensão das dinâmicas das instituições modernas e do exercício do poder

sobre os indivíduos. Segundo o autor, a disciplina não se resume a um simples método de controle; ela constitui um sistema intrincado de poder que exerce influência sobre as práticas sociais, moldando e governando o comportamento humano de maneira previsível e manipulável. Uma das formas paradigmáticas de disciplina exploradas por Foucault é a disciplina panóptica, exemplificada na arquitetura das prisões concebidas por Jeremy Bentham. Nesse modelo, um único observador, posicionado numa torre central, pode supervisionar todos os prisioneiros sem que estes saibam se estão sendo observados ou não. Essa ausência de visibilidade gera um estado de autocontrole nos prisioneiros, levando-os a interiorizar as normas e regras sociais (Foucault, 2020).

Além da disciplina panóptica, Foucault investiga as técnicas disciplinares presentes em outras instituições, como escolas, hospitais e fábricas. Em cada uma delas, são empregados métodos específicos de disciplina para controlar os corpos e comportamentos dos indivíduos. Por exemplo, na escola, a disciplina é estabelecida por meio de hierarquias de autoridade, punições e recompensas, enquanto nas fábricas, é realizada por meio do controle temporal e espacial do trabalho (Foucault, 2020).

A disciplina não se resume à imposição externa das autoridades; ela é também internalizada pelos próprios indivíduos e estes absorvem as normas e valores da sociedade e se disciplinam de acordo com tais normas, contribuindo para a autorregulação que perpetua o poder disciplinar (Foucault, 2020).

Um aspecto crucial destacado pelo teórico é a relação entre disciplina e o corpo humano ao descrever como as instituições disciplinares exercem controle sobre os corpos, moldando-os conforme os padrões sociais estabelecidos, e produzindo corpos disciplinados e úteis para a sociedade. Isso envolve práticas como vigilância constante, exercícios físicos e dietas controladas (Foucault, 2020).

Foucault, a partir da década de 1960, focaliza a transformação contemporânea na gestão do poder nas sociedades ocidentais. Foucault (2002) argumenta que esse novo modo de exercício de poder concentra-se cada vez mais na vida, tanto no nível do corpo individual quanto no das populações em geral, bem como descreve a emergência de um contexto diferente, caracterizado por mecanismos específicos de poder, práticas e instrumentos que não se alinham mais com a relação tradicional de poder jurídico da soberania. Em vez disso, esses elementos são compatíveis com um tipo de poder que se manifesta diretamente nos corpos individuais, indicando uma mudança significativa nas dinâmicas de poder e controle social.

Essa relação entre poder e disciplina é significativa, já que toda relação de poder apenas pode se manter em curso na medida em que se apoia em um determinado discurso que, por sua vez, a fundamenta. Ao mesmo tempo, a relação de poder, por meio de seus próprios meios, busca atualizar-se e reforçar o discurso. Em uma palavra: poder e disciplina complementam-se e desenvolvem-se mutuamente (Silva, 2018). Weber (2014) observa que na dinâmica de dominação, os dominados precisam continuamente se submeter à autoridade reivindicada pelos dominantes. No entanto, ele levanta questões relevantes sobre as justificações internas e os meios externos que sustentam essa dominação.

O estudo de Carlsen et al. (2020) propõe uma mudança nessa perspectiva, ao ampliar o conceito de poder para além do aspecto coercitivo e, ao integrar o trabalho de Follett e Foucault com abordagens contemporâneas da criatividade baseadas na prática, sugere-se que o poder na criatividade organizacional pode ser entendido como processos de conexão, abundância e agência coletiva. Essa abordagem implica uma visão mais dinâmica e relacional do poder, afastando-se das ideias tradicionais de autoridade posicional e controle. A relação entre poder e disciplina neste contexto está ligada à maneira como o poder é concebido e exercido, seja como uma força coercitiva de controle ou como um facilitador de conexões, colaboração e criatividade dentro das organizações.

A conexão entre poder e disciplina, segundo Weber (2014), pode ser percebida ao considerar que, para a dominação perdurar, é necessário o estabelecimento de justificações internas e o emprego de meios externos. Essas justificações e meios podem ser interpretados como formas de disciplina, nas quais as normas, regras e narrativas funcionam como instrumentos para manter a ordem social e legitimar o exercício do poder. Assim, a disciplina emerge como um componente essencial para a estabilidade e continuidade das relações de poder, conforme indicado pela necessidade de justificações e meios para sustentar a dominação.

Weber (2014) distingue três tipos diferentes de dominação, cada um caracterizado por suas especificidades e fundamentado em diferentes justificativas, perspectiva que será abordada no capítulo a seguir. A classificação de tipos de dominação é um dos conceitos-chave na obra de Weber sobre teoria sociológica e política e essa tipologia proporciona uma compreensão mais aprofundada da diversidade de fundamentos e dinâmicas que sustentam o exercício do poder em diferentes contextos sociais e políticos. Cada tipo de dominação apresenta implicações distintas para a estrutura e funcionamento das instituições e da sociedade em geral.



O estudo de Jorgensen (2022) aborda a relação entre narrativas e poder nas organizações, destacando a perspectiva de que as narrativas refletem as relações de poder e subjetividade. Baseando-se no trabalho de Hannah Arendt, o autor argumenta que as narrativas são inerentemente políticas e moldam a forma como percebemos e agimos no mundo organizacional. Arendt sugere que as narrativas são espaços de intervenção política, onde os sujeitos podem agir e criar algo novo, sendo que essa análise destaca três consequências teóricas: a importância do "espaço de aparência" como origem da ação; a narrativa como uma prática espacial moldada por interações coletivas, e a capacidade das relações materiais de promover mudanças organizacionais.

Ao deslocar o foco do entendimento de poder e disciplina para as perspectivas sobre poder de Weber e Foucault, a transição revela-se fluida, explorando a complementaridade desses dois pilares conceituais. Ao examinar as raízes da disciplina dentro da estrutura de poder proposta por Weber, é possível discernir como as instituições moldam a autoridade por meio de normas e regras, evidenciando a conexão intrínseca entre poder e a imposição disciplinar.

O enfoque weberiano supracitado serve como alicerce para a transição para a análise de Foucault, cuja perspectiva ampliada destaca que a disciplina é um fenômeno onipresente e multifacetado, ultrapassando fronteiras institucionais para se infiltrar em interações cotidianas (Furtado, 2013). Assim, ao se aprofundar nas perspectivas teóricas de Weber e Foucault sobre poder, traça-se uma trajetória que vai da disciplina burocrática à compreensão mais ampla da influência disciplinar nas relações sociais e estruturas sociais mais amplas.

### **3.2 Perspectivas teóricas sobre poder: Weber e Foucault**

O conceito de poder é multifacetado e pode ser definido de várias maneiras e uma delas é a ideia de que o poder implica a capacidade de controlar ou comandar outros (Simon, 2020). Diversos sociólogos têm expressado suas visões sobre o poder, destacando-se figuras como Max Weber e Foucault, cujas perspectivas, embora compartilhem semelhanças em alguns aspectos, também apresentam suas próprias opiniões e interpretações sobre o tema.

#### ***3.2.1 Abordagem de Weber: poder soberano e sua manifestação no socioeducativo***

A abordagem de Weber em relação ao poder soberano e sua manifestação na área socioeducacional pode ser compreendida à luz de seus conceitos fundamentais, como os tipos ideais de dominação e suas implicações na organização social. Max Weber, um dos fundadores

da sociologia, contribuiu significativamente para a compreensão das dinâmicas de poder em diversas esferas da vida social, incluindo a educação (Oliveira, 2020).

Weber (1982, p. 211) define poder como: “A possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária, até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação”. De acordo com Weber, o conceito de poder revela uma ambiguidade sociológica, destacando uma diversidade de circunstâncias que conferem a uma pessoa a capacidade de impor sua vontade. Nesse contexto, a noção de dominação surge como uma abordagem mais precisa: ela é definida como a probabilidade de que uma ordem seja efetivamente acatada.

A compreensão de poder de Weber é frequentemente associada à teoria do poder de forma tripartite, que inclui três tipos ideais de autoridade: tradicional, carismática e racional-legal (Mourato & Souza, 2017) (Tabela 3).

**Tabela 3**

*Tipos de autoridade de Max Weber*

<b>Tipo de autoridade</b>	<b>Características principais</b>	<b>Exemplos</b>
Autoridade Tradicional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baseada em tradição e herança cultural.</li> <li>- Poder hereditário.</li> <li>- Normas culturais profundamente enraizadas.</li> </ul>	Monarcas em sociedades feudais, líderes religiosos tradicionais.
Autoridade Carismática	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baseada nas qualidades pessoais carismáticas do líder.</li> <li>- Capacidade de inspirar e mobilizar seguidores.</li> <li>- Pessoal e efêmera.</li> </ul>	Mahatma Gandhi, Martin Luther King Jr., líderes religiosos carismáticos.
Autoridade Racional-Legal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baseada em regras e regulamentos estabelecidos.</li> <li>- Conformidade com procedimentos e leis predefinidos.</li> <li>- Impessoal e institucional.</li> </ul>	Governos democráticos, burocracias, organizações modernas.

**Fonte:** Própria autoria, adaptado de Mourato & Souza (2017).

A tabela 3 oferece uma visão geral rápida e organizada dos três tipos de autoridade propostos por Max Weber, destacando suas principais características e fornecendo exemplos ilustrativos, o que pode ser útil para uma melhor compreensão e referência rápida ao discutir a teoria de Weber sobre o poder e a autoridade. Conforme pode-se observar na tabela 3, a teoria

do poder de Weber é constituída no esquema: poder – dominação – disciplina (Mourato & Souza, 2017).

Dentro da esfera da filosofia política, inúmeros autores exploraram a noção de poder, oferecendo diversas perspectivas na tentativa de elucidar a natureza do poder e sua expressão nos fenômenos da vida política. Weber (1968) direciona seu olhar para a análise do poder e sua manifestação variada em diferentes contextos, ressaltando que, independente da forma que as organizações políticas assumam, a força é uma característica comum a todas elas. A distinção reside nas maneiras pelas quais essa força é empregada, tanto em termos de forma como de extensão, quando confrontadas umas com as outras.

Além disso, Weber (1968) aborda o poder na burocracia, considerando-a o meio mais avançado de exercer o poder nas mãos daqueles que a controlam. Para o autor, trata-se de uma abordagem mais racional para governar, onde é possível atender de maneira eficiente aos interesses políticos, econômicos e outros. Nesse contexto, ele examina as características da burocracia, onde o poder é exercido de maneira formal e impessoal, destacando a importância da estrutura organizacional na governança moderna.

### ***3.2.2. Contribuições de Foucault: microfísica e macrofísica do poder nas práticas socioeducativas***

Michael Foucault é apresentado como um pensador que transcendeu fronteiras disciplinares, fornecendo uma visão crítica e aprofundada sobre as dinâmicas de poder, conhecimento e governança nas sociedades humanas. Também se dedicou a revelar como o conhecimento, as práticas e as técnicas de governança surgem em momentos históricos específicos e como exercem influência na vida humana, tornando-se um dos autores mais conhecidos que desenvolveu a teoria da sociedade disciplinar. Em suas obras, como "Vigiar e Punir" e "Microfísica do Poder", Foucault analisa as transformações históricas que levaram à emergência da sociedade disciplinar nos séculos XVIII e XIX (Candioto, 2012).

O autor destaca conceitos-chave como Estado, sociedade, poder, governança e soberania, bem como disciplinas específicas como psiquiatria, criminologia e pedagogia. Foucault busca desvendar as técnicas de dominação presentes nos ambientes sociais, especialmente nas sociedades ocidentais, oferecendo análises perspicazes sobre as tecnologias de governança ao longo de diferentes períodos históricos.

Em sua obra "Vigiar e Punir" Foucault (2014a) empreende uma análise histórica do homem moderno, percorrendo um caminho que se inicia no declínio do feudalismo, atravessa

o surgimento do capitalismo e culmina em sua consolidação nos primórdios do século XVIII. Durante este trajeto, o autor busca compreender não apenas as transformações econômicas, mas também os comportamentos e saberes que caracterizam a evolução do homem ao longo desse período, lançando um olhar crítico sobre a interseção entre poder, conhecimento e a configuração das práticas sociais, oferecendo uma visão profunda e multifacetada do desenvolvimento histórico da sociedade moderna.

Além disso, Foucault (2014a) destaca a presença histórica dos mecanismos de vigilância, desde sentinelas até câmeras de última geração, sugerindo que a vigilância desempenha um papel crucial na manutenção da ordem e na segurança privada. A evolução desses mecanismos é atribuída a condições e situações específicas que exigem adaptações mais sofisticadas. Portanto, a narrativa ressalta a importância contínua da vigilância ao longo do tempo, destacando sua relevância tanto para questões de ordem social quanto para a segurança individual.

De acordo com o supracitado, existe uma vigilância contínua e em circunstâncias como essas, é crucial ter acesso imediato à situação de todos os indivíduos, especialmente à sua condição de saúde, conforme mencionado (Foucault, 2014a, p. 191):

Essa vigilância se apoia num sistema de registro permanente: relatórios dos síndicos aos intendentos, dos intendentos aos almotacés ou ao prefeito. No começo da “apuração” se estabelece o papel de todos os habitantes presentes na cidade um por um; nela se anotam “o nome, a idade, o sexo, sem exceção de condição”; um exemplar para o intendente do quarteirão, um segundo no escritório da prefeitura, um outro para o síndico poder fazer a chamada diária. Tudo o que é observado durante as visitas, mortes, doenças, reclamações, irregularidades, é anotado e transmitido aos intendentos e magistrados.

Neste trecho, Foucault (2014a) descreve um sistema de vigilância baseado em um registro permanente que detalha a vida dos habitantes da cidade. A prática de registrar informações específicas sobre cada indivíduo, como nome, idade e sexo, é parte fundamental desse mecanismo de controle. Esse processo de "apuração" é meticuloso, envolvendo relatórios dos síndicos aos intendentos, que, por sua vez, repassam as informações aos almotacés ou ao prefeito. A documentação abrange diversos aspectos da vida cotidiana, desde eventos como visitas, mortes, doenças até reclamações e irregularidades. Essa ênfase na coleta e transmissão detalhada de dados ilustra a complexidade e a abrangência dos mecanismos disciplinares que Foucault analisa em suas obras.

A sociedade disciplinar desenvolvida por Foucault, descreve uma forma de poder que se baseia na disciplina e no controle dos corpos, pois, de acordo com o autor, a sociedade disciplinar é caracterizada pela criação de instituições que buscam moldar e controlar os comportamentos e corpos dos indivíduos, como as escolas, prisões, hospitais, fábricas e quartéis. Essas instituições criam regras, normas e técnicas que buscam disciplinar e regularizar o comportamento humano. Para Foucault (2014b), o controle dos corpos é uma das principais estratégias da sociedade disciplinar e que, por meio de técnicas como a vigilância, o treinamento, a punição e a recompensa, as instituições disciplinares buscam moldar os corpos e comportamentos dos indivíduos de acordo com padrões específicos. Esses padrões podem ser relacionados à produtividade, disciplina, obediência, saúde, entre outros.

O termo “macrofísica do poder” não é uma frase ou conceito comumente usados. No entanto, pode-se explorar a ideia considerando a dinâmica do poder em um nível social mais amplo. No contexto da macrofísica, que tipicamente se refere ao estudo dos fenômenos físico em larga escala, a “macrofísica do poder” poderia implicar um exame da dinâmica do poder na sociedade a partir de uma perspectiva sistêmica e estrutural, o que envolveria a análise de relações de poder, instituições e estruturas sociais que moldam e influenciam a distribuição e o exercício do poder em um nível mais amplo (Fachini & Ferrer, 2020).

Para analisar a macrofísica do poder, podem ser necessárias perspectivas interdisciplinares, valendo-se de campos como sociologia, ciência política, economia e teoria crítica. Tal abordagem visaria entender o poder como um fenômeno complexo e multifacetado que opera em nível social, impactando a distribuição de recursos, moldando estruturas sociais e influenciando a agência individual e coletiva (Silva, 2018).

Existem vários conceitos que juntos fornecem um quadro para análise microfísica: ordem, episteme, regime, quadro, agonismo, contenção e destruição. Na varredura de Hacking de cima, de baixo para cima, esses conceitos ocupam a faixa intermediária das relações de poder, onde os efeitos dos sistemas atendem aos processos de construção de significado dos indivíduos (Leib, 2022).

Uma das principais ideias de microfísica do poder é a de que o poder não é algo que é exercido de cima para baixo, por meio de instituições e leis, mas que está presente em todas as relações sociais, incluindo as mais cotidianas. Foucault chama essa forma de poder de "micropoderes", que são capilares e difusos, e que se manifestam nas relações de poder que se estabelecem em diversos contextos sociais (Silva, 2022). Esta reflexão leva a concluir que qualquer forma de resistência que atue contra o exercício do poder surge como parte de um

jogo de forças, ou seja, dentro das dinâmicas das relações de poder, permitindo compreender a máxima de Foucault que afirma: onde existe poder, também existe resistência (Foucault, 2016).

Segundo a perspectiva foucaultiana, os mecanismos de poder alcançam seu ponto máximo na aspiração subjuntiva pela liberdade e na capacidade de escapar, proporcionando vislumbres relevantes na relação de poder, oferecendo *insights* não apenas sobre sua formação e aplicação nas instituições socioeducativas, mas também sobre as potenciais formas de resistência (Weinhold & Thompson, 2023).

Outra ideia importante em relação à microfísica do poder é a de que o poder não é algo que está nas mãos de uma classe dominante ou de um Estado opressor, mas que é produzido e reproduzido em todas as esferas da vida social, incluindo nas relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos. Nesse sentido, surge uma nova concepção de poder como algo que é relacional, e que é produzido e reproduzido constantemente nas relações sociais (Silva et al., 2022).

Foucault construiu análises inovadoras dos mecanismos de poder na sociedade moderna, análises que permanecem como pedras angulares nos estudos sobre esse tema. Em suas obras mais recentes, como "Microfísica do Poder" (Foucault, 1977) e a série "História da Sexualidade" (Foucault, 2021), adotou abordagens singulares que exerceram profunda influência sobre a teoria social moderna e contemporânea.

No entanto, a abordagem de Foucault foi amplamente criticada devido a sua recusa em especificar as relações de poder de maneira concreta, deixando sem resposta as fontes de onde o poder emana. Poulantzas (1980) argumenta que Foucault negligencia muitos dos aspectos cruciais das relações de poder nas sociedades modernas porque se concentra demais em mecanismos sutis.

Berman (1988) identifica uma abordagem determinista na conceptualização do poder feita por Foucault, ao vê-lo a se recusar a reconhecer a possibilidade de os indivíduos se libertarem dos mecanismos de poder que os cercam, como instituições disciplinares. Said (1994) destaca um ponto semelhante, discordando de Foucault por sua indiferença em relação a noções como liberdade e emancipação. Segundo Said, isso levou Foucault a adotar uma postura apática em relação às lutas de libertação nos anos 1960/1970, atribuindo a razão para isso ao interesse de Foucault nas microfísicas do poder (Alim, 2019).

### 3.3 Ressocialização

A ressocialização é um conceito que permeia o universo do sistema prisional, representando o processo pelo qual um indivíduo, que esteve envolvido em atividades criminosas, busca reintegrar-se à sociedade de maneira construtiva. Trata-se de uma proposta de reinserção que vai além da mera punição, visando à transformação do comportamento e das perspectivas do apenado (Fidalgo, 2017).

A definição de ressocialização implica, portanto, proporcionar oportunidades para que o indivíduo reconstrua sua vida após o cumprimento da pena, o que envolve não apenas a reeducação, mas também a oferta de suporte psicossocial, educacional e profissional, a fim de romper com ciclos de criminalidade e criar condições para uma reintegração efetiva (Batista, 2023).

A questão da ressocialização levanta debates sobre sua eficácia e viabilidade. Muitas vezes, o sistema prisional enfrenta desafios estruturais, como superlotação, falta de programas educacionais e de capacitação profissional, tornando difícil a efetivação desse processo (Miranda et al. 2022). No entanto, existem iniciativas em diversos lugares que buscam implementar programas de ressocialização bem-sucedidos, destacando a possibilidade real de transformação e retorno positivo dos infratores à sociedade.

A reintegração efetiva demanda não apenas mudanças nas políticas penitenciárias, mas também na mentalidade social em relação aos ex-detentos. A estigmatização e a discriminação enfrentadas por aqueles que buscam a reinserção podem dificultar o processo. É necessário que a sociedade compreenda a importância da ressocialização para a construção de um ambiente mais justo e inclusivo (Griffiths et al. 2007, Santos et al. 2021).

A possibilidade da ressocialização é profundamente ligada a investimentos em educação, capacitação profissional, acompanhamento psicossocial e políticas públicas voltadas para a reinserção. A ênfase na prevenção de reincidência, ao invés da exclusiva punição, torna-se fundamental para o sucesso desse processo (Andrade et al. 2015).

Segundo Studart (2017),

Ressocializar não é tarefa das mais fáceis. Ressocializar apenados é ainda mais difícil porque vai de encontro aos dogmas sociais segundo os quais a recuperação destes “indivíduos” não faz parte do mundo real, não é passível de ser realizada, não merece que se desprendam esforços neste sentido, devendo os apenados permanecer no submundo porque passaram à condição de sub-humanos. O encarceramento continua exatamente o mesmo das épocas remotas: o afastamento de indivíduos que delinquem – aglomerando, em sua maioria, os menos privilegiados. Parafraseando, a desigualdade

social anda de mãos dadas com o ato criminal, visto que, para que boa parte da população permaneça no estado de miséria, pobreza absoluta e privado da educação básica de um Estado, uma outra parcela tem de estar se beneficiando (p. 7).

No entanto, Sousa et al. (2022) acredita que é possível, sim, ressocializar e proporcionar oportunidades para aqueles que cometeram delitos contribuírem de maneira positiva para a sociedade, pois a chave reside na abordagem humanizada, na individualização do tratamento e na compreensão de que o erro não deve definir o futuro de uma pessoa. A ressocialização não apenas beneficia o indivíduo, como também contribui para a construção de comunidades mais coesas e inclusivas, promovendo um ciclo virtuoso de reintegração social.

Os autores Sousa et al. (2022) apontam para uma visão holística da reinserção de detentos, reconhecendo a complexidade do processo e a necessidade de uma abordagem abrangente. A integração de vários fatores, desde oportunidades práticas até suporte emocional e reflexão ética, destaca a importância de abordagens integradas para promover uma reintegração eficaz na sociedade.

O sistema prisional e as medidas de ressocialização são temas importantes na discussão sobre a justiça criminal. No Brasil, assim como em muitos países, o sistema prisional enfrenta desafios significativos relacionados à superlotação, condições precárias e uma alta taxa de reincidência. As medidas de ressocialização buscam mitigar esses problemas, proporcionando aos detentos oportunidades de reeducação e reintegração à sociedade. O livro "Código de Processo Penal e Lei Execução Penal Comentados", escrito por Cunha & Pinto (2019), é uma referência valiosa que aborda as questões relacionadas ao sistema prisional brasileiro e nele, os autores discutem a legislação pertinente, as práticas penitenciárias e as possíveis melhorias para promover a ressocialização efetiva.

Medidas de ressocialização podem incluir programas educacionais, profissionalização, assistência psicossocial e acesso a tratamentos médicos, conforme supracitado. A educação desempenha um papel crucial, proporcionando aos detentos habilidades que podem facilitar a reintegração ao mercado de trabalho e à sociedade em geral (Andrade et al. 2015).

Giongo & Heidemann (2023) aprofundam a importância da educação como uma ferramenta de transformação no ambiente prisional. O acesso à educação nas prisões, é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, porém, os autores chamam a atenção para a realidade desafiadora em que apenas 40% das pessoas privadas de liberdade estão envolvidas em alguma atividade educacional, conforme dados do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN em 2021.



A luta pelo amplo acesso a uma educação de qualidade, especialmente para populações marginalizadas, como a carcerária, reflete a necessidade de promover oportunidades educacionais inclusivas no ambiente prisional. A referência à luta pela reestruturação do sistema penal e contra a lógica hegemônica de criminalização da pobreza, indica uma compreensão mais ampla das questões sociais e estruturais que permeiam o sistema prisional (Giongo & Heidemann, 2023).

O desafio reside em implementar e aprimorar essas medidas de maneira eficaz, superando obstáculos estruturais e culturais. É necessário um esforço coordenado entre o sistema judiciário, as instituições prisionais, organizações governamentais e a sociedade para criar um ambiente propício à ressocialização (Miranda et al., 2022).

A ressocialização no contexto socioeducativo é um tema de grande relevância na discussão sobre a justiça juvenil e o enfrentamento da delinquência juvenil, sendo que tal processo envolve estratégias e medidas destinadas a reintegrar os adolescentes em conflito com a lei à sociedade de maneira positiva após o cumprimento de medidas socioeducativas. Nesse sentido, diversos autores têm contribuído para a compreensão e aprimoramento dessas práticas.

Giongo & Heidemann (2023) destacam a importância da ressocialização como um processo amplo e contínuo, que vai além da mera punição. Segundo eles, é fundamental que as medidas socioeducativas busquem não apenas corrigir o comportamento infrator, mas também oferecer oportunidades de desenvolvimento pessoal e social aos adolescentes.

Uma abordagem holística da ressocialização é defendida também por Bisinoto et al. (2015), que ressaltam a necessidade de considerar não apenas as questões comportamentais, mas também os aspectos emocionais, educacionais e profissionais dos adolescentes em conflito com a lei. Segundo os autores, programas socioeducativos que promovem a educação, a capacitação profissional e o apoio psicossocial têm maior probabilidade de sucesso na reintegração dos jovens à sociedade.

No entanto, a eficácia dessas medidas depende não apenas de sua concepção, mas também de sua implementação adequada no contexto das instituições socioeducativas. Vaccari et al. (2018) enfatizam a importância de planejar e executar programas socioeducativos de forma a considerar as especificidades de cada adolescente, levando em conta suas necessidades individuais, seu contexto de vida e suas aspirações futuras.

Além disso, faz-se necessário que as medidas socioeducativas sejam acompanhadas por um ambiente institucional que favoreça o desenvolvimento positivo dos adolescentes. Santos & Medeiros (2020) chamam a atenção para a necessidade de investimentos na estrutura física

e no corpo técnico das instituições socioeducativas, bem como para a promoção de uma cultura organizacional que valorize o respeito, a dignidade e os direitos humanos dos adolescentes.

A ressocialização no contexto socioeducativo também está intrinsecamente ligada à garantia de direitos fundamentais, como o acesso à educação e à saúde. Braga & Rosa (2022) destacam a importância de assegurar o direito à educação para os adolescentes em conflito com a lei, oferecendo programas educacionais de qualidade e adaptados às suas necessidades específicas, e por ser um processo complexo requer uma abordagem multidisciplinar e integrada. Ao oferecer oportunidades de educação, capacitação profissional e apoio psicossocial, torna-se possível promover a reintegração positiva dos adolescentes em conflito com a lei e contribuir para a redução da reincidência criminal.

O termo ‘socioeducativo’ ganhou destaque com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990. Embora o termo seja amplamente utilizado em documentos relacionados às medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei, ainda carece de uma definição clara e precisa, o que sugere uma lacuna conceitual que pode impactar a compreensão e a aplicação efetiva dessas medidas (Bisinoto et al. 2015).

A análise do sistema prisional, regido pela Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984), no contexto socioeducativo destaca a importância de avaliar como as instituições prisionais lidam com a ressocialização de indivíduos que cometeram atos infracionais (MPGO-2023). O legislador, ao promulgar a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, evidencia logo no primeiro artigo: “*Art. 1º - A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.*”

Isso inclui a investigação das condições de encarceramento, a eficácia de programas de reabilitação e a maneira como o sistema prisional aborda as necessidades específicas dos detentos em termos de educação, saúde mental e reintegração social. A abordagem socioeducativa procura compreender e aprimorar tais aspectos para promover uma reintegração mais efetiva e evitar a reincidência criminal.

No estudo de Vinuto & Bugnon (2021), as autoras abordam a questão crônica da superlotação nas instituições de privação de liberdade no Brasil, como prisões, unidades de medida socioeducativa, hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, entre outras. A superlotação é descrita como um problema endêmico nessas instituições, tornando-se praticamente sinônimo delas. As autoras destacam que, apesar de sua importância crucial na rotina desses locais, o conceito de superlotação ainda carece de debates mais aprofundados.

Teodoro (2023) propõe uma análise crítica do sistema prisional brasileiro, considerando-o como uma política pública, bem como destaca a abordagem estereotipada e superficial com que tanto o poder público quanto a sociedade tratam a questão prisional no país. A crença simplista de que a construção de unidades prisionais resolveria a questão da violência é questionada, pois o autor argumenta que o problema é multicausal e tem diversas consequências para a sociedade.

Ainda, Teodoro (2023) destaca os problemas dentro do sistema prisional, como superlotação, alimentação precária, assistência médica deficiente, falta de higiene e acesso limitado à educação e ao trabalho. Esses elementos, segundo o autor, impedem qualquer possibilidade efetiva de ressocialização e atendimento adequado à população carcerária. A prisão, que originalmente deveria evitar a criminalidade, acaba não cumprindo seu papel de efetiva ressocialização dos presos.

As medidas de ressocialização referem-se às estratégias adotadas para reintegrar indivíduos à sociedade de maneira positiva após o cumprimento de penas ou medidas socioeducativas. Isso envolve programas educacionais, profissionalizantes, de apoio psicossocial e de acompanhamento pós-liberdade. A análise dessas medidas aborda as conduções utilizadas, avaliando sua eficácia na promoção da reintegração e na prevenção da reincidência. Os desafios incluem questões como a falta de recursos, estigma social e a necessidade de adaptação contínua dessas medidas às necessidades específicas dos indivíduos.

As medidas socioeducativas estão dispostas no Título IV do ECA, a partir do Art. 112, e incluem (Brasil, 2005):

*Art. 112 Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:*

*I - Advertência;*

*II - Obrigação de reparar o dano;*

*III - Prestação de serviços à comunidade;*

*IV - Liberdade assistida;*

*V - Inserção em regime de semiliberdade;*

*VI - Internação em estabelecimento educacional;*

*VII - Qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.*

*§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.*

*§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.*

*§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.*

Filgueiras (2004) aborda sobre a "nova questão social", destacando sua relação com as vulnerabilidades resultantes das transformações no mundo do trabalho e nos sistemas de proteção social. Segundo a autora, a exclusão social vai além da pobreza, sendo caracterizada pela impossibilidade de inserção social e essa exclusão é descrita como um fenômeno complexo, envolvendo fatores econômico-ocupacionais, isolamento, abalo do sentimento de pertencimento, anomia e crises nos vínculos sociais e coesão. A autora destaca que a exclusão social é multifatorial e multidimensional, sendo influenciada pela fragmentação da sociedade, associada ao individualismo, pela economia pós-industrial (com a crise do emprego, retorno da precariedade para os trabalhadores e redução da proteção social) e pelo déficit de inclusão das políticas de bem-estar (Teodoro, 2023).

A educação no ambiente prisional representa um desafio significativo, mas as oportunidades são conhecidas e mesmo diante dos obstáculos, têm sido alcançados resultados positivos por parte de alunos que buscam e constroem conhecimento, evidenciando uma inteligência inquestionável. Essa modalidade educacional desempenha um papel crucial como um ponto de partida para a ressocialização, pois, por meio da sala de aula, é possível proporcionar dignidade aos indivíduos privados de liberdade, em contraste com os ambientes prisionais que muitas vezes refletem total desconsideração pela vida, a sala de aula se destaca como um espaço onde os reclusos podem recuperar um senso de humanidade. Ali, eles se sentem capazes de enfrentar os desafios da vida e até de reintegrar-se de maneira saudável na sociedade (Santos & Medeiros, 2020).

Como já dito, a educação prisional é assegurada pela Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Brasil, 1984), que garante o acesso gratuito à esfera escolar e a formação profissional para os cidadãos privados de liberdade. Oferecida como Educação de Jovens e Adultos, essa modalidade de ensino visa, entre outras coisas, contribuir para a ressocialização dos detentos. A realidade dos profissionais que trabalham em contextos prisionais é marcada por desafios de diferentes naturezas, e o direito à educação para pessoas privadas de liberdade nem sempre é garantido. Relatos de falta de educação continuada, escassez de material didático e dificuldades estruturais e políticas não são incomuns (Braga & Rosa, 2022).

Santos & Medeiros (2020) ressaltam que, em todo o cenário socioeducativo, fica evidente a carência de investimentos na educação prisional. Ao longo de muitos anos, essa modalidade educacional enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à sua integração efetiva nos presídios, pois, enquanto poderia ser vista como uma oportunidade de reabilitação e reinserção, para os governantes, é frequentemente percebida como um dispêndio desnecessário. A sociedade, em geral, não recebe favoravelmente a ideia de oferecer

"privilégios" aos detentos e, em sua perspectiva, uma vez que um indivíduo comete um crime, deve arcar com as consequências sem quaisquer benefícios adicionais.

Comparar práticas socioeducativas e o sistema prisional destaca as diferenças fundamentais nas abordagens adotadas para lidar com infratores. O sistema prisional muitas vezes se concentra na punição e no isolamento e, em contrapartida, as práticas socioeducativas buscam uma abordagem mais holística, visando à ressocialização por meio da educação, orientação e apoio. A análise desses comparativos destaca a importância de buscar alternativas ao encarceramento tradicional, considerando a eficácia a longo prazo na prevenção do crime e na reintegração bem-sucedida dos indivíduos à sociedade (Brasil, 2020).

Vaccari et al. (2018) consideram que, tanto os sistemas penais quanto socioeducativo compartilham o objetivo comum de penalizar indivíduos que cometeram crimes ou atos infracionais, bem como promover a integração social desses transgressores. A penalização é baseada na ideia de responsabilização do indivíduo, objetivando torná-lo consciente das consequências lesivas de seus atos. Skinner (2003) é citado no estudo para explicar como os governantes controlam o comportamento dos governados por meio da ameaça de punição e justificativas de responsabilização.

Os dois sistemas compartilham características semelhantes em relação à escolarização, sendo obrigatória durante o período de privação de liberdade. No entanto, a análise de Vaccari et al. (2018) destaca a necessidade de não apenas impor a escolarização como uma obrigação, mas planejar a educação de maneira apropriada, considerando as variáveis do contexto de vida do indivíduo. A profissionalização também é abordada, sendo oferecida nos dois sistemas como uma continuidade da educação, direcionada ao ensino de habilidades importantes para o trabalho.

Os reclusos são pessoas que, pelas circunstâncias que viveram e vivem, apresentam dificuldades em reagir de forma socialmente aceitável, o que gera consequências nefastas, tanto para eles como para o seu ambiente: agressões verbais e físicas, conflitos, vícios, deslocamento, doenças. Isto significa que o desenvolvimento de um nível adequado de inteligência emocional é um requisito necessário para esta população (Slaski, 2021).

Nesse sentido, fica evidente que investir em abordagens que priorizem a educação e a capacitação, ao invés de simplesmente impor castigos, pode resultar em benefícios substanciais para a sociedade como um todo. Ao reconhecer a singularidade de cada caso e proporcionar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento, as práticas socioeducativas se destacam como um caminho promissor para construir um sistema mais justo e eficiente na transformação positiva daqueles que cometeram transgressões (Rosa et al. 2016).

## 4. METODOLOGIA

### 4.1. Tipo, abordagem e método da pesquisa

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória por buscar compreender, de forma aprofundada, as percepções e experiências de adolescentes egressos do sistema socioeducativo, oferecendo uma abordagem investigativa focada na análise das relações de poder e suas implicações no processo de ressocialização. A pesquisa exploratória, conforme definida por Piovesan e Temporini (1995), trata-se de uma abordagem investigativa que visa proporcionar uma compreensão inicial e ampla sobre um tema específico. Ela é conduzida quando o conhecimento existente sobre o assunto é limitado, incipiente ou insuficiente. Desta forma, o objetivo é coletar informações e dados sem ter a presença da censura imposta dentro das unidades, e que possam orientar estudos posteriores mais detalhados e aprofundados subsidiando a elaboração da fundamentação teórica e da metodologia.

Também contou com uma análise de narrativa, que é um método de pesquisa qualitativa que busca interpretar e compreender as histórias que as pessoas contam. Ela se baseia na ideia de que as narrativas humanas são formas significativas de organizar a experiência e o conhecimento, permitindo que os indivíduos expressem suas identidades, crenças, valores e a maneira como compreendem o mundo ao seu redor (Nunes *et al.* 2017).

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na compreensão dos aspectos subjetivos das ações humanas e sociais. A abordagem qualitativa, segundo Denzin e Lincoln (2006), busca compreender a complexidade dos fenômenos sociais por meio da exploração profunda, interpretação contextual e reconhecimento da subjetividade tanto dos participantes quanto dos pesquisadores. Essa abordagem é especialmente valiosa para explorar questões complexas e contextualmente enraizadas em ciências sociais e humanidades.

Foi realizada uma descrição detalhada por meio de procedimentos de coleta de dados, utilizando entrevistas semiestruturadas e gravadas, com os egressos de unidades do sistema socioeducativo de Minas Gerais. Para criar uma imagem realista do contexto estudado, é crucial compreender a relação de poder e suas implicações na visão dos protagonistas, conforme destacado por González (2020).

Neste sentido, o método de estudo ocorreu-se através de revisão da literatura e história de vida. A revisão de literatura ajudou na precisão e na evolução histórica das questões pesquisadas, facilitando o planejamento da pesquisa. (Luna,1998). O método história de vida participa da metodologia qualitativa biográfica na qual o pesquisador, após a escuta dos relatos,

fará uma análise aprofundada para tentar responder as questões da pesquisa (Nogueira *et al.*, 2017, González, 2020). Neste método, o pesquisador se envolve em uma escuta atenta e sensível, permitindo que o participante compartilhe sua narrativa de vida de maneira holística. As histórias de vida muitas vezes abrangem eventos significativos, transições, relações, desafios superados e experiências que moldaram a trajetória do indivíduo (Alves & Silva, 2022).

A aplicação do método de história de vida nas unidades socioeducativas mineiras permite uma compreensão mais profunda dos desafios e oportunidades enfrentados pelos jovens em processo de ressocialização, revelando nuances e experiências individuais que contribuem significativamente para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes. Para fins deste estudo foi aplicado o método com 03 jovens que passaram pelo sistema socioeducativo, abordando todo processo, desde a sua entrada na unidade, sua vivência, para avaliar, através do ponto de vista deles, a relações de poder e o processo de ressocialização.

#### **4.2. Unidade de observação**

No Estado de Minas Gerais, a Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE), vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP, é órgão gestor da execução das medidas socioeducativas de privação e de restrição de liberdade. Cada unidade do socioeducativo mineiro realiza o atendimento aos adolescentes a quem foi atribuída autoria de ato infracional em total observância à legislação e aos princípios vigentes no Brasil.

O Sistema Socioeducativo de Minas Gerais é regionalizado, buscando dar efetividade ao disposto no art. 124, VI do ECA que garante ao adolescente o direito de permanecer em localidade mais próximas de seu domicílio ou de seus pais durante o cumprimento da medida socioeducativa. Desse modo, há 42 (quarenta em duas) Unidades Socioeducativas em 20 (vinte) municípios distintos, sendo 24 (vinte e quatro) Centros Socioeducativos (medida socioeducativa de internação, de internação sanção e de internação provisória), 17 (dezesete) Casas de Semiliberdade (medida socioeducativa de semiliberdade), e 01 (uma) APAC Juvenil (medida socioeducativa de semiliberdade, de internação e de internação provisória). (Araújo, 2023). Em Belo Horizonte as unidades se concentram no Centro Socioeducativo São Jerônimo e os Centro Socioeducativo Horto e Santa Clara.

#### **4.3. Sujeitos da pesquisa**

Os sujeitos desta pesquisa foram 03 egressos maiores de idade das unidades socioeducativas de Minas Gerais. A entrevista proporcionou ouvir os egressos das unidades socioeducativas sobre a relação de poder exercida dentro dessas instituições, com o objetivo de oferecer informações valiosas sobre a dinâmica interna dessas instituições, sem a censura imposta internamente, permitindo uma reflexão mais crítica sobre o sistema socioeducativo como um todo.

Os egressos, ou seja, os jovens que já passaram pelas unidades socioeducativas, ofereceram um ponto de vista importante sobre as práticas adotadas pelos agentes e a forma como o poder é exercido dentro dessas instituições. Eles relataram as experiências que tiveram durante sua passagem pelo sistema socioeducativo, incluindo possíveis abusos, violências e negligências por parte dos agentes ou outras formas de violação de seus direitos (Baquero, 2011).

Ao ouvir as perspectivas dos egressos das unidades socioeducativas, foi possível obter informações importantes que podem contribuir para uma melhoria das políticas e práticas socioeducativas. Compreender a dinâmica de poder e as relações estabelecidas dentro dessas instituições é fundamental para a construção de um sistema mais justo e efetivo, que possa contribuir para a reintegração social dos jovens e a prevenção da reincidência (Costa, 2015).

#### **4.4. Plano de coleta de dados**

O plano de coleta de dados na pesquisa qualitativa através de entrevista em profundidade com egressos das unidades socioeducativas, com objetivo de analisar as relações de poder e as práticas socioeducativas adotadas dentro destas unidades, foi realizado da seguinte forma:

- ✓ Aprovação do Comitê de Ética do Centro Universitário Unihorizontes dado a sensibilidade do tema para posteriormente serem encaminhados para a aprovação dos órgãos responsáveis: Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE) e Secretaria de Estado e Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e esclarecimento de anuência (ANEXO 1).
- ✓ Após a aprovação do comitê de ética, todos os entrevistados receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO 2), por ter possíveis implicações das entrevistas gravadas e transcritas na íntegra e posteriormente da emissão do parecer referente à análise dos dados.



- ✓ Aspectos éticos: os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido. Foi garantido o anonimato dos participantes, utilizando-se pseudônimos para identificá-los na análise dos dados (ANEXO 3). O tempo de permanência e a quantidade de vezes que os egressos ficaram internados também não foram apresentados para não facilitar a identificação.
- ✓ Seleção dos participantes: foram contactados 11 pessoas sendo 04 mulheres em que o agendamento não foi possível por vários motivos como: desinteresse em participar, residência em municípios distantes, voltam a cometer crimes e até mesmo quando uma jovem passou o meu número para um terceiro agendar a entrevista em seu lugar para provavelmente cometer algum crime, ele se passou por ela ao escrever as mensagens, foram várias tentativas de ligação até quando retornei a ligação por outro número, descobri que não era ela que estava agendando comigo e sim uma voz masculina. Foram 07 homens contactados, sendo que 02 deles participaram apenas da primeira parte da entrevista porque foram presos posteriormente, outros 02 agendaram mas não apareceram e, finalmente foram entrevistados 03 egressos que passaram pela internação das unidades socioeducativas de Minas Gerais, selecionados sem critérios pré-estabelecidos, apenas a aceitabilidade e posteriormente por bola de neve. De acordo com Vinuto (2014), amostra por bola de neve utiliza de referências para indicar grupos difíceis de serem acessados e ou estudados, no caso da pesquisa em questão, a maioria dos adolescentes voltam a cometer crimes, trocam o número do celular o que dificulta o agendamento e a acessibilidade para a coleta de dados.
- ✓ Instrumento de coleta de dados: a entrevista semiestruturada em profundidade desenvolveu-se como instrumento de coleta de dados (APÊNDICE A). O roteiro da entrevista foi elaborado anteriormente para que seja avaliado pela orientação para ser validado. A entrevista foi dividida em blocos temáticos, incluindo perguntas sobre as experiências dos participantes nas unidades socioeducativas, as práticas socioeducativas adotadas, a dinâmica de poder e as relações estabelecidas entre os jovens internos e os agentes da unidade.
- ✓ Procedimento de coleta de dados: as entrevistas foram realizadas individualmente, em local previamente combinado com os participantes. Cada entrevista teve uma duração média de 60 minutos, sendo gravada em áudio para posterior transcrição.
- ✓ Tratamento dos dados: as entrevistas foram transcritas na íntegra e evidenciadas utilizando a técnica de análise narrativa, com foco em como os participantes expressaram e perceberam as dinâmicas de poder em suas histórias de vida. Essa

abordagem permitiu identificar padrões e temas relacionados às relações de vida, poder e sua influência nas experiências de ressocialização. As informações obtidas foram categorizadas e interpretadas à luz dos objetivos da pesquisa.

Preocupações com o padrão ético da pesquisa devem perpassar em todos os momentos da elaboração da entrevista, além da necessidade que o estudo esteja de acordo com as normas. Assim, é importante enfatizar que foi aplicado o TCLE, onde não houve pagamento ou compensação pela participação e que foi garantida à confidencialidade dos dados, a privacidade do adolescente, bem como a liberdade de se recusar a participar ou desistir de participar em qualquer fase da pesquisa.

Além disso o estudo foi analisado pela Comissão de Ética Interdisciplinar dos seguintes órgãos responsáveis pela segurança no Estado de Minas Gerais, a SUASE e a SEJUSP. O objetivo precípuo é resguardar, em todas as fases de desenvolvimento da pesquisa, os direitos dos adolescentes e evitar desvios éticos na conduta científica. Acima de qualquer interesse coletivo, que respalde uma dissertação, fica garantido o direito individual dos participantes.

#### **4.5. Plano de análise**

Todas as entrevistas foram realizadas, gravadas e transcritas integralmente para uma análise mais aprofundada. Cada transcrição foi lida e realizada a análise narrativa a fim de obter uma compreensão ampla e geral dos dados. A análise narrativa foca nos elementos estruturais e de conteúdo das histórias, explorando como as narrativas são construídas e que significados transmitem. Em vez de isolar informações fragmentadas, a análise narrativa valoriza a totalidade da história, o que permite a compreensão do contexto, das relações e das motivações dos indivíduos envolvidos (Bastos & Biar, 2015).

Para compreender o contexto estudado a partir das experiências narradas pelos protagonistas, é crucial explorar como suas histórias refletem as relações de poder e as estruturas sociais que moldam suas vidas, como destacado por González (2020) e influenciado pelas ideias de Michel Foucault. A análise narrativa pode ser influenciada por conceitos de Michel Foucault, especialmente no que se refere à maneira como o poder e o discurso moldam as experiências e as narrativas pessoais.

Embora a análise de discurso seja comumente associada a Foucault, suas ideias sobre o poder, a verdade e como as práticas sociais constroem sujeitos também podem ser aplicadas na análise narrativa. A análise narrativa, nesse sentido, busca entender não apenas como as pessoas

constroem e compartilham suas histórias, mas também como essas narrativas são influenciadas por discursos e práticas sociais que refletem relações de poder

Foucault argumentou que o poder não é centralizado em instituições específicas, mas disperso em práticas sociais, incluindo as narrativas que os indivíduos constroem sobre suas experiências. As histórias que as pessoas contam estão inevitavelmente imersas em contextos de poder, controle e resistência, influenciando a maneira como os sujeitos se percebem e interpretam suas realidades (Fairclough & Magalhães 2001).

Por meio dessa técnica, ocorreram as investigações das narrativas dos entrevistados, buscando revelar como suas histórias expressam dinâmicas de poder e suas identidades em constante formação. A análise narrativa vai além de apenas relatar os eventos vividos; ela examina como o poder se manifesta nas próprias construções narrativas e como as relações sociais e culturais influenciam as vozes dos protagonistas. Foram identificados temas recorrentes nas narrativas, explorando como as práticas socioeducativas e as estruturas de controle são percebidas e vivenciadas pelos entrevistados.

As histórias foram agrupadas em temas que emergem das narrativas, e, à medida que os padrões são identificados, a análise narrativa buscou compreender como as relações de poder e a dinâmica de controle se manifestam nas experiências dos participantes. A interpretação das narrativas ocorreu à luz das ideias de Foucault, reconhecendo que o poder opera através das próprias histórias que os sujeitos constroem, revelando as tensões entre controle social e autonomia.

As categorias e subcategorias emergentes foram criadas com base nos padrões identificados. A análise narrativa transcorreu para identificar os principais temas e padrões que emergem das histórias contadas pelos participantes, revelando como suas experiências individuais e coletivas são moldadas por contextos sociais, culturais e de poder, e de que forma esses relatos constroem significados sobre suas vivências e identidades.

Os resultados foram apresentados de forma clara e concisa, utilizando exemplos das transcrições para ilustrar as categorias e subcategorias identificadas. A discussão dos resultados incluiu uma reflexão crítica sobre os dados coletados e analisados, considerando as teorias e conceitos pertinentes à pesquisa.

Foram apresentadas conclusões sobre as relações de poder e as práticas adotadas nas unidades socioeducativas, com base nas perspectivas dos egressos, destacando suas percepções e implicações para a promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos nas instituições socioeducativas.

Antes das entrevistas, foi realizada uma série de escutas com diversas pessoas que têm experiência direta ou indireta com as unidades socioeducativas. Esse processo incluiu:

- Ex-agentes: Profissionais que trabalharam diretamente nas unidades e puderam compartilhar suas percepções sobre a dinâmica do ambiente, os desafios enfrentados na gestão dos jovens e as práticas que consideram eficazes ou ineficazes.
- Ex-professores: Educadores que atuaram nas unidades, oferecendo visões sobre o currículo, as metodologias de ensino e a recepção dos alunos, além de discutir as barreiras que enfrentaram para implementar uma educação transformadora.
- Ex-diretores e pedagogos: Gestores que puderam descrever as políticas adotadas nas unidades, as dificuldades em recursos e a implementação de programas de ressocialização.
- Analistas educacionais da superintendência de ensino: Profissionais responsáveis por supervisionar e avaliar as práticas educacionais nas unidades, trazendo uma visão institucional sobre as diretrizes e a realidade dos programas oferecidos.
- Egressos: Jovens que passaram pela internação e optaram por não participar das entrevistas gravadas, mas que contribuíram com relatos sobre suas experiências e os desafios enfrentados durante e após a saída das unidades.
- Familiares de egressos: Membros da família de jovens que passaram pelo sistema, compartilhando suas perspectivas sobre a ressocialização, o impacto da internação na dinâmica familiar e as dificuldades de reintegração.

Essas escutas foram fundamentais para entender a complexidade do sistema socioeducativo e a realidade que os jovens enfrentam, permitindo uma análise mais rica e embasada para as entrevistas subsequentes.

## 5 RESULTADOS DA PESQUISA

Diretrizes que focam na estrutura e nos elementos das histórias contadas pelos entrevistados foram adotadas com o propósito de realizar a análise narrativa das entrevistas. A análise narrativa é uma abordagem que examina como as pessoas organizam suas experiências em forma de narrativas, explorando os significados atribuídos a eventos e vivências pessoais (Santos et al. 2019).

O objetivo desta análise é compreender como os entrevistados constroem suas identidades e representam seus contextos sociais através das narrativas, revelando suas percepções e emoções subjacentes. Os nomes dos participantes da pesquisa foram mantidos em sigilo e pseudônimos foram criados para preservar sua identidade, conforme detalhado a seguir (Tabela 4).

**Tabela 4**

*Descrição dos sujeitos da pesquisa*

Pseudônimo	Idade	Gênero	Cor da pele	Tempo de internação
Márcio	24 anos	Masculino	Negra	9 meses
Flávio	25 anos	Masculino	Branca	Várias passagens
Ivan	19 anos	Masculino	Branca	6 meses

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Na coleta de dados, um dos maiores desafios foi a dificuldade em localizar os jovens que já passaram pelo sistema socioeducativo. O público-alvo se mostrou extremamente volátil, retornos constantes ao crime dificultam o acompanhamento pós-medida. Além disso, as constantes trocas de número de telefone e a falta de estabilidade nas condições de vida dos entrevistados complicaram ainda mais a busca por informações. Em um caso específico, um homem se passou por uma jovem que havia cumprido pena no sistema, tentando marcar um encontro, o que evidenciou a necessidade de maior cautela e rigor no processo de identificação dos participantes.

Tais dificuldades refletem as vulnerabilidades e instabilidades presentes na vida dos egressos do sistema socioeducativo, e como esses fatores interferem no acompanhamento e na realização de estudos específicos para sua ressocialização. Essas barreiras impactaram

diretamente a realização das entrevistas e o andamento da pesquisa, exigindo esforço adicional para garantir a autenticidade dos dados coletados.

## **5.1 Contextualização das Vivências Antes do Socioeducativo**

Este subcapítulo apresenta como os participantes viveram antes de sua entrada no sistema socioeducativo, destacando aspectos como pobreza, estrutura familiar, relação com a escola e outros fatores que influenciaram suas trajetórias.

### **5.1.1 História de vida de Márcio**

Em uma primeira entrevista realizada com o egresso Márcio, jovem de 24 anos, baseado no contexto social e histórico, o discurso revela uma trajetória marcada por instabilidade familiar, violência, exclusão social e vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com Escurra (2019), Karl Marx argumenta que essas condições de vulnerabilidade são resultado de um sistema capitalista que perpetua a exploração das classes mais desfavorecidas, mantendo-as em um ciclo de pobreza e marginalização, o que afeta as oportunidades de ascensão social e também reforça a reprodução das desigualdades ao longo das gerações.

A seguir, a narrativa do entrevistado Márcio evidencia um ciclo de marginalização, começando com a gravidez precoce da mãe, a ausência do pai e a vida em abrigos:

“Não sei direito como foi que eles começaram a se envolver. O que eu sei é que, quando ele descobriu que minha mãe estava grávida, ele sumiu no mapa. Deixou ela sozinha. A gente morava com minha avó, dois tios, minha tia e meu avô. O meu avô, aliás, tinha uma amante e ficava entre a nossa casa e a casa dela. Quando eu tinha só um ano, minha avó faleceu, e as coisas começaram a desandar de vez [...]. Minha mãe e minha tia passaram por um treco ruim. Elas foram violentadas por uns bandidos do bairro, e depois disso, a gente foi expulso de casa. As pessoas lá começaram a falar mal delas, chamando elas de mulheres da vida, e disseram que não queriam a gente por lá. Aí não teve jeito, a gente acabou indo morar na rua. Foi nessa época que fomos todos pra um abrigo no Cariru, perto da Estação Ferroviária Santa Lúcia. Era tipo uma FEBEM, mas esse abrigo já nem existe mais hoje. Minha mãe ficou lá até completar 18 anos, porque quando chegou nessa idade, ela teve que sair. Aí ela arrumou um trabalho como babá dos filhos do meu primo, lá na MG50, em frente ao Abreu de Souza, onde naquela época só tinha casas de madeira. Depois, esse primo conseguiu pra ela um lugar pra morar no bairro Saudade, e foi pra lá que a gente foi.”

A menção ao Cariru Estação Ferroviária Santa Lúcia remete a um contexto urbano onde abrigos, como o citado (similar à FEBEM), desempenhavam um papel de controle social sobre

crianças e jovens vulneráveis. A falta de suporte institucional e familiar é evidente e a trajetória narrada mostra como as decisões judiciais, as relações familiares conturbadas e o ambiente de exclusão contribuíram para moldar a identidade do entrevistado.

A identidade deste entrevistado foi construída por meio de uma narrativa de resistência e sobrevivência. Ele se posiciona ora como vítima de circunstâncias alheias ao seu controle (abandono paterno, violência sofrida pela mãe), ora como alguém que tentou se adaptar e encontrar seu lugar, como nas experiências com os padrinhos, conforme narrativa a seguir:

“Foi quando o programa Criança Esperança apareceu no abrigo. Eu sempre fui muito comunicativo né? Falava com todo mundo, e acabei virando meio que o garoto propaganda do abrigo por causa disso. Foi aí que um casal, que queria muito ter filhos, mas não podia, decidiu me apadrinhar [...]. A vida com eles era totalmente diferente da que eu tinha com a minha mãe. Com ela, era bebida, fumo, 'barraco', confusão todo dia. Já com meus padrinhos, era outra coisa. Eles eram de família de médicos né, gente educada, não tinha briga, nem palavrão. Era videogame, McDonald's, tudo do bom e do melhor”.

A escolha de Márcio por se alinhar aos padrinhos, que representam uma realidade oposta à de sua mãe, aponta para um desejo de escapar de um ciclo de pobreza e conflito discutido por Foucault (2020), que argumenta que as estruturas de poder moldam e controlam os indivíduos em suas trajetórias de vida. O desejo de escapar de um ciclo de pobreza e conflito pode ser visto como uma tentativa de resistir às formas de controle e normalização impostas pela sociedade. Foucault (2020) destaca que o poder, através de instituições como a família, a escola e o sistema judiciário, disciplina os corpos e as mentes, muitas vezes perpetuando a marginalização daqueles em situação de vulnerabilidade. Contudo, a decisão do juiz de mantê-lo com a mãe reforça a impotência do indivíduo frente às estruturas formais de poder.

"Quando chegou o dia da audiência, eu tinha seis anos, e o juiz perguntou com quem eu queria ficar. Eu disse logo que queria ficar com meus padrinhos. [...] Só descobri depois que pediram pro meu padrinho se afastar, porque o juiz queria que eu ficasse com a minha mãe. Eu sofri muito achando que ele tinha me abandonado. Nessa época, minha mãe se casou com meu padrasto, que já faleceu, e eles conseguiram minha guarda. Eu achava que o errado era eu, mas hoje penso que deviam ter me deixado com meu padrinho. Talvez eu não tivesse me envolvido com as coisas que me envolvi."

A trajetória de marginalização é um tema central na narrativa de Márcio. A decisão de vender drogas e se envolver em atividades ilícitas é apresentada como uma forma de sobrevivência e uma resposta à negligência materna. A Praça Sete, mencionada como um ponto de venda, simboliza um espaço de resistência e uma alternativa ao modelo de vida imposto

pelas autoridades e pela própria família. Márcio usa sua narrativa para justificar suas ações como necessárias diante da falta de suporte e das dificuldades enfrentadas:

"Quando voltei a morar com minha mãe, o padrasto saiu de casa e começamos a passar necessidade. Um dia, a CEMIG cortou a luz, e eu fui pelo bairro procurando alguém pra roubar comigo, pra pagar a conta e colocar comida em casa. Ninguém topou, mas eu fui pro centro de BH, na Praça da Estação, e consegui um cara pra roubar um ônibus comigo. Fomos presos em flagrante. Ele disse pra eu não me preocupar, que eu ia ganhar moral na 'quebrada' e a gente ia ter o que comer. Fiquei a noite toda jogado no chão, algemado, tomando choquinho e sofrendo *bullying* dos outros jovens presos."

Uma reflexão crítica e implicações do discurso revela não apenas a trajetória individual do entrevistado, mas também levanta questões mais amplas sobre a eficácia das políticas de proteção à infância e adolescência, o papel do Estado na garantia de direitos e a perpetuação de ciclos de violência e exclusão. A narrativa reflete um sistema que falhou em oferecer apoio adequado, levando o indivíduo a buscar suas próprias formas de lidar com a realidade adversa.

O discurso do Márcio, nesta parte, é uma rica fonte para compreender as interseções entre identidade, poder e exclusão social. Sua história é um reflexo de como as estruturas sociais, as decisões judiciais e as dinâmicas familiares moldam vidas, destacando a necessidade de um olhar crítico e sensível para as trajetórias dos indivíduos em contextos de vulnerabilidade.

### **5.1.2 História de vida de Flávio**

O segundo entrevistado, trata-se de Flávio, um jovem de 25 anos. Ele começou sua narrativa descrevendo a infância em Belo Horizonte, onde, apesar das condições financeiras estáveis e do suporte familiar, a ausência da mãe desde seus quatro anos deixou uma lacuna significativa. A irmã mais velha assumiu um papel materno, enquanto o pai trabalhava para prover o melhor para os filhos. No entanto, a estrutura familiar, mesmo com apoio econômico, não impediu o entrevistado de se envolver em atividades ilícitas na adolescência, destacando como a desestruturação emocional pode influenciar o comportamento dos jovens.

"Eu nasci em Belo Horizonte, e morei na região da Pampulha com meus pais. Quando eu tinha 4 anos, minha mãe decidiu se separar do meu pai e saiu de casa. A partir desse momento, minha irmã, que tinha 8 anos, passou a cuidar da gente, fazendo o papel de mãe. Ela fazia comida, ajudava a gente a ir e voltar da escola. Meu pai trabalhava, e a gente tinha uma empregada que morava com a gente e ajudava nas tarefas da casa. Na época que morávamos juntos, éramos minha mãe, meu pai, eu, minha irmã e mais dois



irmãos. Meu pai conseguiu nossa guarda na justiça e sempre nos deu tudo do bom e do melhor. Ele cuidou da gente, junto com minha irmã, da melhor forma possível, garantindo uma boa educação e escola. [...] Eu estudei na Escola Municipal Julia Araripe, no bairro Santa Martha, em Belo Horizonte. Com o tempo, fui estudar na Escola Municipal Santarém, no mesmo bairro. Enquanto estudávamos juntos, eu e minha irmã, tudo correu bem. Mas depois que ela se formou e eu fui para a Santa Terezinha, eu acabei me envolvendo com coisa errada. Eu me envolvi porque foi uma escolha minha."

A narrativa de Flávio ressalta a importância das escolhas individuais em seu percurso de vida, destacando como as circunstâncias familiares e a ausência de uma figura materna influenciaram sua trajetória. Mesmo contando com o apoio do pai e da irmã mais velha, que assumiu responsabilidades de cuidado e educação, Flávio reconhece que seu envolvimento em atividades erradas foi uma decisão pessoal, o que evidencia o papel do livre arbítrio, apesar das adversidades enfrentadas no ambiente familiar.

O envolvimento de Flávio no crime começou aos 11 anos, com atos de vandalismo na escola, que evoluíram para o uso e tráfico de drogas. Ele descreve uma trajetória de escolhas conscientes, onde a curiosidade e o desejo de experimentar coisas novas o levaram a abandonar os estudos e se entregar à vida criminosa. O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD foi citado como uma tentativa de intervenção, mas sem sucesso em sua prevenção. Este trecho do relato expõe a vulnerabilidade dos jovens nessa faixa etária e a eficácia limitada dos programas preventivos (Pereira & Tavares, 2017) quando não há um suporte familiar ou comunitário adequado.

"Então, comecei com uns 11, 12 anos, pichando as mesas e cadeiras da escola. Eu e meus amigos formamos um grupinho e achávamos que mandávamos lá. Depois, comecei a fumar e pulava o muro pra fumar maconha. Não demorou muito e já tava levando droga pra vender dentro da escola. Nessa época, tinha o PROERD na escola, mas eu já tava envolvido. A curiosidade me fez querer mais, sabe? E aí, decidi sair da escola e entrei de cabeça na vida errada. Fui ser 'aviãozinho' na boca, segurava a droga quando a polícia aparecia. Como eu era menor, eles nem ligavam muito pra mim".

À medida que avançava no crime, Flávio começou a ocupar posições mais arriscadas, como "aviãozinho" e posteriormente "gerente" do tráfico. Ele destaca a impunidade percebida devido à sua menoridade, que o encorajava a continuar. Neste ponto ele foi questionado sobre a primeira vez em que ele matou. Foi quando ele mencionou as três vezes que cometeu crime:

"A primeira vez que matei foi quando eu tinha 15 anos. A gente tava num bar, e o cara me deu um tapa na cara. Fiquei com aquilo na cabeça e jurei que, quando eu crescesse, ia matá-lo. Esperei o tempo passar, e um dia, eu e um parceiro, de moto, passamos onde ele tava na rua. Atirei e deixei o cara caído, desfalecido, e fomos embora. Na verdade,

eu sinto prazer e já fiquei pensando em quem seria a próxima vítima. É como comer um bolo: se você gosta, quer repetir a dose”.

Em um segundo relato, ele narra:

"A segunda vez eu já era maior de idade. Foi um ataque numa boca de fumo, uma contra a outra. Tava em 15 de nós, uns de carro, outros de moto, todo mundo armado até os dentes, prontos pra 'meter' bala em qualquer um. A gente já chegou atirando, nem importava se era o dono da boca ou quem estava só de olho. Comparsas pisou na cabeça dele. Isso ficou marcado na minha memória. [...] Perguntaram se a outra turma revidou, mas nem deu tempo. Pegamos eles de surpresa. Eles tinham apenas duas armas e a gente estava bem armada. Naquela boca, morreram dois e outros saíram baleados. Até os policiais entraram na mira. A gente atirou numa viatura, e quando eles viram que não iam dar conta, deram meia volta e chamaram reforço. Aí, cada um fugiu pro seu lado. Eu e meu primo voltamos comemorando, felizes de ter matado alguém. Usamos cocaína, bebemos e comemoramos. Eu já tinha perdido um irmão, sabia da dor de ter uma mãe que nos abandonou. Mas agora era só um sentimento: vingança. Eu queria vingança."

E por fim, a terceira vez que ele cometeu homicídio:

"A terceira vez que matei foi do mesmo jeito: a gente planejou um ataque pra tirar outra boca de fumo que tava atrapalhando o nosso movimento. Em um comércio normal, um atrapalha o outro, eles discutem e pronto. Mas em boca de fumo, quem tem mais arma faz o que quer. Nessa época, eu já tinha poder de gerente, quase virando meu pai preso e eu comandava as coisas pelas ligações dele, de cargo. Todo mundo já me respeitava, e com o primo preso por dois anos, eu queria me estruturar pra assumir tudo quando ele saísse. Eu tava com carro, moto, tudo tunado, mas no nome de gente próxima, nunca no meu. Matei o terceiro e comemoramos fora e dentro da cadeia, porque a gente tinha comunicação lá dentro. Hoje em dia, se alguém quer colocar arma dentro do sistema prisional, consegue. Infelizmente, quem manda no sistema é o crime. Começa lá em cima, na política, e vai descendo. Dentro da cadeia tem de tudo: cigarro, maconha, crack."

Seu relato demonstra a percepção de poder e *status* obtidos através do crime, contrastando com a humilhação sofrida na escola. A ostentação de bens materiais, como motos e carros, reforça a atração que o mundo do crime exerce sobre jovens carentes de reconhecimento e aceitação social.

A narrativa de Flávio se aprofunda na violência e na destruição causadas pelo crime, não só para ele, mas para as famílias afetadas pelo tráfico de drogas:

"Naquele tempo, eu achava que tava arrasando, que tava 'arrebentando' com a vida que eu levava. Só que, sem perceber, eu tava me destruindo um pouco mais a cada dia. Quando eu fiz 17 anos, aconteceu o pior... mataram meu irmão mais velho no crime. Aquilo me deixou fora de mim. Fiquei com tanta raiva que só pensava em vingança, em

matar também. Sabe, antes eu era humilhado na escola, mas depois disso, quando voltei, era exaltado, todo mundo me olhava diferente."

Com esta narrativa, Flávio reconhece que o envolvimento com o crime resultou na morte do irmão e em um ciclo contínuo de vingança e agressão, que o motivou a continuar se envolvendo com atividades criminosas, incluindo confrontos com a polícia. A morte do irmão funcionou como um ponto de virada emocional, onde o desejo de vingança se tornou um motivador principal para a perpetuação da criminalidade. A relação conflituosa com o pai é um ponto crítico no relato. Apesar do esforço paterno para disciplinar o filho, Flávio rejeitou a autoridade do pai, ameaçando-o de morte após ser agredido: "Ou ele deixava por bem, ou deixava por mal, como eu costumo dizer". Eu sempre gostei de dormir em casa, adorava a sensação de estar em família".

Flávio comentou que abandonou a escola no sexto ano do Ensino Fundamental:

"Nesta ocasião eu continuava indo e vindo na casa do meu pai, dormia lá e convivia, mesmo vivendo a vida do crime. Nessa época, meu pai já tinha desistido de mim. A família toda acabou aceitando, porque ou aceitava por bem ou por mal. Eu chegava em casa armado, e a polícia sempre ia lá fazer batida, pegando as drogas que eu tinha. Isso tudo até saiu no jornal. Antes de sair da escola, eu vivia pichando as paredes da escola e levava droga pra dentro dela. É sério, dentro das escolas tem muita droga e crime rolando."

Esse momento ilustra a ruptura total de respeito e hierarquia familiar, revelando um ciclo de violência e rebeldia que alimenta a continuidade no crime. Mesmo tendo condições financeiras e apoio familiar, o entrevistado optou pelo crime, evidenciando que as motivações para o envolvimento com o tráfico vão além da necessidade econômica.

### ***5.1.3 História de vida de Ivan***

O terceiro entrevistado de pseudônimo Ivan, nasceu em Belo Horizonte em 2005, mas sua família é de Ouro Preto, MG. O entrevistado tem cinco irmãos: dois irmãos e três irmãs. Uma de suas irmãs vive na roça, onde os pais nasceram, enquanto os outros irmãos residem com a mãe no Morro do Pipa, em Belo Horizonte. Ele não conheceu o pai, e a mãe trabalha como doméstica.

Ivan estudou na Escola Municipal Padre Resende, em Belo Horizonte, até o nono ano, onde se formou. Depois disso, foi para a Escola Estadual Professora Alice Gonzaga, também em BH, onde cursou o primeiro ano do Ensino Médio. Posteriormente, transferiu-se para a

Escola Estadual Professor Ricardo Monteiro, onde começou a procurar um emprego para ajudar em casa e evitar se envolver em atividades erradas.

Como emprego, começou como menor aprendiz e descreveu, assim, sua trajetória de emprego:

"Eu era menor aprendiz, mas o salário não estava rendendo, sabe? Eu recebia só R\$ 500,00 por mês. Aí, eu comecei a vender drogas. Naquela época, eu trabalhava, estudava e ainda vendia. Quando percebi que no crime eu conseguia ganhar mais — tipo R\$ 500,00 por dia — decidi largar tudo e me dedicar ao tráfico. Isso deixou minha mãe muito chateada; ela não queria o dinheiro sujo dele dentro de casa. Então, pra não levar as coisas ruins pra lá, acabei me afastando, aluguei uma casa e fui viver a vida do crime."

Neste ponto, é importante reconhecer que o tráfico de drogas representa um desafio significativo que impacta diversas sociedades ao redor do globo e essa questão abrange a produção, distribuição e comercialização clandestina de substâncias reguladas, como cocaína, heroína, metanfetamina e maconha, entre outras. As consequências desse comércio ilegal são profundas e abrangentes, resultando em dependência, aumento da violência, corrupção e sérios danos à saúde pública (Carvalho, 2018).

O tráfico de drogas é extremamente lucrativo, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, o que o torna ainda mais atrativo para aqueles envolvidos nessa atividade criminosa. Segundo Beggiora (2022), os traficantes de drogas costumam operar em redes organizadas que transcendem fronteiras internacionais, tornando sua identificação e erradicação uma tarefa complexa. Além disso, essa prática frequentemente se entrelaça com outras modalidades criminosas, como a lavagem de dinheiro e o tráfico de seres humanos.

O envolvimento dele foi exclusivamente com o tráfico; nunca cometeu roubos. Iniciou observando as transações e o funcionamento da biqueira por três dias, até perceber que o lucro era maior. Sem avisar, abandonou seu emprego. Ele afirma que ninguém o influenciou; foi uma decisão sua. Começou no plantão diurno, e quando atingiu a maioridade, passou para o plantão noturno: "*Ninguém me influenciou; foi uma decisão minha. Comecei no plantão diurno, que era bem 'lombado', e quando fiz 18 anos, mudei para o plantão noturno. Lá, as vendas eram mais tranquilas e menos visíveis para a polícia*". O horário em que ele trabalhava era das 6h da manhã até às 18h30. A presença de todos era fundamental; faltas não eram permitidas, e a biqueira funcionava 24 horas, sempre com demanda de clientes. O lucro geralmente superava 50%.

Quando os traficantes perceberam que ele estava obtendo lucros e se dedicando ao ritmo da biqueira, começaram a aumentar sua participação. No crime, a trajetória inicia com a função

de olheiro, utilizando um rádio, fazendo plantão e, eventualmente, lidando com cargas de grandes valores (o que não foi o caso de Ivan). A ascensão se dá gradativamente, e antes de se tornar gerente, ele começava a recolher dinheiro, até chegar à posição de patrão. Essa dinâmica se repete em toda a comunidade: eles levam a droga e recolhem o dinheiro, mas não vendem logo de início. Nesse estágio, recebem uma quantia em dinheiro pelo serviço e não conhecem nem o gerente nem o patrão, que se mantêm ocultos.

Segundo Castro e Bezerra (2024), há uma rede complexa que é explorada por criminosos e organizações, permitindo que o crime organizado persista e se expanda. Isso configura um desafio que exige respostas contundentes da sociedade e do sistema penal, incluindo as agências encarregadas de combater o crime, entre outros. A ausência de uma estrutura eficaz para lidar com as causas sociais do crime impede que o crime organizado se enfraqueça e diminua. Tal situação demanda ações mais preventivas e integradas da sociedade, além de um enfoque mais humano por parte do sistema de justiça e dos órgãos responsáveis pela segurança pública.

O entrevistado revela que sua motivação inicial para entrar no mundo do crime era a intenção de ajudar a mãe e buscar uma vida de luxos. Essa ambição é emblemática do desejo de ascensão social que muitos jovens em situação vulnerável enfrentam (FPSAS-BH, 2015). No entanto, a frase “tudo que é do crime, uma hora vai” reflete uma consciência tardia sobre a efemeridade dos ganhos ilícitos. Essa consciência é um ponto crítico em sua narrativa, indicando uma transição de um jovem sonhador para alguém que reconhece as limitações e a transitoriedade dos frutos de suas ações.

A fala de Ivan revela uma profunda reflexão sobre suas escolhas e as consequências que elas trouxeram para sua vida:

“Eu pensava que estava fazendo tudo certo, ajudando minha mãe e vivendo do jeito que eu queria. Mas o que eu não percebia era que a cada passo que dava, estava cavando um buraco mais fundo pra mim. O dinheiro fácil me trouxe coisas boas, mas tudo que vem rápido vai rápido também”.

Ivan reconhece que o dinheiro fácil, embora inicialmente tenha proporcionado prazeres e “coisas boas”, acaba sendo ilusório e temporário. Ao afirmar que “tudo que vem rápido vai rápido também”, ele capta a efemeridade dos ganhos ilícitos, sugerindo que a riqueza adquirida por meios ilícitos não traz segurança ou valor duradouro. Essa percepção revela uma compreensão mais ampla sobre a natureza insustentável da vida que leva, contrastando com a visão inicial de que suas ações eram corretas.

## 5.2 O Cotidiano Dentro do Sistema Socioeducativo: Percepções e Experiências

Este subcapítulo explora as rotinas e percepções dos entrevistados durante o tempo que passaram no sistema socioeducativo, abordando suas vivências diárias e o impacto dessas experiências em suas perspectivas de vida.

### 5.2.1 Cotidiano dentro do Sistema Socioeducativo do Márcio

O primeiro entrevistado, Márcio, relata sobre sua experiência dentro do Centro de Internação (CI), expõe a realidade dura e as dinâmicas internas desse ambiente socioeducativo, onde as condições são marcadas pela privação, violência e negociações cotidianas para sobrevivência. Baseado nisto, ele narra os seguintes fatos:

"Eu lembro bem do cotidiano dentro do centro. Começava com o café da manhã, que era servido com café com leite e pão com manteiga. Não sabia dizer exatamente a hora, porque lá a gente contava os dias, não as horas. Depois do café, a gente era levado pra escola. O horário da escola era normal, com um intervalo, onde recebíamos umas rosquinhas de lanche e um suco horrível que era difícil de digerir. Cheguei até a ter gastrite na cadeia por causa da alimentação [...] Depois do intervalo, voltávamos pra aula até dar a hora de voltar. Se o núcleo tinha refeitório, íamos direto pra lá. Se não, tínhamos que esperar na cela pelo marmitex, que vinha com arroz, feijão, algum legume, uma salada e um doce. E olha, o doce lá tem um valor especial. O detento pode trocar por outras coisas, como sabonete, biscoito, pão, ou até comprar origami pra enviar pra família e pulseirinhas."

A descrição das refeições, da rotina escolar e das interações entre detentos e agentes de segurança sugere um sistema que tenta oferecer uma estrutura mínima, mas que, ao mesmo tempo, é permeado por contradições e falhas significativas. Esse contexto reflete uma microestrutura de controle social que reproduz desigualdades e dinâmicas de poder encontradas fora das instituições.

O relato destaca um comportamento ambivalente dos agentes de segurança: por um lado, são responsáveis por manter a ordem e disciplinar os internos; por outro, há momentos de "vista grossa" e cumplicidade, como no "plantão" que libera o uso de drogas. Essa postura cria um ambiente de permissividade e controle seletivo, onde o cumprimento das regras não é uniforme. Além disso, o entrevistado descreve a hostilidade dos agentes contra estupradores,

reforçando uma moralidade interna que excede o dever profissional e impõe um código de conduta baseado na exclusão e na violência:

"Olha, lá dentro o que mais tem é droga, mas não é assim pra trocar por doce, não. A droga a gente comprava com o dinheiro que a família mandava ou até trocava por coisa que pedia pelo iFood. Lá dentro, a única droga que rolava mesmo era maconha. Os meninos engoliam a maconha pra poder entrar no CI. A gente chamava isso de 'cagadinho'. Cocaína era perigoso, porque podia estourar dentro do corpo se a pessoa engolisse, mas a maconha a gente engolia e depois defecava. Isso no CI, porque na prisão eu acho que tem outras drogas. Aí, pra fumar, tinha um 'plantão' de noite. Nesse plantão, o agente fazia vista grossa e deixava fumar, mas tinha que ficar tudo quieto, sem fazer bagunça."

A narrativa menciona frequentemente as consequências emocionais e psicológicas da reclusão, como a depressão e a sensação de desespero. O confinamento e a pressão de conviver em um ambiente hostil agravam as vulnerabilidades dos jovens internos, culminando em comportamentos autodestrutivos como o suicídio. A descrição de suicídios usando lençóis destaca a tragédia da perda de jovens vidas em um sistema que deveria, em teoria, reabilitar e proteger.

Foi pedido ao Márcio para ele mencionar os três fatos positivos e negativos que marcaram muito ele lá dentro. Apesar do ambiente hostil, Márcio aponta momentos em que decidiu mudar de vida e como essa decisão encontrou tanto apoio quanto resistência:

#### “Fatos positivos

1. Quando decidi mudar de vida, as técnicas me apoiaram muito. Ali eu tive acesso à educação, os próprios agentes me ajudaram;
2. Os meus parceiros que queria mudar de vida também, que me ajudaram a escolher a profissão;
3. Dentro do socioeducativo, quando a pessoa quer mudar mesmo de vida, eles dão oportunidades.

#### - Fatos negativos

1. Falta de credibilidade dos agentes quando o detento decide mudar de vida. Eles não acreditam. A minoria acredita e te apoia. A maioria dos agentes instiga para que a pessoa se rebele. Não cooperam.
2. Outro ponto negativo é em relação aos detentos, que, quando algum fala em querer mudar de vida, todos se voltam contra ele. Este detento passa a ser considerado um “X9”. O próprio sistema, segundo ele, não coopera com esta decisão.
3. Os agentes dão mais privilégios para os detentos que pregam o terror do que os que querem mudar de vida. Ele alega que os agentes querem comprar os meninos “patifeiros”. Ele finaliza dizendo que a mensagem que os agentes parecem querer enviar para os meninos: “Continue aprontando que você vai ter privilégio”. O menor tem a visão de que é ele que manda na cadeia”.

A crítica de Márcio à falta de sincronia entre a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria Regional de Educação destaca a ausência de um programa socioeducativo coeso e eficaz. Ele menciona que os agentes e os educadores operam de forma desarticulada, criando um ambiente onde as medidas socioeducativas perdem seu potencial transformador. Essa falta de coesão institucional contribui para uma visão cínica do entrevistado sobre o sistema e reforça sua percepção de que os jovens internos não têm motivos para respeitar ou temer a autoridade.

A análise do tratamento diferenciado entre os internos que seguem as regras e aqueles que "pregam o terror" revela um código de conduta interno que premia comportamentos indesejáveis e desestimula a mudança positiva. A percepção de que "quanto mais aprontar, mais privilégio terá" é uma inversão dos princípios básicos de reabilitação e ressocialização, expondo falhas estruturais profundas no CI.

Nesta parte da entrevista, a narrativa revela um complexo sistema de exclusão, resistência e sobrevivência que se desenrola dentro do CI, ressaltando também que as dinâmicas de poder, a permissividade dos agentes e as normas sociais internas criam um ambiente que mais marginaliza do que reabilita. A crítica ao sistema é clara: falta sincronia, credibilidade e um real compromisso com a mudança. Esse relato é uma janela poderosa para entender as falhas do sistema socioeducativo e a urgência de políticas públicas que valorizem a dignidade, o apoio emocional e a verdadeira ressocialização dos jovens internos.

Márcio finaliza uma narrativa sobre sua transformação pessoal dentro do sistema socioeducativo com uma reflexão, destacando a influência da espiritualidade e da estrutura oferecida pela instituição. Ele atribui sua mudança de vida à combinação do suporte socioeducativo e da fé religiosa, especialmente após aceitar Jesus. Essa transformação é apresentada como uma batalha interna, onde ele inicialmente se via sem esperança, acreditando que o crime era seu destino. A referência ao "pacto com o Diabo" simboliza a luta contra os impulsos destrutivos e a busca pela redenção, mostrando como a religião funcionou como um catalisador essencial para sua reabilitação.

### ***5.2.2 Cotidiano dentro do Sistema Socioeducativo do Flávio***

A narrativa do entrevistado revela uma visão mista do ambiente socioeducativo, indicando uma rotina organizada e um tratamento respeitoso por parte dos agentes, que, segundo ele, tratam os internos como se fossem conhecidos. Flávio narra sua rotina:



"A gente acorda e já tem o café. Depois, tem a escola, atendimento de assistência técnica. Aí almoça, descansa, 15h tem café da tarde e às 17h toca som até as 18h. Depois disso, tem a quadra pra lazer, futebol, peteca, até filme às vezes. Quando a visita chega, chama a gente na cela pra encontrar a família. Fica todo mundo meio chateado quando a visita acaba, dá vontade de ir embora com eles, voltar pra família. Com os agentes, nunca vi espancamento, só um puxão de orelha, um xingamento, mas nada grave. A comida, encontrou boa: almoço, jantar, café da tarde. Era bem organizado, com horário pra tudo, atividade recreativa, religiosa, escolar. Tinha até direito de ligar pra família três vezes por semana. No geral, os agentes tratam a gente bem, parecendo até que nem era cadeia. Tem uns agentes que são mais folgados, mas, no geral, são educados".

A fala do entrevistado revela uma visão mista do ambiente socioeducativo, indicando uma rotina organizada e um tratamento respeitoso por parte dos agentes que, segundo ele, tratam os internos como se fossem conhecidos. Há uma clara percepção de que o ambiente não transmite de forma eficaz o peso da privação de liberdade, o que, para ele, favorece a reincidência. Esse sentimento de "não parecer cadeia" e a falta de um tratamento mais detalhado sugerem que, na opinião dele, o sistema deveria ser mais severo para gerar mais impacto nos internos.

Em relação ao tratamento dos agentes para com os detentos, a fala de Flávio destaca:

"Com os agentes, nunca vi espancamento, só um puxão de orelha, um xingamento, mas nada grave. A comida, encontrou boa: almoço, jantar, café da tarde. Era bem organizado, com horário pra tudo, atividade recreativa, religiosa, escolar. Tinha até direito de ligar pra família três vezes por semana. No geral, os agentes tratam a gente bem, parecendo até que nem era cadeia. Tem uns agentes que são mais folgados, mas, no geral, são educados. Agora, os meninos chutam a porta às vezes porque querem tudo na hora".

Foi questionado ao entrevistado sobre o que ele achava que deveria ser mudado dentro do sistema socioeducativo para melhorar o ambiente. A perspectiva do entrevistado sugere que o modelo atual do sistema socioeducativo pode apresentar lacunas em sua função educativa e ressocializadora, abrindo margem para adaptações no trato e na rotina com os menores para fortalecer o impacto preventivo contra a reincidência no crime. De acordo com esta afirmação, Flávio narra:

"Sinceramente, acho que o sistema é até mole com a gente. Faltam regras mais duras pra alguns. O estado não mostra que a gente está presa, é por isso que voltam a cometer um crime. Acho que o tratamento deve ser mais firme. Lá dentro, tem hora que rola briga, mas abuso por parte dos agentes eu nunca vi. Se um agente bate num adolescente, ele acaba preso. É tudo monitorado. Na minha experiência, os agentes tratam os meninos como se fossem amigos, e tem até uns que choram conversando com eles".

Flávio passou diversas vezes pelo sistema socioeducativo, mas nunca foi internado por longos períodos devido ao suporte de advogados contratados pela família. Apesar de múltiplas passagens por centros de internação e pelo sistema prisional para adultos, ele continuava a reincidir, destacando uma crítica implícita à falta de eficácia dos sistemas de reabilitação. Mesmo após promessas de mudança, o retorno ao crime foi imediato, impulsionado pela necessidade de sustento e pela falta de opções viáveis de reintegração social. De acordo com sua narrativa:

"Me perguntaram se até agora, com 18 anos, eu nunca tinha passado pelo sistema socioeducativo. Passei, sim, quando tinha uns 13, 14 anos. Mas nunca cheguei a ser internado, porque sempre tive advogado bom. Minha família tinha uma estrutura boa. Eu era preso hoje e, no mesmo dia, já tinha dois advogados pra me defender. Meu pai sempre tava lá esperando, coisas como homicídio, furto, roubo 25 vezes pela CIA, aquela empresa que cuida do socioeducativo, pra menor infrator. Sempre prometia que não iria voltar, mas acabaria voltando."

Flávio reconhece que, enquanto estava envolvido no crime, não percebia o quanto estava se destruindo. Ele descreve o crime como um caminho de destruição mútua: destrói não só quem está envolvido diretamente, mas também as famílias e a comunidade ao seu redor. A percepção tardia de que estava se auto destruindo reflete a cegueira comum entre jovens que buscam no crime uma saída para as frustrações pessoais e sociais, sem avaliar as consequências de longo prazo, conforme a narrativa a seguir:

"Na época do crime, eu tinha tudo o que queria, mano, financeiramente falando. Eu era gerente, pegava as melhores mulheres da região, tinha carro, moto... As meninas que me desprezavam na escola? Todas queriam ficar comigo depois. No crime, me apelidaram de 'Bozinho'. Os caras falavam: 'Olha aí, agora o Bozinho virou patrão, tá de moto, tá de carro, tá ostentando'. Nos bailes funk, a gente ia armado, voltava de moto pra casa. Eu achava que tava arrebrandando, vivendo o auge, sabe? Só que eu não percebia que, na real, cada dia que passava eu tava me destruindo mais e mais."

Apesar de pedir a Deus para tirá-lo da vida criminosa em momentos críticos, como quando foi ameaçado por rivais na prisão, a falta de oportunidades legítimas de mudança o levou de volta ao crime rapidamente.

A falta de suporte psicológico, social e econômico eficaz para jovens em sua situação é evidente. Ele enfatiza a necessidade de intervenção antes do envolvimento no crime, sugerindo que programas de apoio e oportunidades concretas poderiam ter mudado seu rumo.

### **5.2.3 Cotidiano dentro do Sistema Socioeducativo do Ivan**

Inicialmente, Ivan narra as condições precárias do sistema prisional em reforma, evidenciando o cotidiano difícil enfrentado por ele. A narrativa é marcada por um cenário de superlotação, com o espaço insuficiente para abrigar todos os presos, levando a uma organização improvisada onde duas pessoas compartilham uma cama e dormem de forma desconfortável. A alimentação é descrita como de baixa qualidade, com o detento reclamando do leite “ralo” e do pão duro, uma representação simbólica do descaso com a dignidade humana. De acordo com sua descrição, ele narra:

"Mano, lá dentro a gente não é gente, sacou? Dorme um por cima do outro, come o que nem cachorro comeria. Ficar de pé seis da manhã pra ouvir se você vai embora ou fica... é mó angústia, porque cê não sabe o que vai ser de você. E tem o ‘correria’, que tenta ajudar, mas o lugar tá cheio demais, é uma bagunça."

A rotina é igualmente rígida, com horários estritos para acordar e se alimentar, além de uma expectativa diária pela leitura do alvará, que decide o futuro imediato de cada preso — um momento tenso de esperança ou frustração. O “correria”, um detento com boa conduta, assume um papel de liderança dentro da dinâmica interna, organizando as necessidades dos outros presos, o que indica uma estrutura informal de hierarquia entre os detentos.

"Nas primeiras semanas que a gente chega, nem banho de sol tem. Fica preso na cela o tempo todo. No presídio onde eu tava não tinha nenhum curso, nenhuma atividade pra fazer. Ninguém ia lá rezar, nada. Eu fiz o dia inteiro ali, na cela, conversando, deitado, sem mais nada pra fazer. E a estrutura? É tudo bem precário. O chuveiro é só um cano, e a água vem gelada. Disso. Se você tiver alguém que possa levar essas coisas, beleza, mas se não, tem que se virar sem nada mesmo. [...] E quando você está preso, as roupas e os pertences que você tava usando — bolsa, relógio, essas coisas — não devolvem mais. Aquela roupa que era sua vai pro próximo cara que sair de lá. E se você escolher ficar com sua roupa, vai ter que passar o tempo sem nada, usando o que você tem disponível na cadeia. Só tem um jeito de recuperar suas coisas: se tiver um parente que eles deixem pegar. Aí eles entregaram pra essa pessoa, mas se não tivesse, já era."

A narrativa sugere que, embora o detento não tenha ficado tempo suficiente para testemunhar outros aspectos mais profundos do cotidiano prisional, como o envolvimento com drogas e dinheiro, o ambiente está carregado de incertezas e desigualdades.

Em um trecho da entrevista, Ivan revela uma dinâmica de poder que vai além das relações formais no ambiente prisional. A imposição dos colegas de cela em relação à higiene pessoal destaca como, em certas situações, o controle do espaço é gerido por aqueles que dividem o confinamento, mais do que pelos agentes penitenciários. De acordo com Ivan:

"Lá dentro, se o cara não quer tomar banho, os colegas de cela obrigam. Os agentes nem ligam pra isso, mas a gente sim. Sem banho, ninguém dorme. Se precisar, os outros até ajudam com desodorante, toalha, sabonete. E quanto à comida, nunca vi ninguém passar mal, mas deve acontecer. Se alguém reclamar, os agentes logo dizem: 'É o que tem'."

A cobrança dos companheiros sobre o banho, assim como a ajuda com itens de higiene, revela um microcosmo de regras internas que, muitas vezes, suprem a ausência ou a negligência das autoridades. Tal fato, segundo Foucault (1975), cria uma dinâmica de poder onde o coletivo impõe comportamentos, mesmo que de forma coercitiva, como a obrigatoriedade de tomar banho, para manter um padrão de convivência mínima.

Já em relação à alimentação e ao atendimento médico, o relato aponta uma postura de indiferença por parte dos agentes. As reclamações sobre a comida são respondidas de maneira ríspida, reforçando a desumanização dos internos e a manutenção de uma relação de submissão – exemplificada pela orientação de "cabeça baixa" ao interagir com os agentes: "*Tem que andar de cabeça baixa, nem levantar o olhar. Quando rola briga, os agentes entram e separam, geralmente não batem, só 'dão basculo'. Visita não tem, banho de sol também não, só a cela com um banheiro. Foi assim durante a semana que fiquei lá.*" A ausência de visitas e o isolamento na cela, sem o banho de sol, intensificam o caráter punitivo e de exclusão do ambiente prisional, refletindo um contexto de vulnerabilidade extrema, onde os direitos são frequentemente negligenciados.

Essas observações sugerem uma estrutura de poder onde os internos precisam se adaptar às regras informais do coletivo e, ao mesmo tempo, lidar com a omissão e arbitrariedade das autoridades. Pode-se afirmar que tal cenário impacta diretamente a ressocialização, uma vez que a relação com o poder, tanto dos pares quanto dos agentes, afeta a dignidade e as condições básicas de vida dos presos.

### 5.3 Transformações e Reintegração Após o Socioeducativo

Este subcapítulo discute as mudanças percebidas pelos participantes após deixarem o sistema socioeducativo, analisando os desafios enfrentados na reintegração à sociedade e como suas vivências anteriores influenciam suas perspectivas futuras.

#### 5.3.1 Pós Socioeducativo de Márcio

Márcio, o primeiro entrevistado, expressa gratidão ao socioeducativo e à fé, que foram cruciais em sua jornada de mudança. Ele valoriza o espaço religioso dentro do CI, destacando o acesso livre das diferentes crenças e o papel das igrejas em abrir a mente dos internos, o que reflete o papel da religião como um elemento de apoio emocional e moral dentro do sistema, funcionando muitas vezes como uma das poucas fontes de acolhimento e esperança para os jovens.

"Acho que já falei tudo, não tem mais nada. Quando eu tava no crime, mano, quando eu ia roubar, me sentia poderoso, tipo grande, sabe? Eu era 'o cara'. E, principalmente, quando eu assaltava gente com dinheiro, eu gostava mais. Eles tinham tudo, e eu não tinha nada. Era como se eu me vingasse deles por isso, tipo um Robin Hood, tá ligado? Só que aí, a pastoral, os cultos, eles me ajudaram a pensar sobre a vida que eu tava levando e a vida que eu podia ter. São poucos que conseguem te ajudar, mas foi isso que me fez mudar, mudou minha vida toda. Depois que eu mudei de verdade, o passado, pra mim, nem existe mais. Não me arrependo nem por um segundo da mudança, pelo contrário, sou grato a Deus por isso. Hoje em dia, nada me encanta mais do que Jesus. No começo, eu ficava agradecendo muito por ter mudado, mas agora já é normal, como se eu nem tivesse vivido aquele passado. Tenho mais tempo de transformação do que no crime. Foram três anos no crime e dez anos de transformação."

O entrevistado sugere que o caminho para prevenir o envolvimento dos jovens no crime passa pela criação de projetos comunitários voltados para esporte, lazer e cultura. Ele enfatiza a necessidade de ocupar a mente dos jovens antes que o crime se torne uma opção, com atividades como futebol e videogames, que são atraentes e acessíveis. A falta de oportunidades de emprego para menores aprendizes e a ausência de programas de responsabilidade e socialização são vistas como lacunas que precisam ser preenchidas para evitar que os jovens entrem no ciclo de criminalidade.

A visão do entrevistado sobre a importância da estrutura familiar reforça a ideia de que o ambiente doméstico é fundamental na formação dos jovens. Ele destaca a fragilidade das famílias na favela, sendo comum a ocorrência de pais ausentes ou pais violentos. Para ele, a

estabilidade familiar é uma das principais barreiras contra o envolvimento no crime, mesmo em contextos desfavoráveis como os da favela. Isso reflete a compreensão de que o apoio emocional e a orientação desde cedo são determinantes na construção de trajetórias mais positivas.

Márcio também expressa ceticismo quanto à eficácia do apoio psicológico após o envolvimento no crime, destacando que o acompanhamento psicológico antes que o jovem se envolva no crime é essencial. A visão de que a cabeça dos jovens na comunidade é “vazia” ressalta a urgência de intervenções preventivas, que devem começar desde a infância, aos cinco ou seis anos de idade. Essa crítica aponta para a necessidade de uma abordagem mais proativa e integrada, que envolva não apenas as instituições, mas também a família e a comunidade.

O relato sobre as aspirações dos jovens na favela, onde muitos respondem que querem ser “bandidos” quando perguntados sobre o futuro, destaca a falta de perspectivas e a influência negativa do ambiente. Essa visão resignada revela a normalização do crime como um estilo de vida aceitável e até mesmo admirado entre os jovens, reforçando a necessidade de oferecer alternativas concretas e atraentes que possam competir com a sedução da criminalidade.

Apesar do carinho e gratidão pelo sistema socioeducativo, Márcio revela uma crítica implícita à falta de credibilidade dos agentes e à ausência de uma abordagem coesa na reabilitação. A percepção de que as oportunidades oferecidas dependem mais da iniciativa individual e do apoio espiritual do que do sistema como um todo evidencia uma lacuna nas políticas de reintegração social e no apoio contínuo àqueles que desejam mudar.

A narrativa de Márcio oferece uma visão rica e multifacetada das experiências dentro do sistema socioeducativo, misturando gratidão com críticas sobre a insuficiência das políticas de prevenção e reabilitação. Suas reflexões apontam para a necessidade urgente de projetos comunitários, apoio psicológico precoce e maior investimento na estrutura familiar como pilares essenciais para evitar que os jovens caiam no crime. As aspirações dos jovens são moldadas pelo ambiente em que vivem, e sem intervenções significativas, a criminalidade continuará sendo vista como uma das poucas opções viáveis de futuro.

Márcio é um exemplo de sucesso na ressocialização, mostrando que a mudança é possível quando há determinação e apoio. Após passar pelo sistema socioeducativo, ele transformou sua vida ao se dedicar à educação e ao empreendedorismo, construindo uma trajetória sólida e inspiradora e sua história reflete a importância do comprometimento pessoal e das oportunidades oferecidas pelo sistema para uma mudança.

Hoje, Márcio é um empreendedor bem-sucedido e compartilha suas experiências por meio de palestras para a comunidade, ao falar sobre superação e o poder da transformação.

Suas palestras inspiram jovens e adultos, destacando como é possível reescrever o futuro quando se toma as ideias da própria vida e se aproveitam as oportunidades.

### **5.3.2 Pós Socioeducativo de Flávio**

Flávio, o segundo entrevistado, em sua narrativa traça um arco claro de transformação e redenção, em que ele passa de uma vida envolvida no crime a uma jornada de mudança pessoal, influenciada por fatores religiosos e familiares. A narrativa enfatiza momentos-chave de sua vida, como o encontro com o pastor da Igreja Universal em 2019, que se mostrou o ponto de virada que o tirou do crime. O fato de ele ter três filhos, cada um em diferentes fases de sua vida, também destaca sua evolução ao longo do tempo, desde o período em que ainda estava preso até o momento em que se casou e tentou manter uma vida em conformidade com os preceitos religiosos.

"Eu saí do crime em agosto de 2019, quando o pastor da Igreja Universal olhou pra mim e disse: 'Você tem jeito, tem jeito pra sua vida'. Eu na hora pensei: 'Como assim? Ele nem me conhece!' Mas aquilo me marcou. Tenho uma filha de 9 anos, que nasceu enquanto eu ainda tava preso, depois tive outra filha com uma faxineira, e um filho, que nasceu quando eu já tava liberto na igreja".

Sua decisão de se separar da esposa por conta de conflitos e comportamentos que, segundo ele, iam contra sua nova forma de vida, revela seu desejo de se afastar de tudo o que pudesse fazer com que ele voltasse ao passado. Além disso, sua preocupação com a pensão alimentícia para seus filhos e sua participação em projetos sociais e evangelização no sistema prisional refletem uma responsabilidade social adquirida após sua mudança de vida. A narrativa a seguir, segue seu esforço de reintegração, já que ele se encontra em processo de normalização judicial e sonha com um futuro no qual possa voltar a estudar e prestar concurso público:

"Casei na igreja, tudo certinho, mas a minha ex começou a brigar muito, falar muito palavrão, e eu pensei: 'Cara, isso não faz mais parte da minha vida'. Então, me separei, preferi abrir mão. Hoje, eu pago R\$ 1.200,00 de pensão, porque se não pagar, eu vou preso, né? Tô em processo de normalizar a vida, indo ao fórum todo mês pra assinar, mas já tô quase lá, setembro e novembro meus processos encerram, e aí posso até fazer concurso público. Já comprei uma moto com dinheiro do meu trabalho honesto".

Ele se vê como um exemplo a ser seguido, especialmente pelos jovens infratores, e sua história de 15 anos no crime serve como um alerta e uma inspiração para os detentos. Segundo ele:

“Agora, eu vou ao presídio pra pregar pros detentos, conto minha história de 15 anos no crime. Se teve jeito pra mim, tem jeito pra eles também. Quando eu falo, os menores arregalam os olhos, ficam surpresos. A Igreja Universal faz um trabalho muito bom com os menores, e hoje eu faço trabalho voluntário em todos os sistemas prisionais da região de BH.”

A Igreja Universal tem um papel central na sua nova vida, sendo o espaço de apoio e atividade voluntária, com o objetivo de transformar vidas de outros, assim como aconteceu com ele.

### ***5.3.3 Pós socioeducativo de Ivan***

Ivan, o terceiro entrevistado, reflete sobre sua decisão de abandonar o tráfico, motivado principalmente pela influência emocional e moral de sua mãe e de um amigo próximo. O conflito com esse amigo, que resultou em uma briga, marca o ponto de virada para ele sair da vida criminosa. Ele reconhece que precisou cometer erros para aprender com eles, mas também revela a constante luta interna entre o desejo de mudar e as circunstâncias que o cercam.

A figura materna surge como um símbolo forte de orientação e de razão para evitar um possível retorno ao tráfico, enquanto o apoio recebido de pessoas que o ajudaram após sua saída serve como âncora moral. Segundo sua narrativa:

“Minha mãe e meu parceiro sempre pediam pra eu largar essa vida, e eu brigava com eles, achava que tava certo. Mas quando eu saí e vi que tava sem nada, lembrei do que eles falavam. Hoje em dia, é minha mãe que me segura, me faz pensar duas vezes antes de voltar”.

Ivan menciona que a incerteza sobre seu futuro representa 60% de seus sentimentos, o que reflete tanto as dificuldades que ele enfrenta na reinserção social quanto a força de sua vontade para seguir em frente. As humilhações e preconceitos que sofreu por ser ex-detento, especialmente na escola, o colocam em uma posição vulnerável, onde constantemente se sente julgado e estigmatizado por suas ações passadas. Esse olhar social e a pressão da vigilância, inclusive dos policiais, causaram nele uma sensação de revolta, reforçando o sentimento de exclusão:



“... não é fácil, porque mesmo trabalhando, a polícia ainda me persegue, e a galera na escola ficava olhando para mim como se eu fosse menos. Dá revolta, mas eu tentei me segurar por quem me ajudou quando eu mais precisei.”

Sobre sua experiência no tráfico, ele pinta um cenário de aparente calma em seu antigo ponto, onde o foco era exclusivamente fazer dinheiro, sem conflitos de gangues. Contudo, ele não está alheio à violência, relatando episódios de morte e tiroteio muito próximos de sua vida pessoal, o que contrasta com o ambiente "tranquilo" descrito.

Quando questionado sobre o sistema prisional, ele expressa uma visão pragmática ao afirmar que a prisão não deve ser um local de lazer, reconhecendo que quem está lá está pagando por seus atos. Hoje, desempregado, está pensando em voltar para o crime porque não suporta as revistas policiais no morro em que vive.

#### **5.4 Ressocialização entre a Utopia e a Realidade: O Cumprimento da Pena de Internação nas Unidades Socioeducativas de Minas Gerais**

A ressocialização de jovens que já cumpriram pena por crimes leves representa um dos principais desafios para a efetividade do sistema penal e para a redução da reincidência criminal na sociedade brasileira. A ideia de que o sistema prisional pode promover a reabilitação e preparar o indivíduo para uma reinserção saudável na sociedade encontra barreiras, tanto pela estrutura das instituições prisionais quanto pelo estigma social enfrentado pelo jovem infrator, pois mesmo crimes de menor potencial ofensivo, cuja pena visa ser educativa e corretiva, têm impacto no histórico da vida do indivíduo e criam estigmas que podem dificultar sua reintegração social e profissional. Então, faz-se necessário, cada vez mais, analisar a ressocialização de jovens que cometeram delitos e que cumpriram pena por crimes leves, explorando a complexa relação entre os conceitos utópicos da reintegração social e as realidades que limitam sua prática.

A justificativa para o desenvolvimento de análises sobre essa questão reside na importância de uma reintegração eficaz para a construção de uma sociedade mais segura, com menos reincidência de delitos (e delinquentes) e maior inclusão daqueles que os praticaram, ao mesmo tempo em que garante dignidade aos indivíduos envolvidos nesse processo de ressocialização. Entretanto, torna-se fundamental explorar o sentido que se dá à ressocialização; o conceito que embasa tal termo e tal dinâmica.

A ressocialização, conforme definida pela Lei de Execução Penal (LEP) no Brasil, visa à preparação do condenado para o retorno à sociedade, através de práticas que promovam a educação, a capacitação profissional e a reestruturação social e psicológica do sujeito envolvido nesse processo. A LEP defende a função ressocializadora do sistema prisional, propondo medidas que permitam a reinserção social, porém, a aplicação dessas diretrizes encontra dificuldades quando confrontada com a realidade das condições prisionais no país, especialmente pela falta de infraestrutura e de apoio para a transição dos que estiveram neste espaço e sua volta para a vida civil (Vieira, 2020).

Crimes leves, como pequenos furtos e crimes de natureza não violenta, representam uma categoria em que a ressocialização é essencial e, teoricamente, mais facilmente alcançável, tendo em vista que esses tipos de delitos, ao menos hipoteticamente, permitiriam aos que os praticaram uma permanência por menos tempo no sistema carcerário, ou mesmo o cumprimento de penas sem passar pelo cárcere (Colombaroli, 2023). O ideal é que a sanção cumprida nesses casos funcione como um meio de correção temporária, na qual a penalização permite que o indivíduo reflita sobre seu comportamento e possa receber apoio para uma futura reintegração, inclusive para seguir sem se manter na vida de criminalidade, uma vez bem-feita a referida reflexão e reinserção na sociedade. Entretanto, o processo é frequentemente dificultado pelo estigma e pela falta de apoio da sociedade para esse objetivo.

Dessa forma, percebe-se que a ressocialização é amplamente vista como um ideal utópico em muitas realidades penitenciárias ao redor do mundo, especialmente em sistemas superlotados, com recursos escassos e onde o tratamento punitivo prevalece sobre o educativo, como é o caso do sistema carcerário brasileiro. Segundo Foucault (2014), o sistema prisional surgiu como uma ferramenta de controle social, mais do que como um meio de reabilitação. O autor aponta que o aprisionamento visa disciplinar os corpos e manter a ordem social, mas raramente age para reabilitar o indivíduo, reforçando, em vez disso, seu papel como "delinquente" perante a sociedade, forçando-o, na maioria das vezes, a recorrer aos delitos para manter-se sobrevivendo em sociedade, a mesma que o julga e não contribui a contento para sua reabilitação.

Garland (2001), em *The Culture of Control*, de modo semelhante ao que preconiza Foucault, enfatiza que o sistema de justiça criminal moderno muitas vezes prioriza a contenção e a disciplina, o que marginaliza ainda mais o indivíduo após sua liberação: em lugar de desenvolver programas efetivos de reintegração, a sociedade tende a reforçar o isolamento do jovem que cometeu infração, criando uma cultura na qual o controle e a exclusão social são predominantes, em detrimento da melhor via, a reintegração e a correção pela volta à sociedade.

Assim, para muitos autores, a ideia de ressocialização permanece uma utopia, pois o próprio sistema prisional e as estruturas sociais que o sustentam, internacionalmente e no Brasil, criam barreiras para uma verdadeira reintegração.

E quais são os desafios, na prática, para a ressocialização de indivíduos jovens que cometeram algum tipo de delito na comunidade?

A prática da ressocialização enfrenta inúmeros desafios, tanto institucionais quanto sociais, principalmente no sistema socioeducativo, como pode-se observar nas entrevistas supracitadas. Entre os obstáculos mais críticos estão o estigma social e a exclusão econômica enfrentada pelos jovens que ali estiveram ao tentarem reiniciar suas vidas no mercado de trabalho, na sociedade civil. A sociedade frequentemente reluta em contratar pessoas com histórico criminal, independentemente da natureza leve do crime, mesmo que elas sejam jovens em idade propícia para a reabilitação, a reflexão, a mudança de atitudes - a ressocialização. Isto faz com que se perpetue um ciclo de exclusão e limita a capacidade do indivíduo de sustentar-se legalmente e mesmo de seguir em frente sem depender da vida na criminalidade para percorrer seu caminho na juventude e vida adulta.

Além disso, o impacto psicológico da prisão, mesmo para crimes leves e para adolescentes e jovens (talvez para esses indivíduos o impacto seja ainda maior, dada a fase de formação em que se encontram), pode ser profundo. A perda de liberdade e o estigma associado a essa circunstância podem resultar em baixa autoestima e em um sentimento de alienação. Muitos jovens que passaram pelo sistema socioeducativo, ao saírem dessa realidade, experimentam dificuldades para reestruturar suas vidas e formar vínculos saudáveis, o que é essencial para o sucesso da ressocialização. Vários autores apontados no trabalho de Braga e Silva (2015) que estudaram a temática, defendem a justiça restaurativa, uma abordagem que busca envolver a comunidade e a família no processo de reabilitação, como grande e importante promotora da integração através do apoio emocional e social.

Outro ponto importante é a falta de uma rede de apoio adequada, já que a ressocialização, para ser efetiva, precisa contar com suporte familiar e comunitário, levando-se em conta que, muitas vezes, familiares e amigos se afastam devido ao estigma e à desconfiança. Na visão de autores como Braithwaite (1989), a reintegração pode ser alcançada quando o processo de ressocialização inclui o reconhecimento de responsabilidades, mas também o suporte necessário para que o jovem infrator restabeleça relações sociais positivas.

Mas será que se pode trazer à tona alguma experiência de sucesso e metodologias eficazes quando se trata da ressocialização de jovens infratores que passam pelo sistema socioeducativo?

Diversos países e instituições têm desenvolvido metodologias e programas de ressocialização que apresentam bons resultados. Na Noruega, por exemplo, o sistema prisional se baseia em princípios que priorizam o desenvolvimento do indivíduo durante o tempo de encarceramento, criando uma espécie de sistema socioeducativo. Lá, os infratores em reclusão recebem oportunidades educacionais e profissionais que os capacitam a encontrar emprego e a viver uma vida produtiva após o cumprimento da pena. Vale destacar que essa abordagem humanizada resulta em baixas taxas de reincidência, evidenciando a eficácia de um sistema focado na reintegração e no suporte ao indivíduo (Machado & Bavaresco, 2021).

No Brasil, há também exemplos de iniciativas promissoras, como os programas de trabalho e atividades para os jovens, que lhes permitem adquirir experiência e desenvolver habilidades úteis para o mercado de trabalho. Contudo, apesar dos bons resultados observados nesses projetos, sua aplicação ainda é limitada e enfrenta obstáculos, como a falta de financiamento e de apoio institucional. Autores como Malaguti (2003) apontam que a sociedade brasileira precisa superar o discurso meramente punitivo e criar espaços para uma abordagem mais inclusiva e menos estigmatizante.

A ressocialização se situa em um campo de tensão entre a utopia e a realidade, onde o desejo de reintegração social para os jovens encontra obstáculos estruturais e sociais. A análise crítica de autores como Braithwaite (1989), que argumenta que a justiça restaurativa pode contribuir para uma reintegração mais humanizada, leva à reflexão sobre as possibilidades de uma ressocialização efetiva. O autor destaca que o processo de reabilitação deve valorizar a dignidade do indivíduo e oferecer condições para que ele possa se redimir e reconstruir sua vida. Entretanto, há ainda uma forte pressão por soluções punitivas que dificultam o desenvolvimento de políticas públicas de ressocialização.

O discurso dominante de punição e exclusão leva muitos a questionarem se a ressocialização é de fato alcançável na realidade social atual, quer no sistema prisional, quer no sistema socioeducativo. Como apontado por Garland (2001) e Cohen (1988), uma sociedade que se baseia em mecanismos de controle acaba dificultando a implementação de práticas ressocializadoras efetivas, deixando a ressocialização muitas vezes no campo da utopia.

Pode-se concluir, então, que a ressocialização de indivíduos que cumpriram pena por crimes leves permanece um desafio significativo no contexto das políticas penais modernas, embora a legislação e as práticas de justiça defendam a reabilitação e a reintegração dos jovens infratores como um direito e um benefício para a sociedade, o processo encontra barreiras que transformam a ressocialização em um ideal, por vezes, utópico. A análise dos autores destacados - como Foucault (2014), Garland (2001) e Braithwaite (1989) - evidencia que,

apesar de existirem práticas e teorias que incentivam uma justiça restaurativa e inclusiva, o sistema como um todo e, não diferentemente o sistema socioeducativo, ainda está fortemente marcado pela punição e pelo controle.

Experiências de sucesso em países como a Noruega mostram que uma abordagem humanizada e voltada para a educação e o desenvolvimento profissional pode trazer resultados positivos e efetivamente reduzir a reincidência criminal, demonstrando que, com apoio institucional e mudanças nas percepções sociais, a ressocialização pode ser uma meta realizável. No entanto, para que essa realidade se torne possível em contextos como o brasileiro, faz-se premente um esforço conjunto entre governo, sociedade e instituições para oferecer suporte aos jovens que dele saem e promover políticas de inclusão.

Assim, a ressocialização pode ser alcançada na prática se a sociedade superar a visão punitiva e estigmatizante e se aproximar de uma perspectiva mais integradora e restaurativa. Esse caminho exige a aplicação de modelos baseados na dignidade humana, no apoio psicológico e na inclusão social, o que transforma a ressocialização de um ideal utópico em uma possibilidade concreta e real.

## 6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para relacionar as entrevistas com as ideias dos autores mencionados na revisão da literatura, foram articuladas as perspectivas teóricas de cada um, confrontando-as com os relatos dos entrevistados.

Max Weber (2014) argumenta que a sociedade é organizada por diferentes formas de dominação e que o poder é uma capacidade de impor a vontade, mesmo contra resistências. Nos relatos dos entrevistados, é possível perceber uma forte presença de dominação exercida tanto pelos agentes do sistema socioeducativo quanto pelos próprios detentos que “mandam na cadeia”. A distinção entre quem segue as regras e quem as infringe reflete as formas de dominação descritas por Weber (2014), nas quais o poder se manifesta não só pela autoridade formal dos agentes, mas também pela dinâmica interna entre os detentos.

Foucault (2020) aborda o poder disciplinar e as práticas de vigilância enfatizando como as instituições moldam as subjetividades. O sistema socioeducativo, como descrito pelos entrevistados, funciona como um vírus da sociedade disciplinar de Foucault, onde há vigilância constante, regras rígidas e um sistema de punição que visa disciplinar os jovens. O uso do "plantão" para fumar droga e as formas de troca (como o valor do doce) são exemplos de como o poder disciplinar se exerce de forma sutil e cotidiana, muitas vezes pela convivência dos próprios agentes.

Em relação à marginalização social, Studart (2017) discute a marginalização e estigmatização de jovens envolvidos com a criminalidade. Os relatos sobre a dificuldade de acessar oportunidades como o emprego de menor aprendiz ou projetos sociais mostram a reprodução da marginalização que Studart descreve. A falta de estrutura familiar e a presença constante da violência agravam a exclusão, perpetuando o ciclo de criminalidade e repressão.

A falta de oportunidades na infância, mencionada pelos entrevistados, e a ausência de projetos voltados para esporte, lazer e cultura nas comunidades são reflexos das desigualdades estruturais discutidas por Silva (2018). O autor enfatiza como as desigualdades sociais influenciam a trajetória dos jovens para o crime. Essas lacunas reforçam a visão de que o crime, para muitos jovens, se apresenta como uma das poucas alternativas viáveis.

Nos relatos, observa-se a desilusão com as instituições, especialmente quando os entrevistados mencionam a falta de credibilidade e apoio dos agentes, que muitas vezes instigam a rebeldia em vez de apoiar a mudança. Mendes (2021) explora as falhas do sistema socioeducativo em reabilitar jovens infratores, destacando a desconexão entre os discursos

oficiais e as práticas reais. Essa crítica reflete a análise do autor sobre a incapacidade do sistema de promover uma verdadeira ressocialização.

A importância do apoio psicológico antes do envolvimento com o crime, algo enfatizado por um dos entrevistados que menciona a falta de acesso a psicólogos nas fases iniciais da vida, é ressaltada por Teodoro (2023). A ideia de que "psicólogo depois que entrou no crime não adianta nada" reflete uma percepção de que a intervenção precoce poderia mudar significativamente o curso da vida desses jovens, alinhando-se com as propostas de prevenção primária defendidas por Teodoro (2023).

Vaccari et al. (2018) tratam da violência como parte estrutural da vida de jovens nas periferias. A vivência constante com armas, drogas e a morte de amigos ou parentes no crime demonstram essa violência estrutural, que é normalizada e internalizada pelos jovens, sendo essa realidade evidente nos depoimentos e a violência é tanto uma causa quanto uma consequência das escolhas de vida.

O papel da família na vida dos jovens infratores é analisado por Vinuto et al. (2021). O relato de que a maioria dos jovens envolvidos no crime vem de famílias desestruturadas reforça tal perspectiva. A falta de uma rede de apoio familiar e a presença de violência doméstica são determinantes nas trajetórias dos entrevistados.

Santana et al. (2023) destacam a importância de práticas ressocializadoras efetivas. No entanto, a percepção dos entrevistados é que o sistema falha em proporcionar um ambiente verdadeiramente transformador, onde os "meninos patifeiros" recebem mais privilégios do que aqueles que desejam mudar, expondo uma falha crítica nas estratégias de ressocialização discutidas por Santana e colaboradores.

A discussão dos relatos dos entrevistados com base nos autores destacados evidencia um sistema complexo onde o poder, a violência e as desigualdades se entrelaçam, dificultando a ressocialização e a mudança de vida desses jovens. As críticas teóricas ajudam a entender as limitações estruturais e institucionais que perpetuam o ciclo de criminalidade e exclusão, mostrando que, para uma mudança efetiva, são necessárias reformas profundas tanto no âmbito social quanto nas práticas internas do sistema socioeducativo.

Os jovens percebem a relação de poder com os agentes socioeducativos como algo que, muitas vezes, agrava sua situação, pois encontram instigação e conivência com o desvio em vez de apoio para ressocialização. A aplicação de avaliações e a vigilância contínua evocam uma dinâmica de controle que, ao invés de promover a reabilitação, frequentemente estimula a rebeldia e a desilusão, limitando a confiança no sistema.

Os entrevistados destacam a ausência de oportunidades reais de mudança, observando que os programas de ressocialização, quando existentes, não conseguem competir com a pressão e os benefícios aparentes do crime. As oportunidades de aprendizado e trabalho são percebidas como escassas e insuficientes para oferecer um caminho alternativo que inspire confiança nos jovens.

### **6.1 Contribuições do estudo**

Esta pesquisa contribui para a sociedade ao evidenciar os desafios de ressocialização enfrentados pelos jovens atendidos pelo sistema socioeducativo. A análise dos relatos oferece uma perspectiva clara das dificuldades impostas pelo ciclo de marginalização e violência estrutural, ressaltando a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e intervenções preventivas que alcancem esses jovens ainda na infância. A pesquisa também fortalece a demanda por um apoio psicológico mais precoce, o que poderia minimizar os riscos de envolvimento com o crime.

No âmbito organizacional, o estudo oferece *insights* críticos sobre as práticas de poder e a estrutura disciplinar do sistema socioeducativo, indicando que uma reavaliação das estratégias de controle e acompanhamento dentro das unidades pode melhorar o ambiente ressocializador. Ao abordar a influência da autoridade tanto dos agentes quanto dos pares dentro do sistema, o estudo sugere a adoção de práticas que promovam a confiança e a colaboração, elementos fundamentais para facilitar a reabilitação.

A pesquisa acrescenta valor acadêmico ao fomentar teorias de dominação e vigilância (Weber e Foucault), além de ampliar o entendimento sobre violência estrutural (Vaccari et al.), marginalização (Stuart), e falha de ressocialização (Mendes e Santana et al.). Esta análise crítica abre novas possibilidades para estudos futuros, especialmente sobre o impacto de intervenções psicossociais precoces e o papel da família no desvio e na recuperação de jovens infratores.

### **6.2 Análise sobre a Ressocialização e a Percepção das Relações de Poder**

O estudo evidencia que a ressocialização no sistema socioeducativo enfrenta vários desafios, apontando para uma ineficácia em transformar a trajetória de jovens infratores de maneira significativa e rigorosa. Apesar do sistema oferecer programas de trabalho e atividades educativas, muitos jovens não percebem como instrumentos capazes de construir um futuro



alternativo ao ciclo de criminalidade. Essa percepção está diretamente ligada às relações de poder condicionantes no ambiente institucional, muitas vezes vistas como opressivas e distantes de uma abordagem verdadeiramente educativa ou inclusiva.

As relações de poder são marcadas por um controle rígido, práticas disciplinares punitivas e vigilância contínua. Embora esses mecanismos tenham a intenção de garantir ordem e segurança, acabam gerando um ambiente de descrédito mútuo entre os internos e os agentes socioeducativos. Os jovens relatam que, em vez de promoverem confiança e diálogo, essas relações reforçam sentimentos de desconfiança e exclusão, desmotivando-os a investir em mudanças de comportamento ou em planos futuros. Esse cenário reflete um paradoxo: a autoridade, que deveria funcionar como suporte para a reintegração social, acaba reforçando a sensação de estigmatização e alienação.

Outro ponto crítico é a ausência de uma estrutura de apoio contínuo fora das instituições. Os programas existentes dentro do sistema, embora importantes, não parecem atender às reais necessidades dos jovens e não possuem continuidade após o cumprimento da medida socioeducativa. Sem oportunidades concretas de educação, trabalho e inserção social ao retornar para suas comunidades, esses jovens frequentemente encontram barreiras para romper com o passado. Tal lacuna no acompanhamento pós-institucional perpetua um ciclo em que a reincidência se torna quase inevitável, fragilizando ainda mais a proposta de ressocialização.

Além disso, os agentes socioeducativos, que deveriam desempenhar um papel fundamental nesse processo, muitas vezes enfrentam condições de trabalho precárias e formação insuficiente para lidar com os desafios do atendimento socioeducativo. Isso contribui para relações marcadas por tensão e falta de empatia, tornando o ambiente mais favorável à resistência do que à reabilitação. A falta de preparo e apoio aos profissionais também reforça práticas que distanciam ainda mais os jovens do sistema e de suas possibilidades de transformação.

Por fim, uma pesquisa sugere que a ressocialização efetiva depende de uma revisão estrutural e cultural no sistema socioeducativo. É necessário um enfoque mais humanizado, que priorize a criação de vínculos positivos entre jovens e agentes, o desenvolvimento de programas educacionais e profissionais mais conectados às realidades dos internos e o fortalecimento de redes de apoio que deem continuidade ao processo de reintegração após a saída das instituições. Sem essas mudanças, o sistema sofrerá dificuldades para romper com o ciclo de exclusão e criminalidade que afeta tantos jovens em situação de vulnerabilidade.

### **6.3 Limitações do Estudo e Agendas para Pesquisas Futuras**

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. Primeiramente, a participação dos participantes foi restrita a jovens egressos do sistema socioeducativo em uma região específica, o que pode limitar a generalização dos resultados para outros contextos regionais ou institucionais. Além disso, a abordagem qualitativa utilizada oferece profundidade nas percepções e experiências dos entrevistados, mas não permite a quantificação ou a medição de dados que pudessem ampliar a compreensão sobre a extensão dos problemas identificados. Outra limitação é o uso de entrevistas como principal método de coleta de dados, o que depende fortemente da disposição e honestidade dos participantes ao relatarem suas experiências, podendo introduzir visões de resposta.

Pesquisas futuras poderiam explorar algumas questões complementares que surgiram a partir dos resultados deste estudo. Um caminho promissor seria expandir a investigação para diferentes regiões e contextos institucionais, comparando as percepções sobre o sistema socioeducativo em estados com políticas distintas de atendimento e ressocialização. Outra recomendação é a realização de estudos longitudinais que acompanhem o processo de reintegração social dos jovens ao longo do tempo, investigando fatores que facilitam ou dificultam sua ressocialização efetiva. Além disso, a inclusão de metodologias quantitativas poderia contribuir para mensurar com mais precisão o impacto das práticas de poder e das oportunidades de trabalho oferecidas no sistema, gerando evidências mais robustas que auxiliam na formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

## REFERÊNCIA

- ABEPRO – Associação Brasileira de Engenharia de Produção. ([s.d.]). *Saiba mais sobre Belo Horizonte*. <https://abepro.org.br/internasub.asp?m=990&ss=38&c=1049>
- AGÊNCIA MINAS – (2023). *Ressocialização é destaque em ações desenvolvidas no Presídio de Oliveira*. <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/ressocializacao-e-destaque-em-acoes-desenvolvidas-no-presidio-de-oliveira>
- Alexandre, M. S. (2021). *Considerações sobre a eficiência do sistema socioeducativo*. <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2021/consideracoes-sobre-a-eficiencia-do-sistema-socioeducativo>
- Alim, E. (2019). Sovereign power, disciplinary power and biopower: how to meke sense of Foucaut’s conceptualization of power mechanism? *International Journal of Economics and Administrative Researches*, 2(1), 13-24. <https://dergipark.org.tr/tr/download/article-file/727114>
- Alves, A. P. R., Silva, N. R. *História de vida em pesquisas qualitativas: o caso de Beatriz*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 179 fls. 2022.
- Andrade, C. C., Oliveira Júnior, A., Braga, Alessandra de A. *et al. Desafio da reintegração social do preso: uma pesquisa em estabelecimentos prisionais*. Brasília: IPEA. 52 págs. 2015.
- Aquino, M. G. (2019). Notions of subject and power in Foucaultian readings and their influence in organization and people management studies. *Cad EBAPE.BR*, 17(3), 448-459.
- Araújo, R., Caldas, K., Valdilene, C. *et al.* (2018). *O processo de ressocialização no contexto socioeducativo: uma perspectiva para a atuação do psicólogo*. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação em Psicologia no Centro Universitário – UNIVAG] Várzea Grande, MT. 36 fls.
- Araujo, I. C. A., Ribeiro, L. (2023). Entre o cuidado e a custódia: Como agentes prisionais em Minas Gerais percebem seu trabalho. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 16(1), 219-245.
- Avelino, F. (2021). Theories of power and social change. Power contestations and their implications for research on social change and innovation. *J Political Power*, 14(3), 425-448. <https://doi.org/10.1080/2158379X.2021.1875307>
- Bahia, D. M. (2011). *A arquitetura política e cultural do tempo histórico na modernização de Belo Horizonte (1940-1945)*. Tese (Doutorado em História da Universidade Federal de Minas Gerais). Belo Horizonte - Minas Gerais. 187 fls.
- Baquero, Rose V. A., Lemes, Marilene A., Santos, Eline A. D. (2011). Histórias de vida de jovens egressos de medidas socioeducativas: entre a margem e a superação. *Educação*, 34(03), 341-350.
- Baquero, R. V. A. (2017). Desarrollo Subjetivo, Prácticas Educativas y Prácticas Escolares: los enfoques socioculturales como herramienta de análisis . *Obutchénie. Revista De Didáctica E Psicologia Pedagógica*, 1(2), 291–309.
- Barbosa, P. M. R. (2015). *O construtivismo e Jean Piaget*. <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/15/12/o-construtivismo-e-jean-piaget>

- Barros, I. C. (2019). A concepção relacional do poder em Foucault e a omissão da valoração ética. *Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte*, 1(2), 319-339.
- Barros, G. A. (2023). Belo Horizonte: a imagem da metrópole nas páginas da revista *Alterosa* (1939-1945). *Acervo*, 36(1).  
<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1895/1814>
- Bastos, L. C., & Biar, L. A. (2015). Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 31(4), 97-126.
- Batista, C. L. S. (2023). Reinserção social do preso: um processo complexo e desafiador. *Intrépido: Iniciação Científica*, 2(1), 1-12.
- Beggiora, L. R. (2022). *Brasil tem se alinhado às experiências globais no combate ao tráfico de drogas*. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2021/06/brasil-tem-se-alinhado-as-experiencias-globais-no-combate-ao-traffic-de-drogas>
- Bessi, V. G., Zimmer, M. V., & Grisci, C. L. I. (2007). O panóptico digital nas organizações: espaço-temporalidade e controle no mundo do trabalho contemporâneo. *Organizações & Sociedade*, 14, 83-96.
- Bisinoto, C., Brigitte, O. O., Arraes, J., Yoshii G. C., Galli, A. G., Alves, S. S. L. (2015). Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. *Psicologia em Estudo*, 20(4), 575-585.  
Doi: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v20i4.28456>
- Bonato, V.P., Fonseca, D.C. (2020). Socioeducação: entre a sanção e a proteção. *Educação em Revista*, 36, 1-17. <https://doi.org/10.1590/0102-4698228986>
- Bowden, B., Stevenson-Clarke, P. (2020). Accounting, Foucault and debates about management and organizations. *Journal of Management History*, ahead-of-print(ahead-of-print). Doi:10.1108/jmh-07-2020-0042
- Braga, R. R. P. & Silva, M. C. N. (2015). *Alternativas penais na perspectiva da vítima: justiça restaurativa como um novo paradigma da vítima*. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/09/02bfd28441dadd66680a17ba02764de9.pdf>
- Braga, F. C. & Rosa J. E. (2022). *Prision education in Brazil: state-of-the-knowledge*. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 15(34), 1-23.
- Braithwaite, J. *Crime, Shame and Reintegration*. Cambridge University Press, 1989.
- Branco, P.H.V.B.C. (2016). Burocracia e crise de legitimidade: a profecia de Max Weber. *Lua Nova* (99), 47-44.
- Brasil. (1984). *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm)
- Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)
- Brasil. Ministério da Saúde. (2005). *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 340p.
- Brasil. (2005). *Estatuto da criança e do adolescente: disposições constitucionais pertinentes: lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990*. 6. Ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 177 págs.

- Brasil. Ministério de Desenvolvimento Social Agrário. (2016). *Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal.  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/caderno\\_MSE\\_0712.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf)
- Brasil. Departamento Penitenciário Nacional. (2020). *Modelo de gestão da política prisional: Caderno III: Competências e práticas específicas de administração penitenciária*. Brasil: Conselho Nacional de Justiça, 160 fls.
- Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público. (2020). *A visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro*. Brasília: CNMP. 188 págs.  
[https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2021/Revista\\_do\\_Sistema\\_Prisional\\_-\\_Edi%C3%A7%C3%A3o\\_2020.pdf](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2021/Revista_do_Sistema_Prisional_-_Edi%C3%A7%C3%A3o_2020.pdf)
- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (2024). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/atendimento-socioeducativo>
- Brígido, E.I. (2013). Michael Foucault: Uma Análise do Poder. *Revista Direito Econ. Socioambiental*, 4(1), 56-75. DOI:10.7213/rev.dir.econ.socioambienta.04.001.AO03
- Cabreira, L. M. R. (2014). O trabalho com habilidades psicossociais: promoção de ressocialização para jovens em medidas socioeducativas. *Realização*, 1(1), 93-104.
- Candiotto, C. (2012). Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. *Psicol Soc*, 24(n.espe), 18-24.
- Cardoso, G. C. S. ([s.d]). *Especialização em Políticas Públicas e Socioeducação*. Módulo 6 – Pedagogia Socioeducativa. Parte IV – Princípios Pedagógicos Norteadores das MSE e do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Autor de Infração; Pedagogia Socioeducativa e Cotidiano Institucional.  
[http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/modulos\\_dos\\_cursos/Especializacao-Eixo3-Mod6/Eixo-3---Mdulo-6---Parte-IV--Principios-pedaggicos-norteadores-do-atendimento-socioeducativo.pdf](http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Especializacao-Eixo3-Mod6/Eixo-3---Mdulo-6---Parte-IV--Principios-pedaggicos-norteadores-do-atendimento-socioeducativo.pdf)
- Carlsen, A., Clegg, S. R., Pitsis, T. S., Mortensen, T. F. (2020). From ideas of power to the powering of ideas in organizations: Reflections from Follet and Foucault. *European Management Journal*, 38(6), 1-27.
- Carvalho, S. (2018). *Antimanual de criminologia*. 9. ed. São Paulo: Saraiva.
- Castro, M. (1998). Um estudo das relações de poder na escola pública de ensino fundamental à luz de Weber e Bourdieu: do poder formal, impessoal e simbólico ao poder explícito. *Revista da Faculdade de Educação*, 24(1).
- Castro, I. N. & Bezerra, M. A. A. (2024). A relação entre as drogas e a criminalidade: uma análise criminológica e jurídica. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(04), 2542-2560.
- CENDHEC – Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social. (2017). *Educar ou punir? A realidade da internação de adolescentes em Unidades Socioeducativas no Estado de Pernambuco*. Recife: Via Design Publicações. 88 págs.
- Claridge, T. (2018). Introdução à Teoria do Capital.  
<https://www.socialcapitalresearch.com/wp-content/uploads/edd/2018/08/Introduction-to-Social-Capital-Theory.pdf>

- CMBH – Câmara Municipal de BH. (2020). *Projetos de lei da CMBH contribuem para a ressocialização de ex-presidiários*.  
<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2020/11/projetos-de-lei-da-cmbh-contribuem-para-ressocializa%C3%A7%C3%A3o-de-ex>
- Congote, J.V., Bernal, M.C.J., Carreño, E.S., Congote, C.G. & Torres-Quintero, A. (2018). A saúde mental nos modelos de atenção ao adolescente infrator. Os casos da Colômbia, Argentina, Estados Unidos e Canadá. *Universitas Médica*;59(4).  
<https://www.redalyc.org/journal/2310/231056644014/html/>
- Colombaroli, A. C. M. (2023). *O medo do crime e seus reflexos na produção legislativa em matéria criminal na América Latina: um estudo das justificações dos projetos de lei no Brasil e no Chile entre os anos de 1980 e 2020*. Tese [Doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo]. São Paulo, 486 fls.
- CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público. (2022). *Violência institucional*.  
<https://www.cnmp.mp.br/defesadasvítimas/vítimas/violencia-institucional>
- Cohen, S. (1988). *Visões de control social*, 1. ed. Barcelona: PPU.
- Cortella, M. S. (2016). *Por que fazemos o que fazemos?* São Paulo: Editora Planeta do Brasil. 176 p.
- Costa, C. (2015). Dimensões da Medida Socioeducativa: entre o sancionatório e o pedagógico. *Textos e Contextos*, 14(1), 62-73. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2015.1.16858>
- Costa, C. S. S., Alberto, M. F. P., Silva, E. B. F. L. (2019). Vivências nas Medidas Socioeducativas: Possibilidades para o Projeto de Vida dos Jovens. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(e186311), 1-16. [doi.org/10.1590/1982-3703003186311](https://doi.org/10.1590/1982-3703003186311)
- Cruz, C. E. C. (2019). *Neoliberalismo e destruição da democracia: uma abordagem marxista na Ciência Política*. [Dissertação de Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG]. 205 págs.
- Cunha, R. S., Pinto, R. B. (2019). *Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal Comentados*. 3. Ed. rev. e atual. Salvador: JusPodivm. 2048 págs.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2006). Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 15-41.
- Deslandes, M. S. (2021). Sistema Socioeducativo durante a pandemia à luz do princípio da dignidade humana. *Caderno de Direito da Criança e do Adolescente*, 3, 16-16.
- Dias, C. A., Siqueira, M. V. S. & Vieira, V. C. (2021). *Por mais análise do discurso crítica nos estudos organizacionais: novas contribuições para o modelo teórico-metodológico de Norman Fairclough*. XXIV SEMEAD Seminários em Administração. <http://hdl.handle.net/1843/51437>
- Dias, J. V. D. S., & Amarante, P. D. D. C. (2022). Educação popular e saúde mental: aproximando saberes e ampliando o cuidado. *Saúde em Debate*, 46, 188-199.  
<https://doi.org/10.1590/0103-1104202213213>
- Escurreia, M. F. (2019). Marx e a pobreza ou a influência do aumento do capital para a classe trabalhadora. *Textos & Contextos*, 18(1), 135-145.
- Estanque, E. & Costa, H.A. (2018). Trabalho e desigualdades no século XXI: velhas e novas linhas de análise. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Número Especial, 261-290. DOI: 10.4000/rccs.7947

- Fachini, E.C.S. & Ferrer, W.M.H. (2019). Biopolítica e biopoder como forma de intervenção na ordem econômica e de controle social: a lei geral de proteção de dados como inibitória da manipulação social. *In: Revista Direito UFMS. Direitos Humanos e Fundamentais*, 320p. P. 226-245.
- Fairclough, N. & Magalhães, I. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 320 p.
- Faria, J.H. & Meneghetti, F.K. (2010). (Sem) saber e (com) poder nos estudos organizacionais. *Cad EBAPE.BR*;8(1):38-52. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512010000100004>
- Fendler, L. (2010). Michael Foucault. *Continuum Library of Educational Thought*, 22:43-47.
- Ferreira Neto, A. L. (2023). *Biopoder e Direito em Michael Foucault*. [Tese de Doutorado em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/39667/1/Arthur%20Leopoldino%20Ferreira%20Neto.pdf>
- Fidalgo, F. & Fidalgo, N. (2017). *Sistema prisional: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 444 fls.
- Florczark, K.L. (2016). Power Relations: Their Embodiment in Research. *Nursing Science Quarterly*, 29(3), 192-196. doi: 10.1177/0894318416647167
- Flores, V. D. C. (2020). *Criando aberturas em regime fechado: percursos por entre o trabalho como atividade no âmbito da Socioeducação* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional] Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Foucault, M. (2002). *A verdade e as formas jurídicas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 160 págs.
- \_\_\_\_\_, M. (2014a). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. 42ª ed. Belo Horizonte: Editora Vozes, 296 p.
- \_\_\_\_\_, M. (2014b). Sobre a prisão. *In: R. Machado (Org.) Microfísica do poder* (R. Machado, trad., pp. 213-233). Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- \_\_\_\_\_, M. (2017). *Microfísica do Poder/Michel Foucault*. Organização e tradução de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_, M. (2020). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. 42ª ed. Belo Horizonte: Editora Vozes, 296 p. 9ª reimpressão.
- \_\_\_\_\_, M. (2021). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 11ª ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14.ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.
- FPSAS-BH – Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte. (2015). *Desafios da socioeducação: responsabilização e integração social de adolescentes autores de atos infracionais*. Belo Horizonte: CEAf. 246 págs.
- Fraga, V.G. (2013). *Os três tipos de dominação legítima de Max Weber*. [https://jus.com.br/artigos/25863/os-tres-tipos-de-dominacao-legitima-de-max-weber#\\_ftn1](https://jus.com.br/artigos/25863/os-tres-tipos-de-dominacao-legitima-de-max-weber#_ftn1)
- Freire, P. (2018). *Pedagogia da libertação em Paulo Freire*. Editora Paz e Terra.
- French Jr., J. R. P. & Raven, B. H. The bases of social power. *In: CARTWRIGHT, D. (Ed.). Studies in social power*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1959. p.150-167.

- Furtado, R. N. (2013). Ascese e racionalização: Weber, Foucault e o problema do controle da conduta. *Prometeus*, 6(11), 187-205.
- Garland, D. (2001). *The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society*. University of Chicago Press.
- Garrido, G., Saltorato, P. (2019). Crítica a abordagem funcionalista na análise organizacional. *Análise*, 14(2), 53-45.
- González, F. E. (2020). Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 8(17), 155-183. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.322>
- Griffiths, C. T., Dandurand, Y., Murdoch, D. (2007). *The social reintegration of offenders and crime prevention*. <https://www.publicsafety.gc.ca/cnt/rsrscs/pblctns/scl-rntgrtn/scl-rntgrtn-eng.pdf>
- Guimarães, G. T. D., Paula, M. C. de. (2022). *Análise de conteúdo e análise de discurso*. São Paulo: Alexa Cultural. 298 págs.
- Instituto Ramacrisna. (2023). *Acreditar nas potencialidades e multiplicar chances*. <https://ramacrisna.org.br/>
- Jorgensen, K. M. (2022). Storytelling, space and power: An Arendtian account of subjectivity in organizations. *Organization*, 29(1), 51-66.
- Jung, H. (2019). The Evolution of Social Constructivism in Political Science: Past to Present *SAGE Open*, 9(1), 1-10. DOI:10.1177/2158244019832703
- Leib, R.S. (2022). Goffman and Foucault: Framing the micro-physics of power. *The Routledge International Handbook*, 26, 349-360. DOI: [10.4324/9781003160861-33](https://doi.org/10.4324/9781003160861-33)
- Lopes, H.C. & Henn, L.G. (2022). Metodologias ativas no processo pedagógico socioeducativo. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*;11:e55111730378. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i7.30378>
- Luna, F. (1998). Sequência básica na elaboração de protocolos de pesquisa. *Arquivos brasileiros de cardiologia*, 71, 735-740. <https://doi.org/10.1590/S0066-782X1998001200001>
- Lysaught, T. (2009). Docile Bodies: Transnational Research Ethics as Biopolitics. *Theology Faculty Research and Publications*. 75. doi:10.1093/jmp/jhp026
- Machado, A. M. & Bavaresco, S. S. S. (2021). Arquitetura prisional e sua influência na ressocialização dos encarcerados: o caso de Halden Prison, Noruega. *Revista Thêma et Scientia*, 11(2E), 142-168).
- Malaguti Batista, V. (2003). *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: Dois Tempos de uma História*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 272 págs.
- Mansur, R. (2024). *Superlotação: quase 70% dos presídios de Minas Gerais estão em condições de regulares a péssimas*. <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/01/31/60-mil-presos-em-392-mil-vagas-maioria-das-unidades-prisionais-de-mg-esta-superlotada-e-em-condicoes-de-regulares-a-pessimas.ghtml>
- Martins, C.J. & Muñoz, J.A.J. (2019). Modernity and the regulation of bodiers: Elias meets Foucault. *Motriz*, 25(1), 1-7. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-6574201900010003>



- Martins, V. & Ribeiro, G. S. (2020). Paulo Freire e a educação-mundo: formação para a liberdade e a vivência na cidade. *Olhar de Professor*, 23, 1-18. DOI: <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.23.2020.16784.209209229472.0829>
- Martins, G., Cornacchione, E. (2021). Editorial: Item de Likert e Escala de Likert. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 32(1), 1-5.
- Mattos, D., Marques Júnior, F. R. S. (2020). Direito, poder e linguagem: o paradoxo da soberania, estrutura linguística e a captura da vida pela exceção. *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, 77, 293-299.
- Martucci, F. B. (2016). *A diferença e a articulação entre poder soberano e poder disciplinar em Michael Foucault*. Monografia [Bacharel em Filosofia] Universidade Federal Fluminense. Niterói, 61 págs.
- MDS.GOV. (2018). *Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/relatorios/Medidas\\_Socioeducativas\\_em\\_Meio\\_Aberto.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf)
- Medeiros, C. R. O., Silva, N. C., Silva, V. F. (2016). *Cultura organizacional e poder: perspectivas de análise na produção científica nacional*. Caderno da Administração, 24(1), 32-42.
- Medeiros, E. E. (2022). Poder além da soberania: do decisionismo Schmittiano à 'microfísica' do poder-saber Foucaultiano. *Diálogos*, 21(2), 190-209.
- Mendes, T. G. (2021). *A contribuição da psicologia no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei nas medidas socioeducativas*. [Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia do Centro Universitário UNDB, São Luís do Maranhão]. <http://repositorio.undb.edu.br/bitstream/areas/627/1/THALIA%20GOMES%20MENDES.pdf>
- Menezes, R., Bettamio, P. & Bauer, T. (2022). *Projeto "Novo socioeducativo" e o caminho perigoso em busca da privatização: A lógica privada tende a transformar o indivíduo que tem sua liberdade privada em mercadoria*. <https://www.brasildefatombg.com.br/2022/12/13/artigo-projeto-novo-socioeducativo-e-o-caminho-perigoso-em-busca-da-privatizacao>
- MPGO - Ministério Público do Estado de Goiás. (2023). *Sistema Prisional*. <https://www.mpggo.mp.br/portal/conteudo/sistema-prisional>
- MPMG – Ministério Público do Estado de Minas Gerais. (2016). *Desafios da Socioeducação: Responsabilização e Integração Social de Adolescentes Autores de Atos Infracionais*. Belo Horizonte: CEAF. 244 fls.
- Minas Gerais. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. (2023). *Programa de atendimento socioeducativo do estado de Minas Gerais*. <https://www.seguranca.mg.gov.br/images/2023/Marco/08.%20Anexo%20VII%20-%20Programa%20de%20Atendimento%20Socioeducativo.pdf>
- Miranda, R. B., Goldberg, A., Bermudez, X. P. D. (2022). Social reintegration programs for former inmates in Brazil: is there a gender perspective? *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(12), 4599-4616. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222712.13012022EN>

- Mourato, M.A.P., Souza, I.C. (2017). Autoridade segundo Weber. *In: Congresso Interdisciplinar – Responsabilidade, Ciência e Ética* – ISSN: 2595-7732, p. 91. <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/cifaeg/article/view/257/233>
- Neto, C. R. C. M. (2019). *Por uma hermenêutica restaurativa: Sistema Socioeducativo, Lacunas Normativas e Crise de Interpretação do ECA*. [Dissertação de Mestrado em Direito da Universidade Federal do Ceará]. [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41934/1/2019\\_dis\\_crcmeloneto.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41934/1/2019_dis_crcmeloneto.pdf)
- Nogueira, M. L. M., Barros, V. A. de, Araujo, A. D. G., Pimenta, D. A. O. (2017). O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesquisas Práticas Psicossociais*, 12(2), 466-485. ISSN 1809-8908.
- Novais, D. G., Jesus, L., Medrado, A. C. G. (2021). Sistema prisional e a ressocialização: uma revisão narrativa da literatura. *Brazilian Journal of Development*, 7(10), 98035-98052.
- Nunes, L. S., Paula, L., Bertolassi, T., Neto, A. F. (2017). A análise da narrativa como instrumento para pesquisas qualitativas. *Revista Ciências Exatas*, 23(1), 9-17.
- Pagano, T. (2021). *Novos desafios para o serviço social: uma análise sobre o poder disciplinar a partir de Michael Foucault*. [Tese de Doutorado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/23660/2/Tha%C3%ADs%20Pagano.pdf>
- Pagés, M., Bonetti, M., Gauleja, V. *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas, 1993.
- PBH - Prefeitura de Belo Horizonte. (2018). *Anexo IV - Síntese da história de BH*. [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/cca\\_anexo\\_iv\\_-\\_sintese\\_da\\_historia\\_de\\_bh.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/cca_anexo_iv_-_sintese_da_historia_de_bh.pdf)
- \_\_\_\_\_. (2020). *Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente*. <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/conselhos/cmdca>
- \_\_\_\_\_. [s.d.] *Avaliação da situação atual e perspectiva para a ação municipal*. [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/planejamento/SUPLOR/Diretoria%20Central%20de%20Planejamento/PPAG%202010-2013/2\\_\\_Texto\\_ApresentacaoPPAG.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/planejamento/SUPLOR/Diretoria%20Central%20de%20Planejamento/PPAG%202010-2013/2__Texto_ApresentacaoPPAG.pdf)
- Pereira, N. A., Tavares, M. (2017). Percepções sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). *Cadernos da Fucamp*, 16(26), 35-57.
- Pereira, M.P.T., Zoni, M. (2021). *Encontros com Foucault*. Macapá: UNIFAP, 2021. 208P.
- Pinto, V., Vogt, R.S. (2018). Relações de poder e conflitos organizacionais entre gestores e colaboradores da área contábil. *RECAPE*, 8(2), 172-197. <http://dx.doi.org/10.20503/recap.e.v8i2.35490>
- Piovesan, A., Temporini, E. R. (1995). Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Revista Saúde Pública*, 29(4), 312-325. <https://doi.org/10.1590/S0034-89101995000400010>
- Prado Filho, K. (2017). A genealogia como método histórico de análise de práticas e relações de poder. *Revista de Ciências HUMANAS*, 51(2), 311-327.
- Purgato, R. A. O estatuto da criança e do adolescente: uma análise dos atos infracionais, medidas socioeducativas, sua história no Brasil e as divergências sobre o tema. <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-uma-analise-dos-atos-infracionais-medidas-socioeducativas-sua-historia-no-brasil-e-as-divergencias-sobre-o-tema/1862032812>

- Rocha, T. L., Silva, G. P., Oliveira, G. S. (2022). Metodologia de pesquisa científica: análise do discurso – conceitos e possibilidades. *Cadernos da Fucamp*, 21(53), 215-225.
- Rodrigues, A. M. (2015). Execução penal socializadora e o novo capitalismo – uma relação (im)possível?. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 23(112), 17-32.  
<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/90132>
- Rodrigues, D.S. & Melo, M.L. (2020). Estudo sobre análise de discurso como procedimento metodológico na pesquisa documental. *Revista Educação*, 45, 1-21.  
<https://doi.org/10.5902/1984644434018>
- Rosa, C. S., Onofre, E. M. C., Teixeira, J. D'A., Miranda, K. A. S. N., Conceição, W. L. (2016). Escolarização e socioeducação: conversas sobre marcadores sociais e trabalho docente em espaços de privação de liberdade. In: Mendes, C. L. S. et al. (2016). *Educação, Socioeducação e Escolarização*. Rio de Janeiro: Degase. 368 págs.
- Rosa, S. R. B. O. (2020). Desafios na escola brasileira: uma abordagem Weberiana de poder. *Revista Espacios*, 41(6), 1-9.
- Santana, V. A. & Terra, J. L. (2023). *As medidas socioeducativas e a ressocialização do menor infrator*. <https://revistaft.com.br/as-medidas-socioeducativas-e-a-ressocializacao-do-menor-infrator/>
- Santos, A. G. S., Baqueiro, F. R. L. (2017). *Alternativas de reintegração do menor infrator por meio de medida socioeducativa*.  
<https://anagrazielli.jusbrasil.com.br/artigos/435820094/alternativas-de-reintegracao-do-menor-infrator-por-meio-da-medida-socioeducativa>
- Santos, M. S., Fouraux, C. G. S., Oliveira, V. M. (2019). Narrativa como método de pesquisa. *Revista Valore*, 5(Edição Especial), 37-51
- Santos, M. E. F. & Medeiros, K. G. S. (2020). Educação para os apenados: desafios e perspectivas. *Revista Científica de Conhecimento do Núcleo Multidisciplinar*, 20(10), 144-160. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/educacao-para-apanados
- Santos, A. M. M., Oliveira, J. V. P., Batista, J. P., E. F. (2021). *Ressocialização no Sistema Penitenciário Brasileiro*. Ciências Humanas e Sociais, 6(3), 143-156.
- Schultz, E., Picolli, I., Sehnem, S., Nunes, N. A. (2017). Ações Socioeducativas como Práticas de Inovações Sociais: um estudo de caso. *Editora Unijuí*, 15(38), 343-379.
- SEE-MG – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. (2023). *Programa “Se Liga na Educação” completa 3 anos e se consolida como ferramenta importante na democratização da educação*. <https://www.educacao.mg.gov.br/programa-se-liga-na-educacao-completa-3-anos-e-se-consolida-como-ferramenta-importante-na-democratizacao-da-educacao/>
- Sheridan, C. (2016). *Foucault, Power and the Modern Panopticon*.  
<https://digitalrepository.trincoll.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1564&context=theses>
- Silva, D. R. (2018). Biopoder na concepção de Michel Foucault: o poder do estado no controle da sociedade. *Periagoge*, 1(1), 27-39.
- Silva, C. D., Da Silva, M. A. P., Da Silva, R. S., Almeida, T. S. & Peixoto, R. B. (2020). *A gestão das medidas socioeducativas: uma interface entre o que está proposto pela Lei do Sinase e sua execução*. 1ª ed. Curitiba: Estúdio 256. <https://www.seas.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/35/2021/02/A-Gestao-das-medidas-socioeducativas-2020-.pdf>

- Silva, G. F. (2021). A passagem do poder disciplinar para a biopolítica em Foucault: Breves notas. *Intuitio*, 14(1), e39554-e39554.
- Silva, J. P. S. (2022). *A materialidade do poder no pensamento de Michel Foucault: Por uma “história política dos corpos”*. Tese [Doutorado em Filosofia] Universidade Federal de Minas Gerais. 266 fls.
- Silva, J. C. S., & Gondra, J. G. (2022). Michel Foucault em (de) formações: sobre clássicos e usos em História da Educação. *Estudos Avançados*, 36, 287-303.  
DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36105.017>
- Silva, E. B. F. D. L., Alberto, M. D. F. P., & Costa, C. S. D. S. (2023). SOCIOEDUCAÇÃO: concepções teóricas no contexto das medidas socioeducativas. *Caderno CRH*, 35. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.36268>
- Silveira, P.F.K. (2020). Ressocialização de menores infratores: uma análise multidisciplinar da aplicação das medidas socioeducativas. *Perspectivas Sociais*, 06(1), 212-233.
- Simon, L. (2020). A evolução do poder soberano no contexto europeu – a transição para o poder moderno no Brasil. In: Oliveira, M. V. X., Danner, L. F., Lopes, D. V. & Daglos M. (2020). *Filosofia do Direito e Contemporaneidade II*. 1. Ed. São Carlos: De Castro. 504, 51-83.
- Slaski, S. (2021). Negative transgression in the context of empathy and anxiety in prisoners: a perpetrators of violence. *Polish Psychology Bulletin*;52(1):40-48. DOI – 10.24425/ppb.2021.136815
- Sousa, K. D., Pereira, T. V. C., Peres, R. E. (2022). A educação como forma de ressocialização. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*;8(2):1-8. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v8i2.4223>
- Souza, E. G. D., & Almeida, M. R. D. (2019). Entre o direito e o preconceito: violência institucional contra adolescente autor de ato infracional. *Sociedade em Debate*, 25(2), 92-111.
- Studart, L. M. C. (2017). A reinserção social dos egressos do sistema prisional brasileiro: Realidade ou Utopia? *Episteme Transversalis*, 5(1), 1-15.
- Teodoro, L. C. A. (2023). O sistema prisional brasileiro enquanto uma política pública: uma reflexão necessária. *Serviço Social em Perspectiva*, 7(1), 178-198.  
DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp.202309>
- Thiry-Cherques, H.R. (2017). Foucault e a gestão do trabalho. *Estudos de Administração e Sociedade*, 2(1), 8-20.
- Tomei, G., De Santis, I. (2022). Microphysics of power: Michael Foucault and Bio-politics. *Rivista di Psichiatria e Psicoterapia Culturale*, 10(1), 9-18.
- Tran, N.T., Baggio, S., Dawson, A., O’Morre, E., Williams, B. Bedell, P., Simon, O., Scholfen, W., Getz, L., Wolff, H. (2018). Words matter: a call for humanizing and respectful language to describe people who experience incarceration. *BMC Int Health Hum Rights*, 18(41), 1-6.
- Vaccari, C., Paes de Barros G. G. & Dittrich, A. (2018). Análise comparativa da reeducação e reintegração social nos sistemas de justiça brasileiros para adolescentes e adultos em privação de liberdade. *Revista Latina de Análisis de Comportamento*, 26(1), 111-120.
- Vieira, V., Resende, V. M. (2016) *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. 2. ed. Campinas: Pontes.

- Vieira, I.C.D. (2019). *TÁ TIRANDO: uma análise da Comissão Disciplinar na internação provisória de adolescentes*. Dissertação [Mestrado em Sociologia] Universidade Federal de Minas Gerais, 106 fls.
- Vieira, J. (2020). *Aplicação da lei de execução penal e a reinserção social do preso*. <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/aplicacao-da-lei-de-execucao-penal-e-a-reinsercao-social-do-preso/922531248>
- Vilhena, G.M.D. (2022). Os direitos e garantias da criança e do adolescente fundamentados na reintegração ao núcleo familiar. <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/29070/1/TCC%20-%20Guilherme%20Vilhena.pdf>
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>
- Vinuto, J., Bugnon, G. (2021). Superlotação no sistema socieducativo: uma análise sociológica sobre normativas e disputas no Brasil e na França. *Sociologias*, 23(58), 106-137. <https://doi.org/10.1590/15174522-118281>
- Vinuto, J., Vargas, J. D., & Gonçalves, H. S. (2021). “Falta de fechamento”: conflitos profissionais e centralidade dos procedimentos de segurança no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. *Sociedade e Estado*, 36, 1037-1058. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030009>
- Wacquant, L. (2009). *Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity*. United States: Duke University Press Book. 408 pages.
- Wanderley, S., Mansur, J., Bertholini, F., Brulon, V. (2012). Relações de poder na dialética entre o lugar local e lugar global. *Cad EBAFE.BR*, 10(1), 244-253. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323227833019>
- Weber, M. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo, Cultrix, 1968.
- \_\_\_\_\_, M. *Ensaio de sociologia* Org. Int. H.H. Gerth e Wright Mills. Trad. Waltensir Dutra. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- \_\_\_\_\_, M. (2014). *Escritos políticos*. Editado por Peter Lassman e Ronald Speirs; tradução por Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 494 págs.
- Weinhold, C., Thompson, L. Abel, G. (2023). “They woundn’t get away it at McDonalds”: Decriminalization, work, and disciplinary power in New Zealand brothels. *Gender, Work & Organization*, 30(1), 18-34.
- Wodak, R. (2004). Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*, 4(n. esp.), 223-243.

## ANEXOS

## ANEXO 1 – Termo de esclarecimento da Secretaria de Estado de Educação



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Educação**  
**Assessoria de Ensino Superior - Políticas e Programas de Educação Superior**

Ofício SEE/ASU/PESQUISA/EXTENSÃO nº. 1351/2024

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2024.

À Senhora,  
**Rosa Maria da Silva Reis**  
Superintendente Regional de Ensino  
Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A - MG

Assunto: Esclarece Anuência

*Referência:* Processo nº 1260.01.0183290/2024-83.

Prezada Superintendente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, após análise da documentação enviada e dos esclarecimentos prestados por meio do Memorando SEE/SREA - DIVEP nº 11/2024 (99244641) acerca da proposta de pesquisa, compreendemos não ser de competência dessa Assessoria de Ensino Superior a emissão de anuência para esse processo de solicitação.

De acordo com as informações prestadas, verificamos que **NÃO** serão mobilizados colaboradores (profissionais, e/ou estudantes) que tenham vínculo direto com a Educação Básica na Rede Pública Estadual de Ensino. Corroboram com o nosso entendimento os documentos analisados que informam sobre a Pesquisa e sua metodologia - Projeto de Pesquisa (97915018); Escopo do Projeto de Pesquisa (97914594), Termo de Responsabilidade (99226113) e Carta de Apresentação (99223672) e o Memorando supracitado, emitido pela Superintendência Regional de Ensino, informando que a pesquisa mobilizará apenas **ex-alunos (não mais vinculados)** da Rede Pública Estadual de Ensino - **egressos do Sistema Socioeducativo**.

Entendemos, assim, que a pesquisa **NÃO** mobilizará Escolas Estaduais, Superintendências Regionais de Ensino ou Unidades do Órgão Central dessa Secretaria de Estado de Educação (SEE), bem como nenhum dos profissionais ou estudantes vinculados à Rede Pública Estadual de Ensino. Informamos, também, caso o projeto sofra alterações metodológicas, este deverá ser reenviado à essa Assessoria para novas análises.

Diante do exposto, após as devidas constatações, orientamos que a Pesquisa seja verificada, no que tange aos seus fluxos, orientações e protocolos de segurança, pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Entendemos ser importante a avaliação e observância dos protocolos necessários emitidos pela SEJUSP, uma vez que a pesquisa mobilizará, como público alvo, egressos das unidades socioeducativas de Minas Gerais, conforme informado pela pesquisadora e por essa Superintendência Regional de Ensino.

Atenciosamente,

**ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.**

Título do Projeto: **UM OLHAR SOBRE O PODER E A RESSOCIALIZAÇÃO:** uma análise sobre as medidas socioeducativas de Belo Horizonte

Pesquisador Responsável: Norma Lúcia Lopes da Silva

Nome do participante:

Data de nascimento:

R.G.:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “**UM OLHAR SOBRE O PODER E A RESSOCIALIZAÇÃO:** uma análise sobre as medidas socioeducativas de Belo Horizonte”, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) Norma Lúcia Lopes da Silva

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao(a) pesquisador(a) responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por objetivo analisar as relações de poder no âmbito do sistema socioeducativo, investigando sua influência nos processos de ressocialização de jovens em conflito com a lei. Para tanto, a pesquisa será realizada com 04 egressos das unidades socioeducativas de Minas Gerais.
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder a algumas questões sobre **a visão do egresso privativo de liberdade das unidades socioeducativas de Belo Horizonte**. Poderão ser utilizadas imagens, trazidas pelos entrevistados, desde que sejam de domínio público (revistas, livro, internet, entre outros) durante a condução das entrevistas. Haverá o registro de áudio das entrevistas. Os áudios serão utilizados exclusivamente para fins da pesquisa e ficarão em posse do(a) pesquisador(a). Na apresentação dos resultados da pesquisa os entrevistados não serão identificados. Não haverá qualquer mecanismo de registro de imagem dos entrevistados, como câmeras ou o uso do celular.
3. A coleta de dados será realizada com egressos das unidades socioeducativas de Minas Gerais, através de entrevista em profundidade com egressos das unidades socioeducativas
4. O(a) pesquisador(a) poderá utilizar um roteiro, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Unihorizontes, para a condução da entrevista. Rua Paracatu, 600 | Barro Preto | CEP: 30.180-090 Av. Afonso Vaz de Melo, 465 | Barreiro de Baixo | CEP: 30.640-070 Belo Horizonte - MG (31) 3349-2916 [www.unihorizontes.br](http://www.unihorizontes.br)
5. A pesquisa não apresenta riscos inerentes a saúde, física ou mental, bem como a integridade dos participantes. Contudo, fui informado que se desejar posso retirar, a qualquer momento, minha participação.
6. Ao participar desse trabalho contribuirei para compreender e enfrentar um problema crescente no âmbito educacional.

7. A minha participação neste projeto deverá ter a duração da entrevista, que poderá variar entre 40 a 60 minutos.
8. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.
9. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.
10. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.
11. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados com fins acadêmicos.
12. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Norma Lúcia Lopes da Silva pesquisador(a) responsável pela pesquisa, telefone: 31 97521-8888 e-mail: [norma.lopes.silva@educacao.mg.gov.br](mailto:norma.lopes.silva@educacao.mg.gov.br)

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

\_\_\_\_\_ (Cidade), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável por obter o consentimento



**ANEXO 3 – Termo de responsabilidade e compromisso para uso, guarda e divulgação de dados e arquivos de pesquisa.**

**Título do Projeto: UM OLHAR SOBRE O PODER E A RESSOCIALIZAÇÃO:** uma análise sobre as medidas socioeducativas de Belo Horizonte.

**Nome completo do(a) pesquisador(a):** Norma Lúcia Lopes da Silva

**Amostra/Sujeito/Local a ser pesquisado:** 04 egressos das unidades socioeducativas de Belo Horizonte/Minas Gerais.

O(a) pesquisador(a) responsável, retro qualificado(a), se declara ciente e de acordo:

a) de todos os termos do presente instrumento, assumindo toda e qualquer responsabilidade por quaisquer condutas, ações ou omissões que importem na observação do presente e consequente violação de quaisquer das cláusulas abaixo descritas bem como por outras normas previstas em lei, aqui não especificadas, respondendo de forma ilimitada, irretratável, irrevogável e absoluta perante a fornecedora dos dados e arquivos em eventuais ações regressivas, bem como perante terceiros eventualmente prejudicados por sua não observação.

b) de que os dados e arquivos a ele fornecidos deverão ser usados, guardados e preservados em sigilo e que eventual divulgação dos dados deverá ser feita em estrita observação aos princípios éticos de pesquisa, resguardando-se ainda aos termos da Constituição Federal de 1988, especialmente no tocante ao direito a intimidade e a privacidade dos consultados, sejam eles pacientes ou não.

c) de que as informações constantes nos dados ou arquivos a ele disponibilizados deverão ser utilizados apenas e tão somente para a execução e pesquisa do projeto acima descrito, sendo vedado o uso em outro projeto, seja a que título for salvo expressa autorização em contrário do responsável devidamente habilitado do setor.

d) de que eventuais informações a serem divulgadas, serão única e exclusivamente para fins de pesquisa científica, sendo vedado uso das informações para publicação em quaisquer meios de comunicação de massa que não guardem compromisso ou relação científica, tais como televisão, jornais, periódicos e revistas, entre outros aqui não especificados.

e) sem prejuízo dos termos da presente, que deverão ser respeitadas as normas da Resolução 466/12 e suas complementares na execução do projeto em epígrafe.

....., ..... de ..... de 2024.

---

Norma Lúcia Lopes da Silva

## APÊNDICE

### Apêndice A – Roteiro da entrevista

Pergunta da Pesquisa	Objetivos	Evidências	Questões	Categoria de Análise	Autores	Cronograma para coleta
De que maneira as relações de poder presentes no Sistema Socioeducativo podem influenciar no processo de ressocialização de jovens infratores privados de liberdade em Belo Horizonte?	Identificar as percepções dos jovens atendidos pelo sistema socioeducativo sobre a relação de poder no atendimento recebido durante o cumprimento da pena privativa de liberdade.	Realização de entrevistas ou questionários com os jovens atendidos pelo sistema socioeducativo, explorando suas percepções e experiências em relação à dinâmica de poder dentro da instituição.  Revisão de estudos anteriores ou literatura relevante que abordem as relações de poder no contexto do sistema socioeducativo, para contextualizar e validar as	01 - Como você descreveria sua experiência no lugar onde você ficou internado, em termos das relações de poder que você percebeu durante o tempo que esteve lá?  02 - Você percebeu diferenças no tratamento ou nas informações que eram dadas para os internos dentro do lugar onde você estava?  03 - Algumas pessoas recebiam tratamento diferente em relação à disciplina e à rotina? Se sim, como essas diferenças afetaram a convivência dentro do lugar?  04 - Você pode contar alguma história sobre como as decisões dos responsáveis afetaram a convivência no lugar onde você estava?  05 - Como as interações com os responsáveis afetaram sua opinião sobre o lugar onde estava internado?	Relações de poder no sistema socioeducativo.	Weber (2014) Foucault (2020) Studart (2017) Silva (2018) Mendes (2021) Vinuto et al. (2021) Santana et al. (2023) Teodoro (2023)	Abril/2024

		percepções dos jovens.	06 - Como as relações de poder entre os responsáveis e os internos afetaram sua recuperação?			
	Analisar as restrições e sanções impostas aos jovens no sistema socioeducativo e compreender como eles as percebem em relação à sua ressocialização.	<p>Levantamento de dados sobre as restrições e sanções aplicadas aos jovens dentro do sistema socioeducativo, incluindo políticas institucionais, registros de incidentes e relatórios disciplinares.</p> <p>Comparação das percepções dos jovens com as opiniões de profissionais do sistema socioeducativo, como educadores, psicólogos ou assistentes sociais, para obter uma visão abrangente das políticas e</p>	<p>01 - Como era a disciplina, a rotina diária e a organização dentro do lugar onde você ficou internado? As regras eram claras e você sabia o que esperavam de você?</p> <p>02 - Você acha que as atividades que você fazia ajudaram a tornar o lugar mais justo e inclusivo? Por quê?</p> <p>03 - O que você acha do ensino que era oferecido no lugar onde você ficou internado em termos de igualdade e oportunidades para todos?</p> <p>04 - Como você se sentiu em relação às atividades religiosas enquanto estava internado? Isso teve algum impacto na sua recuperação?</p> <p>05 - Qual foi o papel das visitas na sua recuperação? Isso te ajudou a se preparar para sair de lá?</p> <p>06 - Participar de cursos ou treinamentos ajudou a preparar</p>	Restrições, sanções e ressocialização.	<p>Vaccari et al. (2018)</p> <p>Foucault (2020)</p> <p>Mendes (2021)</p> <p>Vinuto et al. (2021)</p> <p>Santana et al. (2023)</p> <p>Teodoro (2023)</p>	Abril/2024

		práticas em questão.	you para conseguir um emprego depois que saiu?			
	Identificar, na visão dos egressos, as oportunidades oferecidas pelo sistema socioeducativo para a ressocialização dos jovens que cumpriram pena privativa de liberdade.	<p>Condução de entrevistas ou questionários com egressos do sistema socioeducativo.</p> <p>Investigação de programas de reabilitação ou reinserção social oferecidos pelo sistema socioeducativo e análise de sua eficácia com base em estudos de caso ou avaliações de programas.</p>	<p>01 - Quais foram as atividades ou programas que mais impactaram sua vida e sua visão do lugar onde você estava internado? Pode contar alguma história específica?</p> <p>02 - Na sua opinião, como as atividades que você fazia no lugar onde estava internado afetaram sua autoconfiança?</p> <p>03 - Olhando para trás, que sugestões você teria para melhorar o lugar onde você estava internado e as relações de poder lá para ajudar outras pessoas que passam pela mesma situação?</p>	Oportunidades oferecidas pelo sistema socioeducativo para ressocialização.	<p>Vaccari et al. (2018)</p> <p>Vinuto et al. (2021)</p> <p>Santana et al. (2023)</p> <p>Teodoro (2023)</p>	Abril/2024